UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

JUAREZ TÁVORA E GOLBERY DO COUTO E SILVA: ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA E A ORGANIZAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO (1930-1960)

LUIZ FELIPE CEZAR MUNDIM

GOIÂNIA, 2007

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

LUIZ FELIPE CEZAR MUNDIM

JUAREZ TÁVORA E GOLBERY DO COUTO E SILVA: ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA E A ORGANIZAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO (1930-1960)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Goiás, para a obtenção do grau de Mestre em História.
Área de concentração: Culturas, Fronteiras e Identidades.
Linha de Pesquisa: História, Memória e Imaginários Sociais.
Orientador: Prof. Dr. Noé Freire Sandes (UFG).

GOIÂNIA, 2007

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(GPT/BC/UFG)

Mundim, Luiz Felipe Cezar
M965j Juarez Távora e Golbery do Couto e Silva : Escola Superior de Guerra e a organização do Estado brasileiro (1930-1960) / Luiz Felipe Cezar Mundim. – Goiânia, 2007.
157 f.

Orientador: Noé Freire Sandes.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, 2007.

Bibliografia: f. 148-157

1. Távora, Juarez – Influência – Brasil – Política e governo - 1930-1960 2. Silva, Golbery do Couto e – Influência – Brasil – Política e governo – 1930-1960 3. Escola Superior de Guerra (Brasil) 4. Militares – Influência – Brasil – Política e governo - 1930-1960 I. Sandes, Noé Freire II. Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia III. Título.

CDU : 355.232:94(81)”1930/1960

LUIZ FELIPE CEZAR MUNDIM

JUAREZ TÁVORA E GOLBERY DO COUTO E SILVA: ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA E A ORGANIZAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO (1930-1960)

Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Goiás, aprovada em ____ de _____ de 2007, pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

_____

Prof. Dr. Noé Freire Sandes (UFG)

(Orientador)

_____

Prof. Dr. Carlos Fico da Silva Júnior (UFRJ)

_____

Prof. Dr. João Alberto da Costa Pinto (UFG)

_____

Prof. Dr. Luiz Sérgio Duarte da Silva (UFG)

(Suplente)

AGRADECIMENTOS

A meus pais Luiz Carlos e Girlene,

pelo esforço e pela dedicação constante desde o meu nascimento, data que marcou o início do empenho por minha educação e por minha formação baseadas na busca de conhecimento e de liberdade, quase sempre sem medir sacrifícios financeiros e emocionais.

A meus irmãos, Carolina, Mariana e Daniel,

pelo carinho, pela paciência e pela atenção, quando eu permitia. Amo muito todos vocês.

À Carolina,

pelo amor e pelo carinho dispensados a mim de forma tão especial durante todo o processo da pesquisa, pelo interesse e pelo esforço em sempre poder ajudar.

Aos amigos,

que sempre conseguiram me ouvir, criticar-me e, comigo, alegrar-se, entristecer-se com as boas notícias e com as dificuldades da pesquisa. Manoel, Marcelo, queridíssima Giovanna e Carolzinha.

A Noé Freire Sandes,

pelo profissionalismo e pela paixão na orientação, pela compreensão e pela atenção aos erros e aos desacertos, e pela vibração nos momentos de alegria da pesquisa. Agradeço-lhe pelo respeito e pela atenção, acima de tudo.

A João Alberto da Costa Pinto,

por semear a inquietude intelectual e humana, pelas conversas quase sempre rápidas, mas esclarecedoras, e pela ajuda na orientação da pesquisa desde a graduação.

RESUMO

Esta dissertação investiga as relações entre as práticas teórico-políticas dos intelectuais militares Juarez Távora e Golbery do Couto e Silva e o Estado brasileiro, tendo a Escola Superior de Guerra (ESG) como o meio institucional catalisador dessas relações. Para isso, a pesquisa estabelece relação de formação da visão de mundo da ESG e o campo cultural em que ela estava inserida, a partir da comparação da obra entre os dois autores, observando o contexto de um período da revolução capitalista no Brasil contemporâneo (1930-1960). Este estudo analisa a obra desses dois militares numa perspectiva que busca observar a construção e a consolidação do modelo ideológico para a organização do Estado Brasileiro. A pesquisa aponta que a afirmação trans-histórica do Exército brasileiro entre 1930 e 1960 destaca mais a relação dos militares com o Estado e com o que entendiam como nação do que a sua própria jornada corporativa. As práticas teórico-políticas dos dois intelectuais militares analisados no trabalho apontam para o esforço de imputação de valores da organização militar na organização do Estado.

Palavras-chave: Estado brasileiro, intelectuais, militares, ESG.

ABSTRACT

This dissertation investigates the relationship between the Brazilian State and the theoretical-political practices of military intellectuals Juarez Távora and Golbery do Couto e Silva, with the Escola Superior de Guerra (ESG) serving as the institutional catalyst for this relationship. Through the comparison of the two authors' works within the context of a period of capitalist revolution in contemporary Brazil (1930-1960), the research establishes a relationship between the ESG's worldview and the cultural field that encompassed it at the time. This study analyzes the work of these two military intellectuals in an attempt to observe the construction and the consolidation of the ideological model for the organization of the Brazilian State. The research shows that the progressive consolidation of the Brazilian Army between 1930 and 1960 can be attributed more to the Military's relationship with the State and its understanding of nationhood than to its own trajectory as an organized entity. The theoretical-political practices of these two military intellectuals demonstrate an effort to justify the values of the military organization by ascribing them to the organization of the State itself.

Keywords: Brazilian State, intellectuals, military, ESG.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABI: Associação Brasileira de Imprensa

Adesg: Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra

CEDPEN: Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional

CEMCFA: Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas

CEN: Conceito Estratégico Nacional

CNP: Conselho Nacional do Petróleo

Cosupi: Comissão Supervisora do Plano dos Institutos

CPDOC/FGV: Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas

CLE: Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência

CSG: Curso Superior de Guerra

CSN: Conselho de Segurança Nacional

DHBB: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro

DSN: Doutrina de Segurança Nacional

ECEME: Escola de Comando do Estado Maior do Exército

EEM: Escola de Estado-Maior

EME: Estado-Maior do Exército

EMFA: Estado-maior das Forças Armadas

EsAO: Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais

ESG: Escola Superior de Guerra

FAB: Força Aérea Brasileira

FEB: Força Expedicionária Brasileira

Ibad: Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IJNPS: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais

Ipes: Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

Iseb: Instituto Superior de Estudos do Brasil

JIAD: Junta Inter-Americana de Defesa

JT: Arquivo Juarez Távora

ONA: Objetivos Nacionais Atuais

ONP: Objetivos Nacionais Permanentes

PCB: Partido Comunista Brasileiro

QEME: Quadro de Estado-Maior do Exército

SNI: Sistema Nacional de Informações

UNE: União Nacional dos Estudantes

USP: Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

RESUMO 06

ABSTRACT 07

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS 08

INTRODUÇÃO 12

CAPÍTULO 1 – ESG: IDEOLOGIA E CAMPO CULTURAL 33
1.1 – O instituto de altos estudos ESG e a integração militar-civil 39
1.2 – Doutrina e visão de mundo na ESG 54
1.2.1 – A *Guerra Total* como fundamento do moderno conceito de *Segurança Nacional* 54
1.2.2 – Segurança e Desenvolvimento 61

CAPÍTULO 2 – JUAREZ TÁVORA E A ORGANIZAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO 71
2.1 – A incorrigível realidade brasileira: eterna luta frente ao diagnóstico de *desorganização* do Brasil 74
2.2 – A experiência do *tenentismo* e a primeira visão de um Brasil *desorganizado* 77
2.3 – Os militares e a "Revolução" em *À guisa de depoimento* 83
2.4 – O Brasil organizado: espaços institucionais e reforma política 91
2.4.1 – A racionalização administrativa 93
2.4.2 – A Produção 98
2.4.3 – O *sindicalismo-cooperativista* e o *cristianismo social* 110

CAPÍTULO 3 – GOLBERY DO COUTO E SILVA: INTERPRETAÇÃO HISTÓRICA E PROJETO POLÍTICO PARA O BRASIL 116
3.1 – Golbery do Couto e Silva e o pensamento *realista* 118
3.2 – O Planejamento estratégico e a Geopolítica 121
3.3 – Legitimidade política – a Filosofia da história na obra de Golbery..... 130
3.3.1 – Sístoles e diástoles na vida dos estados: Golbery e a História 130
3.3.2 – A idéia de *Anomia* e *Elites Verdadeiras* 134
3.4 – Projeto político e visão de mundo na ESG 138
3.4.1 – Cristianismo, *Ocidente* e ideologia 139
3.4.2 – *Desorganização* e *anomia* – *Organização* e *Planejamento* 141

CONSIDERAÇÕES FINAIS 144

ARQUIVOS CONSULTADOS 148

REFERÊNCIAS 148
1 - Sítios da internet 148
2 – Obras de referência 149

INTRODUÇÃO

O interesse deste estudo está em contribuir com a compreensão da relação entre os militares e o Estado brasileiro contemporâneo. O objetivo, pois, é compreender, no contexto de um período da Revolução capitalista brasileira (1930-1960)[1], as relações entre o projeto teórico-político dos militares brasileiros, evidenciado pelos intelectuais militares Juarez Távora e Golbery do Couto e Silva, e as diretrizes políticas do Estado brasileiro, tendo a Escola Superior de Guerra (ESG) como o meio institucional catalisador dessas relações.

Este estudo elabora-se por meio da análise da obra, observando-se o percurso político desses dois militares – também entendidos como intelectuais –, em uma perspectiva que busca apontar, no meio interinstitucional a que se vincularam ao longo de suas carreiras pública e militar, a construção e consolidação de uma visão de mundo para a organização do Estado brasileiro. O objeto de estudo, dessa forma, é a ESG (Escola Superior de Guerra), principal instituição que possibilitou a formação de uma *intelligentsia* militar sólida nesse período.[2]

---

[1] Evidentemente que o capitalismo, como formação social, já havia se implantado no Brasil desde o século anterior. Com a Revolução capitalista, entendo todo o processo de ajustes e redefinições do sistema no Brasil durante o século XX, e que atinge seu maior grau de complexidade (de plena amplificação do Estado nas diversas agências; com a passagem gradual do processo de exploração da *mais valia* absoluta para a relativa) apenas com o final do ciclo de golpes político-militares, após o regime civil-militar de 1964.

[2] Karl MANNHEIM queria, com o conceito de *intelligentsia*, dar autonomia relativa ao estrato dos intelectuais, como meio de passar de uma visão particular de ideologia para uma concepção valorativa de ideologia, ou seja, enfatizar na figura do intelectual o sujeito responsável pela produção de valores. O que destaco do conceito de *intelligentsia*, ainda que a ênfase de Mannheim esteja no caráter autonomista atribuído aos intelectuais, é a definição de que são eles os sujeitos que universalizam uma visão de mundo política, sendo que suas práticas diferem-se, portanto, do intelectual-funcionário (em sentido gramsciano), que quase sempre é gestor (um engenheiro, um advogado, etc.). A *intelligentsia* é a fração que produz teoria, os modelos explicativos, as bases das visões de mundo das classes sociais. O potencial operatório do conceito de *intelligentsia*, no que diz respeito à compreensão dos intelectuais brasileiros no período em que trato, está na caracterização da organização desse estrato, percebido como camada 'intersticial' diante dos interesses das

Juarez Távora e Golbery do Couto e Silva foram os intelectuais escolhidos por serem entendidos aqui como os ideólogos mais representativos na construção e na representação dessa *intelligentsia*. Como se verá adiante, a opção pela análise dos dois não é escolha arbitrária e meramente instrumental. O que tenho em vista são as possibilidades de estabelecer relações históricas ao observar a ESG a partir de seus membros proeminentes, a começar pelo papel que Juarez Távora desempenhou na abertura dessa instituição e em seu comando, contribuindo com a sua estruturação e com a sua elaboração de esboços dos conceitos e noções gerais, norteadores da doutrina assumida por ela.

É possível observar, na doutrina, elementos históricos estruturais do velho combatente nas fileiras rebeldes do *tenentismo*, da década de 1920, e do soldado vencedor em plena "caminhada no altiplano" a partir da "Revolução" de 1930.[3] Da mesma forma, é possível observar, no contexto da evolução das Forças Armadas na primeira metade do século XX no Brasil, a construção e a consolidação de uma ideologia militar para a organização do Brasil, perceptível mesmo na trajetória política e na evolução dos textos de Juarez Távora. A afirmação de tal evolução pode ser apontada, institucionalmente, na criação da ESG, em 1948.

Em Golbery do Couto e Silva, é notável uma espécie de sofisticação e ampliação desses elementos ideológicos e doutrinários. O seu papel, mediante a ESG, é mais rico do que a simples descrição de um intelectual militar que estruturou o modelo de Estado brasileiro, que entraria em vigor com o regime cívico-militar a partir de 1964. Golbery do

---

classes em conflito. Ver Karl MANNHEIM, *Ideologia e Utopia*, 1972, cap. III, pp. 135-215 e também "O problema da 'Intelligentsia'. Um estudo de seu papel no passado e no presente" In.: *Sociologia da Cultura*, 2004, pp. 69 – 139.

[3] Lembro o termo usado pelo próprio Juarez Távora, em suas *Memórias*, no 2º volume, *A caminhada no altiplano*, 1974-1976.

Couto e Silva é, sobretudo, o ideólogo não de um projeto político que envolveu os militares e setores da classe dominante.[4]

A definição do objeto, em sua configuração final, assim como a composição do método, pôde ser concretizada pela elaboração de pequenos estudos temáticos e trabalhos disciplinares, material do qual dispus nesta redação. Ao realizar a pesquisa, que resultou na monografia de graduação, procurei fazer uma primeira aproximação ao tema proposto. O objeto analisado foi Golbery, para o qual busquei estabelecer gênese ideológica da obra, breve estudo de sua participação na ESG e possíveis interpretações acerca do problema dos intelectuais militares e suas relações com o Golpe de 1964 e o regime civil-militar.

Chegando ao pré-projeto da pesquisa da dissertação, apontei para a tentativa de investigação que pudesse relacionar a ESG com a produção intelectual de seus membros. Pretendia, com isso, realizar estudo que apontasse, no projeto teórico da ESG, visão de mundo e projeto de classe, demonstrando a sua contribuição para o desfecho do golpe de 1964 e para a construção da doutrina que orientou as práticas do Estado durante a ditadura.

A problemática, nesse caso, compunha-se de questões referentes ao quadro de contribuição e participação política da ESG nas décadas de 1950 e 1960, ao modo com que a Escola condicionava as práticas políticas dos intelectuais que a ela pertenciam, e a como essa mediação entre instituição e intelectual possibilitou interpretação da historicidade da visão de mundo produzida pelos intelectuais referidos. A partir disso, a intenção era saber como essa visão de mundo, produzida naquela Escola, teria servido a um projeto de classe.

Entretanto, durante o desenvolvimento da pesquisa, impuseram-se novos problemas que acabaram por se sobrepor à problemática inicial, a saber: o de compreender como foi

[4] Ao falar de setores da classe dominante, lembro em especial a definição de *fração de classe*. Ver Pierre BOURDIEU, que atenta ao fato de que dentro da classe dominante existem diversas frações dominantes, que "lutam pela legitimidade de sua dominação quer por meio de sua própria produção simbólica, quer por intermédio dos ideólogos conservadores". (*O Poder Simbólico,* 2004(a), p. 12). Para a classe dominante em questão, apresento-a mais abaixo, nesta introdução, e procuro caracterizá-la durante toda a dissertação. Atualmente, parte dos autores na literatura marxista defende a existência de mais uma classe fundamental, além das duas na divisão clássica, principalmente para o caso brasileiro: a classe em questão seria a dos *gestores*, para a qual o conceito, apesar de não ser trabalhado neste estudo, reaparecerá mais adiante.

possível historicamente a criação de ambiente institucional como a ESG; e, a partir da resposta parcial a esse problema, procurar saber qual o ambiente intelectual em que ela se construíra e se afirmara, ou seja, quais seriam as características da *intelligentsia* que estava à sua disposição e como pôde obter sucesso com a atividade teórico-político desse corpo intelectual; por fim, entender, ao menos parcialmente, qual o caráter da relação dos militares com o Estado brasileiro nesse período. A problemática orienta o estudo, portanto, que procura fornecer mais pistas para compreender essa relação, por meio de análise histórica da origem do pensamento da ESG e do papel desenvolvido pela instituição no *campo* cultural brasileiro no pré-golpe de 1964.

A linha de pesquisa "História, Memória e Imaginários Sociais", considerada na inscrição do projeto, identifica-se na perspectiva de análise da construção de discursos que se pretendiam hegemônicos, ao formarem visões de mundo e na medida em que definiam relações de poder. A História Intelectual é o ramo dentro da ciência histórica de orientação teórica e metodológica desta dissertação. Foi em seu aparato teórico e metodológico que pude encontrar os referenciais para o debate fecundo e para o levantamento dos problemas pertinentes ao objeto. Na História Intelectual, pode ser definida com clareza a proposição epistemológica desta pesquisa, caracterizada pela validade de certo tipo de conhecimento histórico em que a intelectualidade (ou "idéias") constitui o seu objeto, mas não de forma exclusiva.

A escolha pela terminologia está calcada na distinção proposta por Krieger, entre "história das idéias" e "história intelectual", em que a segunda insere o estudo das idéias e atitudes no conjunto das práticas sociais, ao contrário da primeira, que se ocupa em identificar nas idéias os agentes históricos primários.[5]

---

[5] Refiro-me ao texto de Francisco FALCON sobre a História das Idéias na coletânea de artigos "Domínios da História" (*História das Idéias*, 1997). Longe de ser ponto de extrema relevância, a escolha e a justificativa do termo, para definir a proposta epistemológica deste estudo, servem para orientar e apresentar o tema e o lugar por onde a dissertação caminha.

O destaque da trajetória política e, principalmente, intelectual dos dois militares escolhidos propõe-se, portanto, como forma de elucidar melhor os mecanismos ideológicos da relação entre os militares e o Estado brasileiro ao longo do período recortado pela pesquisa. Um rápido resumo dos principais elementos históricos que definem esse período pode apontar a dimensão dessa relação entre militares e Estado que proponho.[6] As transformações ocorridas no Brasil a partir da década de 1930 são decisivas para esse exame.

Foi a partir do golpe de 1930 que se estabeleceu ruptura na forma de acumulação capitalista no País. A consolidação da presença do Estado na economia, por meio dos investimentos estatais na indústria de bens de produção, representou rompimento com as concepções liberais, na medida em que as decisões econômicas foram deslocadas para o interior do Estado. O novo Estado também permitiu ampliação do campo de tensões políticas e econômicas em seu seio, expressas no surgimento e no fortalecimento das variadas representações de classe (como os sindicatos e as associações) e na multiplicação dos órgãos burocráticos.[7] Esse campo de tensões foi onde se criou e se fortaleceu, fundamentalmente, a produção ideológica. No Brasil pós 30 e Estado Novo, a ideologia majoritariamente formulada foi a de Estado, produzida como aparato de legitimação do "projeto de nação".[8]

Apesar de as demais classes e frações da classe dominante terem ganhado espaço econômico e social, as suas participações políticas foram controladas na medida em que seus líderes também participavam no poder estatal, além da repressão do regime.[9] Em meio a esse contexto, atuavam o movimento operário e o *tenentismo*.[10] Ao tempo em que as leis

---

[6] Por Estado, para a sustentação conceitual da hipótese desta dissertação, assumo a definição dada por Nicos POULANTZAS, ao dizer que "o Estado, no caso capitalista, não deve ser considerado como uma entidade intrínseca mas, como aliás é o caso do 'capital', *como uma relação, mais exatamente como a condensação material de uma relação de forças entre classes e frações de classe, tal como ele expressa, de maneira sempre específica, no seio do Estado*". (*O Estado, o Poder, o Socialismo*, 2000. p. 130 – itálico do autor).

[7] Sônia Regina de MENDONÇA, *Estado e Economia no Brasil*: opções de desenvolvimento, 2000. p. 15.

[8] *Ibid.*, p. 38.

[9] Luiz Werneck VIANNA, *Liberalismo e sindicato no Brasil*, 1999. p. 178.

[10] O conceito *tenentismo* tem a sua origem no tempo em que o movimento era ativo e compunha um agente histórico formado pelos chamados "militares revolucionários" de 1930. Advém do próprio termo *tenente*, personagem histórico criado pelos políticos do pós-1930 que se opunham a esse grupo de militares. Acusados

trabalhistas e o corporativismo sindical desarticulavam a oposição dos trabalhadores ao Estado, a reestruturação do Exército e a ideologia de Estado autoritário dividiam e assimilavam os *tenentes* ao limitado espaço político concedido a eles no governo.

Em dezembro de 1931, quando o Clube 3 de Outubro apresentou o seu estatuto e o seu manifesto de criação, os *tenentes* tentaram se reorganizar em torno de um esboço do que deveriam ser, no entendimento deles, as idéias "revolucionárias" orientadoras do regime ditatorial e da nova Constituição. Quando da sua fundação, O Clube 3 de Outubro tinha à sua frente o Dr. Pedro Ernesto como presidente e, na diretoria, o general Góes Monteiro, o comandante Hercolino Cascardo e o Ministro Osvaldo Aranha, respectivamente 1º, 2º e 3º vice-presidentes.[11] Apoiavam incondicionalmente Getúlio Vargas, mas polemizavam e especializaram-se em gerar crises no ambiente governamental.

Até 1934, todos os membros da primeira diretoria já estavam fora do Clube que, não bastasse ter perdido os seus participantes mais ilustres, também sofreu ressalvas severas de Osvaldo Aranha e Góes Monteiro.[12] Com a derrota do Clube 3 de Outubro, alvo da oposição de todos os partidos políticos, dos socialistas aos liberais, e da indiferença do governo, dissolvia-se o que restava do ideário original do tenentismo. Com o fim do Clube, frustraram-se as tentativas de criar uma ideologia para o Estado, baseada em seu programa de caráter pequeno-burguês e que, apesar de distante dos "extremos elitistas" agrários ou burgueses e da ameaça dos proletários, preconizava o direito à greve, à instituição do trabalho coletivo, à

---

de não serem "revolucionários", esses políticos também criaram sua forma de acusar os militares de não serem exatamente "revolucionários", tratando-os pejorativamente como "tenentes" (Vavy Pacheco BORGES, *Tenentismo e Revolução Brasileira*, 1992, p. 139-166). Como o objeto desta dissertação limita-se ao processo de formação da ESG, não pretendo caracterizar o *tenentismo* propriamente dito, mas destacar a atuação e o sentido do movimento na apreensão dos indivíduos envolvidos na criação da ESG, que viveram o movimento e carregaram a marca dessa experiência, a ser destacado aqui na figura de Juarez Távora. Volto, portanto, a essa questão no segundo capítulo, em que tratarei da trajetória de Juarez Távora.

[11] Durante os primeiros momentos de existência do Clube, Juarez Távora encontrava-se convalescente e não pôde participar. Entretanto, a sua participação no Clube, principalmente na redação das teses principais apresentadas no Congresso Nacional Revolucionário, foi incisiva até assumir o Ministério da Agricultura, em dezembro de 1932. Távora era entusiasta das idéias proferidas no Clube, as defendia e as representava nos congressos e, após a sua extinção, passa a articular a criação de outros "partidos revolucionários", inspirado no ideário do Clube 3 de Outubro, como se verá no segundo capítulo. Ver Juarez TÁVORA, *Memórias*, 2º Vol., 1974-1976. p. 59.

[12] José Murilo de CARVALHO, *Forças Armadas e Política no Brasil*, 2005. pp.72-73.

nacionalização das riquezas naturais e afirmava a função social da propriedade.[13] Era uma fórmula um tanto confusa; porém, a mais plausível que o tenentismo do pós-1930 encontrava para se afirmar historicamente.[14]

Por outro lado, a idéia sempre presente da racionalização profunda do Estado e da administração pública, assim como a da centralização autoritária e antiliberal, ganhou respaldo no governo. O Estado brasileiro arregimentava os seus intelectuais e dava forma à sua ideologia autoritária e conservadora, ainda que buscasse empreender mudanças de caráter progressista na organização da economia e do aparelho burocrático.

Os militares ocuparam, então, parte expressiva nessa reforma dentro da ordem. Compunham a organização mais especializada em termos técnicos e de planejamento – fatores curriculares recorrentes nas disciplinas responsáveis pela formação dos Colégios e Escolas militares, que se reestruturavam desde o início da década de 1920, com as visitas das missões francesa e alemã, quando foram fixadas noções mais firmes de hierarquia, planejamento estratégico e formação dos oficiais.

O Exército tomava a sua forma mais moderna e organizada, tendo no General Góes Monteiro a sua principal liderança intelectual e política.[15] Entretanto, ao mesmo tempo em que representava o Exército e, juntas, as Forças Armadas e algumas das principais idéias do tenentismo, ao assumir o comando militar da revolução e o ministério da Guerra até 1935, Góes Monteiro era o militar diretamente comprometido com a ordem e a direção do Estado.

---

[13] Juarez Távora é o melhor exemplo da definição do *tenentismo* nos termos em que o Clube 3 de Outubro representava. Tal visão já se fixaria claramente em suas cartas trocadas com Prestes, quando da adesão deste ao comunismo; nelas, prevalece o discurso da autoridade e da neutralidade do Estado e da administração pública, que deveria ser orientada por uma vocação que fosse "própria e natural ao Brasil". Prevalece, também, a referencia constante a Alberto Torres, a quem o Clube 3 de Outubro reverenciava (Ver Juarez TÁVORA, *Memórias*, 1º Vol., 1974, p. 353).

[14] Quanto a essa asserção, ver, por exemplo, Nelson Werneck SODRÉ, *História Militar do Brasil*, 1979. pp. 241-251.

[15] Para uma visão da evolução do ideário político dos militares, ver a noção de *Partido Fardado*, que está presente nas análises de diversos autores, principalmente em Oliveiros S. Ferreira, que a usa para entender o que chama de fração das Forças Armadas com características de uma facção política, em formação desde o final do século XIX, e que se afirmou vitoriosa em 1964. Ferreira destaca as noções de hierarquia, honra, patriotismo, disciplina e ordem, como expoentes de uma idéia de unidade orgânica nas Forças Armadas, que formariam os principais elementos da composição do *Partido Fardado*. (Ver Oliveiros S. FERREIRA, *Vida e morte do partido fardado*, 2000).

Retirava, então, a ação dos tenentes da cena política, preocupado em evitar "radicalismos", e até 1945 serviria ao Estado Novo e a Getúlio Vargas, convencido de que carregava com ele a idéia de um Exército nacional mais correta:

> Ele (Góes Monteiro) tinha a clara consciência da disjuntiva que se colocava para o Exército, e teve a socorrê-lo na solução do problema – que só poderia ser incorporar o espírito dos tenentes e retirá-los da cena política – a Revolução de 32 que colocou em xeque o governo revolucionário. (...) Promovido a general em 1931, na efervescência do tenentismo vitorioso, Góes será o intelectual do Partido Fardado, o general que incorporará o desprezo pelos civis (...). Ao mesmo tempo em que tem uma idéia muito clara de qual é o interesse do Estado, ele faz do Brasil uma imagem sem retoques e sabe, por isso mesmo, que o Exército deve ocupar e servir o País. Não apenas isso o qualificaria, porém, a ser o "Intelectual do Partido"; ele o é porque foi o primeiro – e o único general – a dar ao Exército uma missão política que acabava redundando numa concepção do Estado. Em outras palavras, construiu uma doutrina para o Partido e pretendeu que ela fosse a doutrina política para o Exército.[16]

A tese de Oliveiros S. Ferreira é a de que o percurso do *Partido Fardado*, desde a Questão Militar com o Floriano, foi o de facção política em composição e, a partir de Góes Monteiro, em afirmação dentro das Forças Armadas, quando conseguiu incorporar a noção de hierarquia militar em todas as armas em razão da influência decisiva na criação do EMFA. O *Partido* passava da concepção contestatória para concepção de doutrina política para o Estado. Esse aspecto da evolução no pensamento militar pode ser elucidado na própria fala de Góes Monteiro, na ocasião da reunião dos generais em dezembro de 1935, realizada logo após o movimento comunista de 1935:

> Ninguém tenha dúvida de que o organismo militar entrou no período pré-agônico, e entre as causas principais da decomposição que se processa velozmente – tenhamos a coragem de confessar – ressaltam a incúria e a inépcia de Chefes, que são o cérebro apodrecendo. (...) O mal é institucional. O reconhecimento desse mal foi que me induziu a chefiar militarmente o movimento de 1930, pois antes já o assinalara com indizível ansiedade. Depois da vitória da Revolução de Outubro, em todas as posições que ocupei, até a de Ministro da Guerra, em todas as atividades e comissões que exerci, inclusive como membro da Sub-Comissão [sic] de Constituição; no Exército e fora do Exército, todas as minhas preocupações e trabalhos se orientaram no sentido invariável de livrar a minha Pátria dos flagelos que a ameaçam. (...) Reconhecemos a priori que a atual Constituição ou se torna inexeqüível e violável, ou nos arrastará à perda definitiva. Sem mudá-la ou reformá-la, impossível será garantir o Estado brasileiro e manter em bom ponto as condições da segurança nacional. (...) As forças armadas têm o dever de garantir e nunca de tutelar os poderes públicos. Mas o dilema é evidente: com a atual Constituição, o passado se repetirá, o mal se agravará, sucumbiremos proximamente. O Governo deve então, substancialmente, cuidar de não nos deixar perecer. Nenhuma solução de

[16] Oliveiros S. FERREIRA, op. Cit., p. 93.

> *mezzo termino* satisfará. Somente uma solução definitiva, que nos leve gradualmente ao objetivo final, que é o equilíbrio social.[17]

Depois de lido o voto escrito, pelo general Góes, o general Dutra teria optado pela proposição do golpe de Estado. A medida seria levada a cabo em dois anos, após o veículo intenso de propaganda, violências diversas e terror policial, tal qual se preparam os golpes fascistas, para criar as condições indispensáveis à instauração da ditadura.[18] Góes Monteiro e Eurico Gaspar Dutra formavam a liderança da cúpula militar. Definiam, para o Estado e para as Forças Armadas, a idéia do papel dos militares no Brasil, ao mesmo tempo em que estabeleciam as bases da noção de Estado brasileiro para os militares. São essas noções, de restabelecimento da hierarquia e da disciplina, do poder central capaz de orientar a nação e da república como espaço de política, em que não deveria ser permitido jogos pessoais de poder, que os afastariam, mais tarde, definitivamente de Getúlio Vargas.[19]

A idéia de *Partido* é interessante por dar unidade ao processo de politização e atuação da ala dos militares envolvida com o poder e com os golpes de Estado. A ênfase no caráter partidário do grupo de militares, que em 1948 fixaram a sua representação na ESG, entretanto, poderia atribuir demasiados isolamento e autonomia do objeto de análise, tal qual a proposição conceitual proposta por Edmundo Campos Coelho no livro *Em Busca de Identidade*, de 1976, no qual insiste na necessidade de entender as Forças Armadas como *organizações*. Trata-se de definição dos militares por suas características, na condição de

---

[17] Góes MONTEIRO, Cap. VI: A caminho de um regime diferente. In: Lourival COUTINHO, *O General Góes depõe...*, 1956. p. 308-310. Trata-se da entrevista do General Góes Monteiro dada ao jornalista Lourival Coutinho.

[18] Nelson Werneck SODRÉ, op. Cit., p. 257.

[19] A relação dos militares com Getúlio Vargas é fundamental para a compreensão da própria relação entre os militares e o Estado brasileiro contemporâneo. A evolução dessa relação, caracterizada pela construção da aliança – de 1930, com o fortalecimento do papel político dos militares, até 1937 – passando pelo forte vínculo com Vargas e com o Estado, até 1945, quando gradativamente se dá o início do afastamento e, por fim, a oposição e o conflito definitivo na primeira metade da década de 1950, marcou o desenvolvimento e o amadurecimento nas Forças Armadas do pensamento militar (intrínseco a seu papel político) para o Brasil. Para uma síntese desses elementos, ver José Murilo de CARVALHO, op. Cit., p. 102-117.

grupo coeso, com autonomia e interesses próprios, como partido, porém fechado em torno deles mesmos e em franca disputa com as demais *organizações* na sociedade civil.[20]

A análise, nesses termos, sublinha a tendência autonomista das Forças Armadas e, ao se preocupar principalmente em dar importância ao estudo da vida e da dinâmica interna das instituições militares, desvinculam-nas quase completamente do funcionamento da dinâmica social e das relações de produção no Brasil. O estudo das Forças Armadas, entendidas como *organizações*, atribui aos militares o caráter de grupo essencialmente distante das contradições internas do próprio Estado, como se esse fosse apenas um meio ideal de realização dos objetivos de uma *organização* como qualquer outra.[21]

Dessa asserção das Forças Armadas como *organizações*, pois, extrai-se a profícua possibilidade de perceber no Exército uma organização nacional que, a partir de 1930, cumpria o papel de interação administrativa ampliada com o Estado (mais do que disputava o poder político dele), fornecendo algumas das principais soluções econômicas e sociais para a estruturação do aparelho estatal em termos modernos.[22] É nesse sentido que procuro

---

[20] Edmundo Campos COELHO, *Em Busca de Identidade*, 2000, p. 18. A ênfase na motivação corporativa para a ação dos militares brasileiros nesse período é bastante difundida, e é apresentada aqui apenas para rápida localização do tema no debate historiográfico. Ver, por exemplo, além dos autores mencionados, o texto clássico de Ítalo TRONCA (1986), *O Exército e a industrialização: entre as armas e Volta Redonda*, sobre a relação dos militares com a construção da Usina Siderúrgica de Volta Redonda, considerada e bem defendida pelo autor como ação de interesse quase meramente corporativo dos militares em adquirir material bélico. Nesse caso, a análise é talvez uma das mais bem sustentadas entre os estudos sobre os militares brasileiros, porém, tem também a marca do estudo apenas conjuntural.

[21] Num sentido diverso, outro estudo relevante sobre os militares no Brasil, obrigatório a qualquer pesquisa na área por reunir dados e fontes até então inéditos, é o do brasilianista Alfred Stepan. Stepan diz em seu *Os militares na política* que as intervenções militares na política brasileira do século XX se explicam pelo "padrão moderador" que os militares exerciam na organização do Estado. Esse "padrão" corresponderia à relação entre os militares e os civis na vida política, que conferia ao primeiro o papel de depor um governo civil e transferir a outro também civil. No caso do golpe de 1964, esse padrão teria mudado, e os militares teriam se organizado o suficiente para exercer um novo papel e assumir o governo diretamente, diante da crise política e institucional (e também hierárquico-militar) durante o governo de Goulart. (Alfred STEPAN, *Os militares na política*, 1975).

[22] Tenho em vista, também, a tese de Luiz Werneck VIANNA de que o Estado constituiu-se, no Brasil pós 1930, o "partido da burguesia" (desacompanhado da ideologia burguesa), por meio de institucionalização corporativa que tinha em amplos setores da sociedade, como os militares do tenentismo, a sua organização modernizante. (Luiz Werneck VIANNA, op. Cit., pp. 123-178); e a tese de Wanderley Guilherme dos SANTOS, de que o Exército no Brasil, antes de a burguesia se organizar como classe nacional (até fins da década de 1940), já era uma organização nacional e assumiu o papel de organizador das estruturas administrativas do Estado, como a burocracia pública. O diferencial do exército era que "aberto a diversas formulações ideológicas e influencias profissionais – o positivismo, a geopolítica, o nacionalismo, as missões alemã e francesa –, o Exército brasileiro necessitou acomodar concepções divergentes quanto à natureza da

fazer a análise da produção ideológica e das características da doutrina da ESG, tomando como ponto de partida o estudo da obra intelectual, pontuada pela trajetória política, de Juarez Távora e de Golbery.[23]

Enquanto Góes Monteiro preparava o espaço das Forças Armadas perante o Estado e organizava o próprio Exército, Juarez Távora se envolvia com questões de administração pública e de organização do aparelho estatal. Ocupou os mais diversos cargos no governo provisório e no primeiro governo constitucional de Getúlio Vargas. Organizou a divisão de poderes nas interventorias do Norte e Nordeste; realizou reformas administrativas racionalizantes no Ministério da Agricultura em 1933; acompanhou e debateu calorosamente várias questões referentes à administração pública e à constituição, como na criação dos conselhos técnico-administrativos no Ministério da Agricultura (idéia que se difundiria para os diversos órgãos do governo), nas questões de extração das riquezas naturais; e, já na segunda metade da década de 1940, no debate da política de exploração de petróleo.

Nesse momento, seria definido com mais clareza outra vertente ideológica dentro das próprias Forças Armadas: a dos chamados na historiografia por *nacionalistas*, os defensores da intervenção do Estado na vida econômica da nação, representados em oficiais como Nelson Werneck Sodré, Henrique Teixeira Lott e Júlio Caetano Horta, que polemizou com Juarez Távora em 1947 no Clube Militar na questão do petróleo.

---

boa sociedade a ser criada e quanto ao modo de criá-la". (Wanderley Guilherme dos SANTOS, *Ordem Burguesa e Liberalismo Político*, 1978. p. 114).

[23] A proposta de realizar um estudo da trajetória política e militar de militares pertencentes à ESG também já foi realizada no belo trabalho de Eduardo SVARTMAN. Em sua tese de doutorado em Ciência Política (*Guardiões da Nação*, 2006), Svartman procurou realizar análise que apresentasse o domínio político do regime civil-militar de 1964 a partir de seus agentes militares, dispostos em grupo de 24 generais escolhidos pelo autor por critérios de identificação baseados na formação profissional e ideológica. Juarez Távora e Golbery fazem parte desse grupo. Entretanto, a abordagem segue principalmente a via da análise da trajetória política e militar dos generais escolhidos. Num sentido um tanto diverso, o que se propõe aqui é a análise das obras de Juarez Távora e Golbery, à luz de suas trajetórias política e militar, elementos que compõem projetos de classe como projetos de nação.

O que esta dissertação procura destacar, entretanto, é que a partir da década de 1950, a efervescente produção ideológica e intelectual no Brasil se firmou em diversos formatos teóricos. Um fenômeno na produção ideológica tomou forma nesse período, a saber: a intermediação da prática institucional como meio de ação específica dos intelectuais. As instituições de altos estudos, como a ESG, o Instituto Superior de Estudos do Brasil (Iseb) e o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJNPS) serviram aos intelectuais brasileiros meios práticos aos seus projetos teóricos. Nesse período, tivessem os intelectuais pensamentos que se identificassem na direita ou na esquerda política, a ligação que seus trabalhos têm com formato de projeto para ação futura era talvez o ponto mais importante a ser observado; e em instituições como essas, estava o único meio possível de fecundação e circulação de suas idéias.[24]

Nesse período, o Estado nacional buscou, em instituições como as citadas, os seus principais projetos administrativos e, de tal maneira, a sua fundamentação e a sua legitimação como aparelho regulador da vida social. Essa produção tinha a sua forma nacional-conservadora e autoritária representada na ESG, que surgiu como resultado de estudos desenvolvidos por um grupo de militares que se dizia consternado com as conseqüências da recém-terminada Segunda Guerra Mundial. Nesse momento, já se verificava sensação de ameaça nacional entre os militares com vocação intervencionista (o *Partido*, na acepção de Oliveiros Ferreira), que, nesse momento, se identificavam principalmente pela ligação que tinham com a FEB (Força Expedicionária Brasileira).

Esses militares referiam-se, constantemente, à possibilidade de intervenção efetiva, quando fosse necessário, das Forças Armadas nos destinos do País, com o intuito de proteger a nação contra o "perigo comunista" ou qualquer outra ameaça à "democracia"

---

[24] Ver João Alberto da Costa PINTO, *Os Impasses da Intelligentsia diante da Revolução Capitalista no Brasil (1930 - 1964)*: História e Política em Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior e Nelson Werneck Sodré, 2006.

brasileira. Assim o fizeram em 1945, quando depuseram Vargas; e assim o fizeram, em 1948, quando deram o passo inicial para a criação da ESG.

Em meio ao clima de guerra fria, e na certeza de “inevitável conflito” entre o “ocidente democrático” e o “oriente comunista”, os estudos realizados na Escola foram resultados diretos da preocupação dos militares com esse contexto. Nela, os estudos desenvolvidos tiveram como principal premissa a formulação da Doutrina de Segurança Nacional e, portanto, o desenvolvimento de estudos e projetos acerca da segurança nacional, estratégia nacional, política nacional e desenvolvimento nacional, conceitos a serem analisados no primeiro capítulo.

O que se torna perceptível, desde a criação da ESG, é que existia uma evolução conceitual e, portanto, desenvolvimento fecundo da doutrina ideológica militar para a formulação do poder a ser adotado pelo Estado. Essa evolução conceitual (da qual irei dispor no primeiro capítulo) correspondia às heranças provenientes do *tenentismo* e suas características perpetuadas e atualizadas em Juarez Távora (elementos a serem trabalhados no segundo capítulo), e do papel da ideologia militar – se assim pudermos indicar –, inicialmente desempenhado por Góes Monteiro e potencializado pela própria produção intelectual da *intelligentsia* da Escola nas décadas de 1950 e 1960.

Juarez Távora e Golbery freqüentaram a ESG, ambos no mesmo período, quando também sistematizaram e escreveram os seus textos e as suas conferências, depois publicados como livros – Juarez, de 1951 a 1952 como aluno, e de 1952 a 1954, como comandante; e Golbery, de março de 1952 a novembro de 1955, como membro do corpo permanente da Escola.

Em Juarez Távora, a presença marcante da memória do tenentismo – em que a luta histórica se dava pela reestruturação política da República, que deveria se voltar para um sentido mais centralizador e moderno; e em que a motivação idealista se caracterizava pelo

ímpeto positivista, matéria-prima do caráter peremptório do sentido racionalista e tecnoburocrático a ser impresso na administração pública – compõe o que entendo como um dos dois principais pontos ideológicos da doutrina da ESG, e elemento de maior esforço conceitual de sua parte, pela Escola: o entendimento da centralização e do controle total da sociedade pelo aparelho estatal (salvo a atuação da burguesia industrial e do capital estrangeiro), como única forma de garantir o que define como *Segurança* e *Desenvolvimento Nacional*, conceituações tomadas como naturais à nação brasileira.

O caso de Golbery é emblemático. Só se fala em Golbery remetendo-se diretamente à ESG e, por conseguinte, ao Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes) e ao Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad). A observação da particularidade do lugar em que Golbery produziu o seu projeto teórico para o Brasil torna possível fornecer os elementos necessários para apontar, na relação instituição-intelectual, a composição de um sistema simbólico que se pretendia hegemônico, na medida em que levava adiante a autoconsciência de uma missão de salvação nacional. Esse aspecto é mais claro em Golbery, que em sua atividade intelectual pela ESG, em seus textos e palestras, precisa melhor a tarefa da *verdadeira elite* brasileira, formada tanto por militares quanto por civis, tecnoburocratas e especialistas da organização da produção no País, como a única capaz de *salvar* a nação da *desordem social* e do *atraso econômico*, características de um momento de *anomia* que o Brasil vivia em sua história, podendo assim livrar a nação da "ameaça do comunismo".

São textos que, por meio da geopolítica e da filosofia da história, afirmam a posição de Golbery como ideólogo da ESG e da fração de classe que ela apresentava e representava, compreendida no próprio conceito de *verdadeiras elites* criado por Golbery. Esses elementos compõem, portanto, o segundo principal ponto ideológico estrutural da doutrina da ESG, o da visão de mundo e máximo de consciência possível de classe.[25]

---

[25] Para maior precisão do significado desses conceitos, ver nota 29 desta introdução.

Estabeleço o objeto deste estudo, assim, como o ponto de convergência da linha de idéias que se desenvolveu nas Forças Armadas – desde Góes Monteiro, Eurico Gaspar Dutra, Cordeiro de Farias e Juarez Távora, a se realizar plenamente, então, com Golbery. A ESG, mais do que esse ponto de convergência e de síntese de idéias, é também campo de práticas teórico-políticas próprio; não é possível compreendê-la apenas como o meio institucional que sofistica a ideologia militar para o Brasil, é necessário compreendê-la, também, como instituição inserida em disputas ideológicas com outras instituições (como o Iseb) – e que essas disputas eram as manifestações dos próprios conflitos entre frações de classe, cujos porta-vozes eram os intelectuais pertencentes a essas instituições pelo trabalho teórico que realizavam.

A luta por interesses das frações de classe, expressa na prática institucional que representa os seus intelectuais e as suas visões de mundo, compõe um *campo* de produção ideológica nesse período.[26] A elaboração do projeto teórico de Juarez Távora e de Golbery lhes foi possível mediante essas condições; os seus trabalhos intelectuais se construíram em

---

[26] Sobre a noção de campo, ver a definição mais sintética que Bourdieu apresenta, entre várias em sua obra, em *Os Usos Sociais da Ciência*: por uma sociologia clínica do campo científico, quando afirma: "A noção de campo está aí para designar esse espaço relativamente autônomo, esse microcosmo dotado de suas leis próprias. Se, como o macrocosmo, ele é submetido a leis sociais, essas não são as mesmas. Se jamais escapa às imposições do macrocosmo, ele dispõe, com relação a este, de uma autonomia parcial mais ou menos acentuada" (Pierre BOURDIEU, 2004(b). p. 20-21) Da noção de campo, o que se apreende principalmente para esta pesquisa é a asserção de que o saber que o intelectual apresenta é um produto, e pressupõe uma unidade social, a instituição, que se encarrega de dar a estabilidade desse saber e de disseminá-lo. A combinação entre os sistemas socioeconômicos e os sistemas de simbolização forma a base do conceito de *campo* em Bourdieu. Trata-se de operação metódica que busca ir além da tentativa da análise do *campo* intelectual como universo relativamente autônomo, ainda que as relações imediatamente visíveis entre os agentes envolvidos na vida intelectual disfarcem uma ligação imediata com o mundo social. O pensamento é, assim, estendido a domínios diversos, com a aplicação de modelos baseados na hipótese de que existem homologias estruturais e funcionais entre todos os *campos*. O método deve funcionar não como aplicação de simples metáforas orientadas por intenções retóricas de persuasão; há uma eficácia heurística, conferida pela tradição epistemológica do reconhecimento dado à analogia. Por essa via, é permitido identificar propriedade comum a todos os *campos* da produção cultural, que é a lógica propriamente mágica da produção do produtor e do produto como feitiços, uma vez que são imediatamente aceitos como legítimos. (Idem, *O Poder Simbólico*, 2004(a), p. 69). Em linhas gerais, e arbitrariamente, é possível indicar em Bourdieu o que seria uma fusão das teorias de Mannheim – e a sociologia do conhecimento – com as de Gramsci – e sua crítica marxista da cultura por meio da categoria-chave *hegemonia*. Nesse sentido, Bourdieu aproxima as duas teorias, pela idéia da homologia entre o *campo* intelectual e os outros campos, e do papel orgânico dos produtores dos bens simbólicos. Da mesma forma, também é possível indicar traços da noção de *reificação*, tão bem fundamentada em *História e consciência de classe* (Georg LUKÁCS, 2003) e apropriadamente absorvida por Lucien GOLDMANN, autor cuja contribuição teórica tem interesse especial para o desenvolvimento desta dissertação.

função dessa intermediação institucional. As suas idéias encontravam viabilidade prática por intermédio da ESG, que estava ligada diretamente ao Estado Maior das Forças Armadas e subordinada ao ministro da Defesa. Nesse sentido, Juarez Távora chama à atenção pelo desenvolvimento de extensa obra escrita caracterizada pelo teor técnico e administrativo, ao mesmo tempo em que combinava esses conteúdos com elementos morais. Já Golbery destaca-se pela ênfase nos elementos morais, de maneira mais sofisticada e fundamentada teoricamente, a ponto de conferir à sua obra importantes traços de filosofia política. Juntos, eles podem traduzir a expressão histórica da ESG em seus primeiros 16 anos de existência.

A análise específica da lógica de cada *campo* da sociedade, em que se estabelecem as relações objetivas, definidas pela relação entre cada agente e sua obra, busca nos interesses ligados à pertença a determinado *campo* de produção cultural o princípio de existência da obra tanto naquilo que ela tem de histórico como naquilo que ela tem de trans-histórico. Entendo o *campo* intelectual como o lugar onde os intelectuais – os produtores ideológicos – lutam pela acumulação de "capital simbólico", como porta-vozes de classe ou fração de classe, lutando pela hegemonia de sua visão de mundo.

Juarez Távora e Golbery, na condição de intelectuais e militares, muito embora se queiram desvinculados dos interesses das classes sociais (pelo contrário, ambos afirmam suas obras como manuais técnicos e morais da sociedade brasileira livre da luta de classes, garantida pela ordem social liderada pela "elite"), podem ser entendidos como constituintes de força de trabalho superestrutural, como representantes de fração da classe dominante, agente da hegemonia, responsável pela própria reprodução ideológica da classe dominante, ou que preparava a sua dominação objetiva.[27]

---

[27] Com Gramsci, entendo, ainda, que o intelectual, na lógica materialista, não está isento da divisão de trabalho. A sua participação carrega a marca de sua ligação com uma classe social, embora o seu trabalho seja a "produção espiritual". A ligação dos intelectuais com uma classe específica, no entanto, não ocorre de forma mecânica, num sentido de puro posicionamento social determinado por suas condições sociais particulares, ou por um sentimento de pertencimento a essa classe. É uma ligação que se caracteriza pela representatividade que o intelectual, por meio de sua obra, assume perante essa classe. Antes mesmo de Gramsci, Marx em o 18

Essa perspectiva teórica para a interpretação da produção intelectual tem, aqui, especial interesse: como mencionei, a definição do objeto desta pesquisa realizou-se ao tempo em que deparei com a tese de que os militares assumiram o papel – não exclusivo, mas fundamental – de organizadores do aparelho estatal e da vida econômica e social do Brasil no pós-1930, uma vez que compunham, com suas instituições, uma das poucas organizações nacionais que reuniam as disposições para a sistematização da burocracia pública e do sistema administrativo amplo; por conseguinte, a organização ideológica institucional em formação no pós 1930, estabelecida definitivamente na década de 1950, pode ser observada como *campo* intelectual, de ação específica da *intelligentsia* autoritária da ESG, inserido em um campo de forças em disputa no seio do Estado. O interesse está em apresentar, com a definição dessa característica, uma das pontas da Revolução capitalista brasileira em gestação no século XX, que é a da produção ideológica vitoriosa em 1964. Produção ideológica que, em muito, deve à relação dos militares e o Estado brasileiro, vista ampla e não apenas corporativamente.

A tarefa disposta pela análise que se seguirá pretende conferir uma hipótese que se impôs à pesquisa após o estudo dos dados reunidos e confrontados com as diversas perspectivas teóricas sobre o tema: a afirmação trans-histórica do Exército brasileiro entre 1930 e 1964 destaca mais a relação dos militares com o Estado e com o que entendiam como nação do que a sua própria jornada corporativa. Nesse sentido, os militares espelharam ideologicamente a sua própria organização na organização da sociedade, e o meio mais objetivo para que realizassem essa lógica foi o de imputar os seus valores na instituição mais responsável pelo controle da sociedade, o Estado.

---

de Brumário indicou os traços dessa configuração orgânica do trabalho intelectual, ressaltando que por meio de suas idéias e de seu trabalho fundamentado, o intelectual representa essencialmente, com consciência ou não dessa afiguração, uma classe dentro de sua realidade econômica e social. (Karl MARX, *O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte*, 2000, p. 56).

Ainda que, colocada dessa forma, a hipótese possa parecer ampla demais, ela subsume uma série de elementos analíticos que correspondem à compreensão histórica e sociológica do objeto proposto pela pesquisa. A *intelligentsia* criada na ESG, tendo como agente um *campo* intelectual em gestação desde a década de 1930, definiu os traços ideológicos para a dominação e a conquista do poder do grupo formado não apenas pela burguesia industrial vinculada ao capital estrangeiro, mas também, e fundamentalmente, pela burocracia civil e pelos militares (o "pessoal do Estado", na acepção de Poulantzas, que ainda define o grupo como *tecnoburocracia*), por tecno-empresários e ideólogos do controle empresarial ligados diretamente ao processo produtivo no Brasil contemporâneo do pós-1964 – processo produtivo em que os próprios militares se vincularam diretamente, intercalando as suas carreiras militares com a de tecno-empresários, ou mesmo empresários.

É nesse sentido que, pela análise da obra de dois dos principais intelectuais militares, efetivamente extraem-se elementos da *visão global do mundo* em construção, afirmada como *máximo de consciência possível* na ESG.[28] Uma vez atingido esse *máximo de consciência* que os indivíduos poderiam ter tido no conflito que as instituições de altos

[28] Visão de mundo, como conceito que quer dar conta do conjunto de idéias e noções valorativas desenvolvidas como fundamentais e naturais à nação na ESG, está fundamentalmente ligada ao conceito de consciência possível de classe de Lucien Goldmann, que a define resumidamente da seguinte forma: "O problema, portanto, está em saber não o que pensa um grupo, mas quais são as mudanças suscetíveis de se produzirem na sua consciência, sem que haja modificação na estrutura essencial do grupo. (...) Existem efetivamente informações cuja transmissão é incompatível com as características fundamentais deste ou daquele grupo social. É o caso em que as informações ultrapassam o máximo de consciência possível do grupo. (...) Todo grupo tende, de fato, a conhecer, de maneira adequada, a realidade, mas seu conhecimento não pode ir senão até um limite máximo compatível com a sua existência. Além desse limite, as informações só poderão passar se for transformada a estrutura psíquica do indivíduo". E conclui a idéia mais à frente: "As obras filosóficas, literárias e artísticas revelam ter um valor especial para a sociologia porque se aproximam do máximo de consciência possível desses grupos sociais privilegiados cuja mentalidade e cujo pensamento e comportamento são orientados no sentido de uma visão global do mundo. Se essas obras têm um valor privilegiado não apenas para a pesquisa, como também para os homens em geral, é porque, na realidade, correspondem a isso para que tendem os grupos essenciais da sociedade, a esse máximo de tomada de consciência que lhes é acessível." (Lucien GOLDMANN, *A criação cultural na sociedade moderna*, 1972, p. 9-17). É necessário esclarecer que, colocada a questão da consciência de classe nos termos de um máximo possível, não significa quantificar a consciência dos grupos em termos absolutos e limiares. A operação conceitual com o uso da expressão *máximo de consciência possível*, neste trabalho, procura apenas organizar sociologicamente os elementos ideológicos dispostos no conjunto de obra dos autores selecionados, em sua relação objetiva, e não homóloga, com os grupos sociais ligados à ESG.

estudos representavam, a doutrina da ESG, inicialmente apresentada como ciência da segurança e do desenvolvimento, adquire o caráter social de ideologia.

A metodologia de pesquisa, portanto, pressupôs a análise das fontes orientada pela definição conceitual de *campo* e a sua função heurística de estabelecer relações homólogas com o campo de tensões no seio do Estado – com o cuidado de não cair em automatismo irrefletido. Entre as principais fontes que utilizei na pesquisa, primeiramente, destaca-se o conjunto dos livros dos dois autores. Esses livros são apresentados nos capítulos dois e três, dedicados respectivamente ao estudo da relação de Juarez Távora com a racionalização do Estado brasileiro e à apresentação das principais categorias e conceitos históricos e filosóficos da obra de Golbery, ao mesmo tempo em que o coloco em tensão com as contribuições teóricas e políticas de Távora para a ESG.

Ainda para as fontes, chamo a atenção para os dois principais ambientes da pesquisa documental: a biblioteca da ESG (localizada em um prédio que hoje leva o nome de Juarez Távora), local onde se encontra o acervo histórico da Escola; e o Arquivo Juarez Távora, localizado na Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro.

Na biblioteca da ESG, pude encontrar todas as conferências proferidas por Juarez Távora. Esse material compõe-se, em sua maioria, de textos que mais tarde seriam reunidos, editados e publicados em seus livros, mas que valem pelas versões originais, comentários adicionais, e pela compreensão do método e da rotina da Escola. Esses documentos totalizam 14 conferências. Na ESG também encontrei as palestras de Golbery, que também seriam reunidas e publicadas em seus dois principais livros. Lancei mão, também, da *Revista da ESG*, na qual podem ser encontrados documentos históricos publicados na íntegra na seção *Memória*.

No Arquivo Juarez Távora, na FGV, encontram-se reunidas inúmeras pastas, organizadas por temas como “Juarez na ESG”, “Juarez no ministério da Agricultura”,

“Carreira militar” etc.; essas pastas contêm documentos que vão de anotações pessoais a trocas de cartas com personalidades diversas; possuem, também, esboços e manuscritos que compõem os materiais originais de seus textos e livros.

Quanto ao aspecto estrutural-formal, disponho três capítulos a seguir. No primeiro, apresento a ESG, discorrendo sobre a sua criação e as condições históricas em que surgiu. Apresento-a como instituição fundamental no campo cultural em que estava inserida, procurando realizar reflexão específica sobre a sua atividade a partir da criação até o final da década de 1950. O objetivo do primeiro capítulo será o de ressaltar as características que fizeram com que surgissem a Escola, as preocupações institucionais na primeira década de sua existência, os aspectos doutrinários e ideológicos que compunham as orientações principais de seu corpo permanente e de seus estagiários e, a partir desses elementos, indicar a possível relação de representação de classe que se engendrou e se legitimou na produção ideológica da ESG. Ponto importante a se destacar neste capítulo, portanto, é a ligação que a Escola buscou estabelecer diretamente com os civis. Esse capítulo tem o objetivo de apresentar, dentro da totalidade do estudo, o formato teórico-político desenvolvido pela ESG na década de 1950, a sua *visão de mundo* em tensão com as outras visões de mundo que eram possíveis no campo cultural àquela época.

Juarez Távora se apresentou como o principal formulador conceitual e técnico da organização do funcionamento da ESG e de sua Doutrina. Observados os traços gerais dessa base conceitual da ESG, principalmente o conceito de *Segurança Nacional*, no primeiro capítulo, parto para a sustentação argumentativa de que os militares só puderam chegar à estrutura teórica formulada na ESG, porque pensaram uma organização para o Brasil já há muitos anos. Essa organização, vista em sentido amplo, gestorial mesmo, dizendo respeito a todas as esferas da sociedade, pode ser percebida na obra e na trajetória de Juarez Távora. O segundo capítulo tratará dessa tarefa, no qual apresento a obra de Távora sob aspectos de

sua trajetória política e administrativa, levantando os traços gerais e específicos do projeto político que carregou durante a sua carreira militar e pública. Apresento, para isso, análise de seus textos técnicos e de suas interpelações “administrativas” na trajetória de homem público.

Golbery do Couto e Silva foi o principal ideólogo da ESG. Formalizou e traçou as linhas gerais da consecução da doutrina da ESG com a sua própria prática política, como um dos principais articuladores ideológicos e políticos entre empresários e militares para tomada decisiva do poder político-estatal. Nesse sentido, a impostação de seu trabalho teórico com densas bases histórico-filosóficas, por meio da disciplina geopolítica e do esforço pela elaboração de um *planejamento estratégico* próprio à nação, são os pontos em que a análise se debruça no terceiro capítulo. Neste, aponto ao final para uma aproximação entre os dois autores e importância desse diálogo para a configuração da *visão de mundo* da ESG, ao mesmo tempo em que procuro indicar o percurso do projeto de desenvolvimento e ordenação social para o Brasil produzido pelo Exército. Caminho, assim, logo para a parte final da dissertação, que são as considerações finais, nas quais indico em que pontos a problemática da pesquisa pôde ou não ser resolvida e em que medida a hipótese se confirmou ou não.

CAPÍTULO 1

ESG: IDEOLOGIA E CAMPO CULTURAL

A Doutrina elaborada na ESG nas décadas de 1950 e 1960 já foi identificada e caracterizada amplamente. As referências são os vários trabalhos que podem ser encontrados na história política – em que, de forma geral, os autores observam a ESG a partir da matriz de suas idéias (reconhecidamente, compostas pelo esforço de elaboração da própria Doutrina de Segurança Nacional - DSN), e em sua atuação conspiratória e política por meio de seus membros, antes e durante o regime civil-militar de 1964.

Encontra-se a matriz, também, em alguns poucos estudos na história intelectual, em que as análises se voltam ao cerne ideológico no qual os intelectuais da ESG se inseriram e a incursões interpretativas pelos seus textos – principalmente os de Golbery.[29]

Reconhecidas todas essas contribuições, o objetivo deste capítulo é, ao fazer emergir a linha de pensamento em que a ESG se fixa e fundamenta sua Doutrina, inseri-la num campo cultural específico. Parto do pressuposto de que esse campo cultural foi o ambiente

---

[29] Para esses estudos, e uma definição geral dos aspectos da DSN na ESG ver: Maria Helena Moreira ALVES, *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*, 2005, pp. 21-96. Vanda Maria COSTA, *A Escola Superior de Guerra*: um estudo de currículos e programas, 1978; Francisco C. A FERRAZ, *À sombra dos carvalhos*: militares e civis na formação e consolidação da Escola Superior de Guerra, 1994; Octávio IANNI, *Pensamento Social no Brasil*, 2004. pp. 245-271. Shiguenoli MIYAMOTO, *Geopolítica e poder no Brasil*, 1995; Eliézer Rizzo de OLIVEIRA, *As Forças Armadas*: Política e ideologia no Brasil (1964-1969), 1978; Maria S. de Moraes ROCHA, *A evolução dos conceitos da doutrina da Escola Superior de Guerra nos anos 70*, 1996; e Alfred STEPAN, *Os Militares na Política*: as mudanças de padrões na vida brasileira, 1975.

interinstitucional que permitiu e engendrou o projeto teórico da ESG para a nação e, assim, forneceu a visão de mundo para a forma prática da disputa entre a fração de classe que representou e as demais.

Retomo a reflexão de que o ponto em que se firma este estudo é a localização de determinado fenômeno na produção ideológica no Brasil: a partir da década de 1940, principalmente, a produção ideológica brasileira passou a se afirmar na intermediação da prática institucional. As instituições de altos estudos, como a ESG, o Instituto Superior de Estudos do Brasil (Iseb) e o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJNPS), assim como algumas instituições partidárias, como o PCB, e mesmo o fortalecimento dos centros universitários, como a USP, serviram aos intelectuais brasileiros meios práticos para os seus projetos teóricos.

Da mesma forma, a partir do momento em que a prática política dos intelectuais, produtores desses projetos, firma-se na mediação institucional própria do campo cultural, tornam-se, pois, expressões de visão de mundo e de projetos de classe.[30]

Se por um lado a efervescente produção ideológica e intelectual no Brasil, na década de 1950, possuía a sua forma nacional-desenvolvimentista em síntese no Iseb[31], por outro, tinha a sua forma nacional-conservadora e autoritária representada na ESG.

---

[30] Quanto a essa formulação teórica, ver João Alberto da Costa PINTO, op. cit., p. 12-13. O autor estabelece interessante relação entre três outros intelectuais representantes desse campo cultural (Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior e Nelson Werneck Sodré) para sustentar a tese de que duas das visões de mundo em disputa nesse campo, no caso as representadas por Freire e Prado Júnior, teriam sido vitoriosas na disputa pela liderança da revolução capitalista no Brasil contemporâneo. Essa vitória, ainda segundo o autor, foi obtida principalmente por uma classe dominante específica e que seria bem caracterizada no caso brasileiro, a classe dos *gestores.*

[31] A forma ideológica *nacional-desenvolvimentista* do Iseb representa apenas o primeiro momento da evolução da instituição, tendo Hélio Jaguaribe à sua frente nesse momento (de criação do instituto, em 1955, até 1958; Hélio Jaguaribe, sociólogo e economista de formação, e marcadamente de orientação desenvolvimentista, publicou dentro do Iseb o livro *O nacionalismo na atualidade brasileira*, tratando sobre os perigos de um "nacionalismo mal interpretado", que poderia dificultar a consecução da política nacional que fosse 'racional e eficaz', ou seja, que aceitasse investimentos estrangeiros; a publicação acabaria por resultar em seu pedido de demissão da instituição, após Roland Corbisier assumir a direção); passando pela segunda fase, com Roland Corbisier à frente, definida pelo *nacional-populismo*, até 1960, quando Álvaro Vieira Pinto assume, e intelectuais como Nelson Werneck Sodré e Wanderley Guilherme dos Santos passam a se destacar na instituição, marcando a fase *nacional-marxista;* militar de carreira, Sodré seria um dos principais representantes desse terceiro momento do Iseb, diferenciando-se dos demais intelectuais isebianos em sua

A polaridade ideológica existente entre essas duas instituições (mais evidente na terceira fase do Iseb, sob a liderança de Nelson Werneck Sodré) reproduzia-se não apenas no campo teórico – como nas diferenças dos conceitos que ambos tinham de segurança e desenvolvimento –, mas, também, materializava-se em artigos jornalísticos com acusações entre ambos os institutos, além da elaboração de documentos sigilosos, como a *Exposição de Motivos n. 003-B, de 10 de dezembro de 1959*, documento secreto encaminhado ao presidente Juscelino Kubitschek pelo general Edgar do Amaral (que cursara a ESG, e era então Chefe do Estado Maior das Forças Armadas), no qual as práticas do Iseb eram enquadradas como "infiltração".[32]

Da mesma forma, os isebianos viam a ESG com reserva; muito embora as Escolas não estivessem em franco conflito antes da saída de Hélio Jaguaribe. A relação entre os dois institutos, desde a criação do Iseb, era conflituosa, como o próprio Hélio Jaguaribe assumiria posteriormente em entrevista. Para ele, os militares da ESG "tinham uma perspectiva muito ingênua, dicionarizada".[33]

---

atuação, que se caracterizou mais como a de intelectual de ação do que intelectual mannheimiano, visto os projetos que desenvolveu pelo Iseb, como o *História Nova*, que envolvia o movimento estudantil. Esse terceiro momento foi o que mais destacou os ataques, da imprensa e da ESG, ao Iseb, até que foi finalmente fechado com o golpe de 1964 (essa divisão de fases na evolução ideológica do Iseb advém da proposta de análise de Daniel PÉCAUT em *Os intelectuais e a política no Brasil*: Entre o povo e a nação, 1990, p. 107-114).

[32] Ver João Alberto da C. PINTO, op. cit., p. 83. Pinto apresenta trechos desse documento, que valem ser reproduzidos como demonstrativos de um campo cultural tenso: "Pelos recentes estudos levados a efeito nos diversos órgãos da alta direção das Forças Armadas do país, constata-se que o Instituto Superior de Estudos Brasileiros – órgão do Ministério da Educação e Cultura-, vem (...) desviado da finalidade para que foi criado, disseminando propaganda de política contrária à adotada no país, expandindo-se, suspeitamente, para níveis menos esclarecidos como sejam o do pessoal subalterno das Forças Armadas, estudantes secundários, líderes sindicais e operários e para outros Estados da União (...) É de se ressaltar que a maioria desses oficiais inscritos pertencem aos Quadros de Oficiais Auxiliares, que em sua grande totalidade, atingiram o Oficialato sem possuir o curso ginasial completo" (*Exposição de Motivos n. 003-B, de 10 de dezembro de 1959*, apud João Alberto da C. PINTO, op. cit., p. 87).

[33] Trata-se do seguinte trecho, em que Jaguaribe fala de sua relação com a ESG: "Eu fui convidado, naquela época, umas duas vezes, para fazer conferências na Escola Superior de Guerra. Naquela ocasião, quando fui, não tive muito boa impressão da forma pela qual os militares estavam tratando as coisas, porque eles tinham uma perspectiva muito ingênua, dicionarizada: A, para a-água, a-ar etc... Compilavam dados sob a forma de tópicos de uma enciclopédia, sem uma estrutura conceitual organizadora, a não ser a concepção pouco civilista do poder nacional. No nível puramente intelectual, a Escola Superior de Guerra era então uma coleção de verbetes. Agora, ao nível da visão do poder nacional, ela tinha uma certa filosofia, que considero inclusive ingênua." Hélio Jaguaribe de MATTOS, *Entrevista com Professor Hélio Jaguaribe de Mattos.* Rio de Janeiro, 9 de março de 1988 / Arquivos Históricos em História da Ciência/CLE-Unicamp. Disponível em: <http://www.cle.unicamp.br/arquivoshistoricos/ehelio.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2007.

Mais interessante era a relação do IJNPS, representado pela figura de Gilberto Freyre, com a ESG. Gilberto Freyre era considerado, ao lado de Oliveira Vianna, um dos grandes sociólogos brasileiros, no qual os estudos sobre o Brasil e a doutrina da ESG deveriam se espelhar.

Freyre, invariavelmente, era convidado a palestrar para os militares e, na época da criação da ESG, proferiu palestra na EEM do Exército que ficaria famosa e mais tarde seria publicada pela Editora José Olympio, com o título *Nação e Exército.* Ele carregava forte noção de *equilíbrio de antagonismos*, a qual devia muito, na organização da sociedade, ao papel do Exército como *coordenador de contrários* para garantir a *Saúde da nação.*[34] Quanto à caracterização do papel do Exército numa nação, e no caso brasileira, Freyre diz:

> Sinal evidente de povo socialmente enfermo é o fato de o seu exército ser a sua única força organizada a ponto das outras forças nacionais renunciarem algumas de suas responsabilidades mais nitidamente civis, abdicando-se nas mãos dos chefes militares. Uma nação que vivia parasitariamente das iniciativas e das realizações do seu exército e dos remédios heróicos que o exército lhe forneça para as suas deficiências de organização civil, será antes uma subnação dominada por um superexército que uma nação normal e saudavelmente completada por um exército necessário, essencial, indispensável. Diante de uma situação como a que se vem definindo no Brasil - a de um exército organizado ao lado de atividades civis que continuam, quase todas, desorganizadas -, a solução é claro que não deve ser a de desorganizarmos também o Exército para que tudo se iguale ou se democratize na desorganização. Ao contrario: a solução que se impõe é a de procurarmos imitar o exemplo do Exército nas zonas de atividade civil, organizando tão bem quanto ele as demais forças nacionais. Forças de que ele possa continuar a ser o coordenador em épocas de desajustamento mais agudo entre regiões ou entre subgrupos nacionais. [35]

Freyre e o Instituto caracterizavam-se pela aproximação com as atividades associadas à Aliança Para o Progresso, ao mesmo tempo em que mantinham significativa aproximação com o general Humberto Castelo Branco. Os cursos que o IJNPS oferecia atingiam público diverso, geralmente sobre questões ambientais para estudantes universitários da região; cursos em parceria com as EEM da Aeronaútica e também do

---

[34] Gilberto FREYRE, *Nação e Exército*, 1949. Consultado no sítio da "Biblioteca Virtual Gilberto Freyre". Disponível em: <http://bvgf.fgf.org.br/portugues/obra/opusculos/nacao_exercito.htm>. Acesso em: 02 ago. 2007.
[35] *Ibid.*

Exército; cursos de verão – Seminário de Verão para estudantes e professores norte-americanos, em parceria com a Comissão Fulbright.

Nesse ambiente intelectual, Freyre operacionalizou o conceito de *rurbanismo*, cujo significado seria o de "valorização de valores rurais dentro de progressos urbanos" [sic] e o homem *rurbanita* seria aquele que vive sob essa experiência. Tal modelo seria a expressão da práxis do "equilíbrio de antagonismos".[36]

No entanto, ao confrontar esse campo cultural com as análises de Bourdieu, essas instituições compunham ambiente de produção ideológica que não identificava estruturas internas de funcionamento essencialmente *estruturadas*, ou que sinalizassem para estruturas de produção fechadas em torno delas mesmas.

O grau de autonomia das instituições era pouco complexo. Não há, nesses termos sociológicos, possibilidade de aferir relações de interferências entre *campo intelectual* supostamente isolado e autônomo (ainda que relativamente) e *campo político* no Brasil nesse período. Os intelectuais, desde 1930, vincularam-se diretamente ao Estado. Faziam de sua produção ideológica a sua própria atuação política, como se fossem os protagonistas e os principais atores do projeto de nação brasileira.[37]

O Estado, nesse sentido, era o ator relativamente autônomo que organizava as forças sociais, por intermédio de intelectuais e ideólogos, engendrando um corpo tecnocrático indispensável à nova organização socioeconômica do capitalismo no Brasil.

---

[36] João Alberto da C. PINTO, op. Cit. p. 218.

[37] Assumo parcialmente, aqui, a tese de Pécaut, de que no Brasil os intelectuais sempre se afirmaram como genuína *intelligentsia* desvinculada das classes quando lhes convinham, e que estavam acima de qualquer suspeita e a postos para orientar a nação em direção à unidade e ao desenvolvimento. Essa auto-sacralização confere à atuação dos intelectuais brasileiros uma constante "vocação para elite dirigente", conferida no envolvimento que sempre tiveram com o Estado e com o poder. (Daniel PÉCAUT, op. cit., p. 7-12) Esse envolvimento, a meu ver, e concordando com Pécaut, não se revelou historicamente como vontade de subserviência e empreguismo, como seria o caso de certa fração da burocracia de Estado. Nesse caso, o envolvimento sempre se voltou para o controle e para a interferência direta no campo político, que por sua vez se ligava diretamente ao campo produtivo.

O corporativismo criado no Estado Novo, devidamente aplicado à intelectualidade, traduzia-se como profissionalização e oficialização estatutária do trabalho intelectual. O último mandato de Vargas marcou o rompimento dos intelectuais autoritários brasileiros (incluídos militares e civis) com o presidente, mas não o rompimento deles com a missão sempre política de salvação nacional e de envolvimento com o Estado. Pelo contrário: após o rompimento, formariam uma *intelligenstia* autoritária baseada na missão de salvação nacional.

A tradução corporativa para o trabalho intelectual cristalizou-se e perpetuou-se após o último mandato, quando a produção ideológica foi transplantada às instituições intelectuais – o esforço de criação dos institutos de altos estudos foi significativo nesse sentido: a ESG, subordinada ao Ministério da Defesa, e o IJNPS e Iseb, subordinados ao Ministério da Educação e Cultura.

Esse meio interinstitucional, visto como campo cultural marcado por relações de forças entre frações da classe dominante, condensadas materialmente no seio do Estado, imporia a necessidade de uma análise atenta aos meandros de seu funcionamento, numa perspectiva total. Entretanto, a tarefa está além do alcance desta dissertação, que busca apenas ressaltar as características de uma das pontas dessa relação de forças, ainda que sem deixar de lado a perspectiva totalizante.

Neste capítulo, apresento a ESG como instituição fundamental nesse campo cultural. Procuro realizar, portanto, reflexão específica sobre a atividade da ESG a partir da sua criação até o final da década de 1950. O objetivo é ressaltar as características que fizeram com que surgisse a Escola, assim como identificar suas preocupações e aspectos doutrinários e ideológicos, que compunham as orientações principais de seu corpo permanente e de seus estagiários na primeira década de existência.

A partir desses elementos, creio ser possível indicar com mais clareza a relação não apenas de representação de classe na ESG, mas, propriamente, a de marca da fração de classe que se engendrou e se legitimou na ESG. Nesse sentido, um ponto importante a se destacar neste capítulo é a ligação que a Escola buscou estabelecer diretamente com os civis.

Discorrerei sobre a criação e as condições históricas em que a Escola surgiu e sobre a *intelligentsia* envolvida em sua produção ideológica, a partir de seu *corpus* teórico. Destaco, para tanto, por meio do primeiro item, a efetivação institucional da ESG e as suas principais características organizacionais, concentrando-me principalmente, mas não com exclusividade, na perspectiva de seu primeiro comandante, Osvaldo Cordeiro de Farias.

No segundo item, discorro brevemente sobre as preocupações e os esforços políticos da ESG, destacando as principais construções conceituais elaboradas na Escola durante a década de 1950, cuja importância é destaque na formação de um projeto teórico para a nação, voltado à ação política. Nesse segundo item, partirei das contribuições teóricas de Juarez Távora e Golbery à DSN, apontando no movimento entre a teoria de ambos os autores e a relação entre a herança política e intelectual da ESG e a perspectiva formadora da visão de mundo, depositada na obra de Golbery.

1.1 – O instituto de altos estudos ESG e a integração militar-civil

Segundo Antônio de Arruda, a ESG teria a sua origem remota no curso de Alto Comando, criado em 1942 pela Lei do Ensino Militar, que se destinava apenas a generais e a coronéis do Exército[38]. O referido curso hibernou até 1948, quando foi criada a ESG, ainda sob as bases da Lei do Ensino Militar[39].

[38] A referência é o Decreto-Lei nº 4130, de 26/02/1942, que regulou o Ensino Militar no Exército. O Curso de Alto Comando foi disciplinado pelos artigos 30 e 31 desse Decreto-Lei, e teria por finalidade o estudo das

A ESG, de 1948, deveria ministrar o referido curso, mas as suas bases institucionais rapidamente se tornaram mais amplas. A inspiração imediata da criação do instituto vinha do último conflito mundial e da conseqüente Guerra Fria, tendo como pressuposto principal o "alinhamento inevitável ao País do bloco ocidental".

Nesse mesmo ano, o general-de-divisão Osvaldo Cordeiro de Farias foi colocado à disposição do EMFA, para elaborar o anteprojeto do regulamento da ESG, juntamente com o coronel-aviador Ismar P. Brasil, o tenente-coronel Affonso Henrique de Miranda Corrêa, o capitão-de-fragata Celso A. de Macedo Soares Guimarães e o tenente-coronel Idálio Sardenberg.

Cordeiro de Farias ficou responsável, também, por toda a organização da ESG, inclusive a escolha de sua localidade: espaço onde estava instalada a Escola de Artilharia de Costa desde 1934, localizado na Fortaleza de São João, no bairro da Urca, Rio de Janeiro. O lugar era privilegiado, histórica e paisagisticamente.

A Fortaleza, construída a mando de Estácio de Sá, na várzea entre os Morros Cara de Cão e Pão de Açúcar, em 1° de março de 1565, marcou a fundação da cidade do Rio de Janeiro e o domínio português na Baía de Guanabara. Entretanto, a ESG teria de dividir o espaço com outra escola militar, pela urgência de sua instalação.

A ligação que Stepan faz da ESG com a FEB é acertada e interessante de ser notada. Conforme Stepan destaca, de 1950 até a "revolução" de 1964, a ideologia emergente da ESG se estruturou e se formalizou em muitas idéias associadas à FEB que, na experiência de guerra na Itália, como uma divisão comandada pelo Exército norte-americano,

---

questões referentes ao emprego das Grandes Unidades estratégicas e à direção da Guerra. (Antônio de ARRUDA, *A Escola Superior de Guerra*, 1983, p. XXI.)

[39] Mesma lei referente ao Decreto Lei 4130, da nota anterior, com a modificação instituída pelo Decreto n. 25705, de 22/10/1948, que estabelecia normas para a organização da ESG. O decreto estatuía no Art. 1º a extensão do curso aos oficiais da Marinha e da Aeronáutica, e que deveria ser ministrado sob a direção do Estado-Maior Geral, e no Art. 2º atribuía à organização da ESG ao Estado-Maior Geral (depois EMFA), e no Art. 3º à submissão da aprovação do presidente da República, dentro de 120 dias, o regulamento da Escola. A denominação de Escola Superior de Guerra teria sua origem na ênfase militar dessas duas primeiras leis, dados esses objetivos iniciais. Os objetivos logo se alteraram; entretanto, o nome original do Instituto permaneceria, muito embora houvesse tentativas de mudá-lo. (*Ibid.*, ver nota na p. XXXVI e XXXVII).

estabeleceu contato íntimo com a ideologia de segurança nacional norte-americana. Essas idéias se firmavam principalmente na crença entre os militares em sua própria competência para conduzir questões de desenvolvimento nacional, premissa básica da garantia de segurança diante do panorama de guerra total.[40]

A ESG recebeu influência e contribuição direta dos EUA em sua implantação, por meio de missão militar americana, vinda da National War College[41], por contato do general César Obino. Segundo Svartman, "a influência norte-americana na ESG era forte e foi longa, permanecendo ali pelo menos um oficial de ligação até o início da década de 1970", e grande parte do material didático produzido nos primeiros anos da ESG compreendia resumos de conferências de generais norte-americanos, ou de textos sobre segurança nacional e geopolítica produzidos por organismos militares dos EUA.[42]

No entanto, apesar da aproximação com os norte-americanos, os militares da ESG de imediato expressaram motivação "nacionalista", ou que pelo menos se debruçasse sobre o que entendiam como realidade nacional, buscando organização institucional diferenciada. Cordeiro de Farias, primeiro comandante da ESG, assim expressou preocupação, posteriormente, em entrevista dada à cientista política Aspásia Camargo:

> Eu sempre digo: nós somos filhos do War College, admitimos com orgulho esta paternidade, mas não existe nada mais diferente do War College do que a Escola Superior de Guerra. Para mim, foi um grande prêmio organizá-la e dirigi-la em seus primeiros três anos de vida. Em 1951, com a ESG já em pleno funcionamento, os americanos me convidaram para ir aos Estados Unidos visitar o War College. Eu lhes disse que preferia receber, no Brasil, a visita

---

[40] Alfred STEPAN, op. cit., ver p. 129 e 178. Interessante destacar o primeiro parágrafo da página 129 quando Stepan diz que "A fraca coordenação entre as três Forças Armadas e a débil coordenação da estratégia nacional em todos os seus componentes militares, industriais e burocráticos estimulou o desejo, depois da guerra, de formalizar tanto um Estado-Maior de Serviço Conjunto quanto um Conselho de Segurança Nacional. Posteriormente, os principais organizadores da FEB, como o general César Obino e o comandante de Artilharia, general Cordeiro de Farias, desenvolveram a idéia de uma escola especial que formulasse uma nova doutrina de segurança e desenvolvimento nacionais".

[41] O National War College foi criado em 1º de julho de 1946, com sede em Washington, para coordenar o ensino ministrado por órgãos governamentais relacionados às questões militares. Originou-se no Army-Navy Staff College, órgão criado durante a Segunda Guerra Mundial para treinar oficiais para tarefas conjuntas com o Estado-Maior. O curso teve seus objetivos ampliados após o final da guerra, passando a incluir questões de política externa, estratégia e planejamento militar. O órgão associou-se ao Departamento de Estado e deu origem ao National War College. Ver Osvaldo Cordeiro de FARIAS, *Meio século de combate*: diálogo com Cordeiro de Farias, 1981, nota 4 na página 409.

[42] Eduardo Munhoz SVARTMAN, op. cit., p. 179-180.

> do comandante do War College, a fim de que conhecesse a ESG e verificasse como ela estava dando seus primeiros passos. Ele veio e ao voltar, na plataforma da Escola, disse em público: "Não conheço nada mais diferente do War College do que a Escola Superior de Guerra do Brasil. Mas se vocês me perguntarem qual das duas é a melhor, não tenho condições de responder. Deixo o Brasil impressionado, principalmente com essa junção civil-militar que vocês estão fazendo e com a maneira descontraída de construir essa ligação".[43]

Sobre a opinião de Cordeiro de Farias para esse aspecto, Stepan apontou para os aspectos fundamentais das diferenças de desenvolvimento entre o Brasil e os EUA, colocando a questão da seguinte forma:

> Os Estados Unidos, ele argumentava, eram um país desenvolvido; assim, sua preocupação fundamental residia na mobilização dos recursos para a guerra. Esta tarefa era atribuída à Escola Industrial das Forças Armadas. Quanto à Escola Nacional de Guerra dos Estados Unidos, sua principal tarefa dizia respeito à política externa. No entanto, na opinião do general Cordeiro de Farias, a questão de uma Força Armada forte, num país em desenvolvimento como o Brasil, não podia separar-se do problema do desenvolvimento econômico, nem a questão da segurança nacional separar-se da educação, indústria ou agricultura. Adivinhou, portanto, que na nova Escola de Guerra brasileira, as funções da Escola Industrial das Forças dos Estados Unidos e da Escola Nacional de Guerra fossem combinadas e, além disso, que a ênfase sobre os aspectos internos do desenvolvimento e da segurança fosse maior que na escola similar dos Estados Unidos. [44]

Ainda sobre essa diferença na influência norte-americana, a seguinte passagem do livro de Arruda interessa pela síntese da idéia da ESG como instituto de formação de *elites*:

> Com efeito, a Escola americana, atuando em um meio desenvolvido, podia dedicar-se preferentemente aos assuntos da guerra, despreocupada da solução dos problemas nacionais, entregues a elites formadas por um sistema educacional de comprovada eficácia. No Brasil, porém, mais do que a preparação para a guerra, a tarefa prioritária seria a de formar elites para a solução dos problemas do País, em tempo de Paz.[45]

A percepção de Cordeiro de Farias para os problemas que deveriam envolver a criação de um instituto de altos estudos das Forças Armadas no Brasil, de imediato, se direcionava à mesma percepção que os criadores dos outros institutos de altos estudos tinham para uma questão fundamental do Brasil da passagem para a segunda metade do século XX: como encaminhar o desenvolvimento capitalista no Brasil.

---

[43] Osvaldo Cordeiro de FARIAS, op. cit., p. 417.
[44] Alfred STEPAN, op. cit., p. 129.
[45] Antônio de ARRUDA, op. Cit., p. XXII.

Dessa perspectiva, pode-se colocar que o problema do *campo* cultural girava em torno de estabelecer definição do caráter ideológico para a organização das *condições gerais de produção* do Brasil[46], ainda difusas e pouco estruturadas nos termos de uma *mais valia* relativa.

Sob a influência norte-americana, mas não exclusivamente, de imediato a ESG abriu-se para a composição de uma doutrina de expansão da nação em seu potencial geral, e não apenas militar, ao ter no conceito de *Segurança Nacional* a sua principal ênfase e dedicação teórica. O principal documento usado na orientação da redação do regulamento da ESG, com o título *Princípios Fundamentais da Escola Superior de Guerra*, lavrado pelo tenente-coronel Idálio Sardenberg em janeiro de 1949, apontou para esse caminho.

Sardenberg redigira, no documento, uma série de princípios, seguidos de orientações gerais, a respeito da motivação e dos objetivos da criação da ESG. Pelo documento, o primeiro princípio seria: "A Segurança Nacional é uma função mais do potencial geral da nação do que de seu potencial militar", seguido da explicação geral:

> Este princípio significa que o caminho para se conquistar a Segurança Nacional consiste em se promover o desenvolvimento geral da Nação, expressão que compreende três aspectos: demográfico, econômico e financeiro. O aspecto demográfico inclui número, físico, cultura e moral; o econômico abrange produção, distribuição e consumo; e o financeiro controla o mercado interno e externo de moedas. A aceitação deste princípio conduz logicamente à aceitação do seguinte corolário: "Os órgãos responsáveis pela Segurança Nacional têm o dever de zelar pelo desenvolvimento do potencial geral da Nação." Desse corolário é que decorre o direito das Forças Armadas intervirem, por meio dos órgãos apropriados (o Estado-Maior das Forças Armadas), no processo de desenvolvimento do potencial geral da Nação.[47]

---

[46] Conforme João BERNARDO aponta, as *condições gerais de produção* tratam dos processos fundamentais a que as unidades produtoras em uma determinada sociedade capitalista se submetem, ao remodelarem suas tecnologias e propagarem suas inovações a toda a economia (não apenas como infra-estrutura, mas como todo processo de reprodutibilidade do capital), tendendo a uma integração econômica global, próprio. (*Economia dos conflitos sociais*, 1991, p. 157-158). O autor ainda diz que, na medida em que esse processo é *obstacularizado* e as possibilidades de extorsão da *mais valia* na sua forma relativa são reduzidas, é que não existem regras de jogo claramente definidas e aceitas pelos capitalistas, o que diminui a possibilidade de existência de uma democracia formal e torna mais sistemático o recurso ao autoritarismo. (*Ibid.* p. 163).

[47] Idálio SARDENBERG, *Princípios Fundamentais da Escola Superior de Guerra*, 1949, p. 232. In: Shiguenoli MIYAMOTO, op. cit. Idálio Sardenberg (1906-1987), para uma rápida identificação, assim como grande parte dos militares da ESG das décadas de 1950 e 1960, se destacou pela atuação política e tecno-empresarial. Foi um dos integrantes da FEB que recebeu treinamento no Fort Lavenworth, nos EUA em 1943; já coronel, assumiu a presidência da Petrobrás em 1958 no governo de JK, deixando a empresa com a posse de Jânio, que após atrito com o presidente, sofreu punição com prisão; em 1964, comandava uma tropa, e foi promovido a general-de-divisão e, já na reserva, em 1976 foi diretor-presidente da Delfim Crédito Imobiliário,

No mesmo ano, em 20 de agosto, foi criada a ESG oficialmente, em termos definitivos pela Lei 785. A ESG, como um instituto de altos estudos, subordinado diretamente ao chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e ao ministro da Defesa, destinava-se a "desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários para o exercício das funções de direção e para planejamento da Segurança Nacional" (art. 1º)[48].

A formação dos estagiários da ESG – que já a partir dessa Lei previa a inclusão tanto de militares quanto de civis[49] –, estaria calcada na propagação ideológica específica da instituição, cuja base principal viria a ser a composição da Doutrina de Segurança Nacional (DSN). À ESG, foi atribuída a alcunha de *Sorbonne*, convencionando-se, até, designá-la como o "laboratório ideológico" das Forças Armadas.

A Lei 785 estruturou a ESG com os órgãos de Direção, Junta Consultiva, Departamento de Estudos e Departamento de Administração. A Direção seria exercida por um comando que compreende os cargos de: comandante e diretor de estudos – que seria ocupado por um oficial-general da ativa de uma das Forças Armadas, preferencialmente do mais alto posto; subcomandante e subdiretor de Estudos – também por um oficial-general da ativa, preferencialmente do posto de vice-almirante, general-de-divisão ou major-brigadeiro; assistentes do comandante – que, junto com os diretores de Curso, seriam formados por um oficial-general da ativa, de nível brigada, de cada força singular; um ministro de segunda classe do quadro do Ministério das Relações Exteriores; e, quando fosse necessário, representantes de categoria equivalente de outros ministérios.

---

até 1983. Para mais detalhes da atuação de Sardenberg, como integrante do "grupo de generais de 1964", ver o trabalho já citado de Eduardo Munhoz SVARTMAN, op. cit.

[48] BRASIL. Lei nº 785, de 20 de agosto de 1949. Cria a Escola Superior de Guerra e dá outras providências. *Diário Oficial da União* , Rio de Janeiro, 30 ago. 1949. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/1930-1949/L785.htm> e <http://www.esg.br/paginas/ESG/lei_de_criacao.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2007.

[49] Art 5º: "Terão ingresso na Escola oficiais de comprovada experiência e aptidão, pertencentes às Forças Armadas, e civis de notável competência e atuação relevante na orientação e execução da política nacional" (*Ibid.*).

A Junta Consultiva seria constituída por personalidades civis ou militares, de preferência intelectuais ou notáveis homens públicos que, convidados pelo comandante, formariam grupo de assessoria especial. A Escola não deveria possuir nem professores nem alunos, mas corpo permanente e corpo de estagiários.[50]

O corpo permanente seria composto pelo comando da Escola e por um grupo de coordenadores das atividades, que elaboravam os textos curriculares, proferiam palestras e acompanhavam os estudos e os trabalhos dos freqüentadores dos diversos cursos. Todos os membros do corpo permanente deveriam ser nomeados pelo presidente da República.´

O corpo de estagiários, por sua vez, era composto por militares e civis, selecionados pelo EMFA, com o auxílio do comando da Escola. Os militares, quando oficiais-generais de nível brigada ou oficiais superiores das três Armas, eram indicados pelos respectivos ministros, assim como os civis, que eram indicados pelos órgãos de que faziam parte, em conformidade com o convite do EMFA ao Ministério civil pré-selecionado.[51]

A ESG, desde o seu primeiro regulamento, previu o funcionamento de um Curso Superior de Guerra (CSG) e, apesar de não listar outros cursos, apontava a possibilidade de criação de mais cursos. O curso destinado exclusivamente para militares, "Curso de Estado-

---

[50] Antônio de ARRUDA, op. cit., p. XXVI. Ver também a nota 11 desta página, em que Arruda diz que, além das Forças Armadas e do Itamaraty, apenas o Ministério da Justiça teria mandado representantes para assistência na ESG. A estrutura da ESG, prevista em seu regulamento, após várias mudanças quase nunca substanciais, atualmente é praticamente a mesma, com pequenas mudanças na disposição das posições hierárquicas dos membros do corpo permanente; o atual regulamento da ESG pode ser encontrado no sítio da Escola; Disponível em: <https://www.esg.br/paginas/ESG/Reg2006.pdf>. Acesso em 02 ago. 2007. Ou no próprio sítio do Decreto Lei de nº 5874 de 15 de agosto de 2006: BRASIL, Decreto nº 5874, de 15 de agosto de 2006. Aprova o Regulamento da Escola Superior de Guerra - ESG e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, nº 157, 16 ago. 2006 – seção 1. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5874.htm>. Acesso em: 02 ago. 2007.

[51] Em suas *Memórias*, Távora indica como era o cotidiano das atividades do corpo de estagiários e do corpo permanente na Escola: "A 12 de março, foi publicada minha matrícula na ESG, a cuja disposição passe, a partir de 4 de abril, para o início do curso, como estagiário. Esse curso era feito na parte da manhã, sob forma de conferências, por elementos do Corpo Permanente da Escola, ou por eminentes figuras civis ou militares, convidadas, com alguma antecedência, para fazê-las. Dividia-se o tempo da manhã em duas partes: uma destinada à exposição do assunto programado, pelo conferencista, com duração normal de cinqüenta minutos; outra, para debates sobre o texto exposto, mediante perguntas, formuladas por escrito, pelos estagiários, ao conferencista, durante intervalo regulamentar. Normalmente, eram esses debates registrados por gravador elétrico, e, posteriormente, traduzidos e impressos para conhecimento dos interessados. Almoçávamos, em seguida, na própria Escola. (...)" (Juarez TÁVORA, *Memórias*, 2º Vol., 1974-1976, p. 224).

Maior e Comando das Forças Armadas" (CEMCFA), começou a funcionar em 1954, sob o comando de Juarez Távora.

Segundo Arruda, a ESG foi pioneira na combinação dos trabalhos em equipe, com os "princípios da Didática de nível superior" e da "Lógica Formal", como método de trabalho no Brasil, e propunha-se "não a resolver os problemas nacionais", mas discuti-los e, principalmente, discutir a resolução deles – o que o autor e os demais "esguianos" chamaram de "equacionamento" dos problemas.[52]

O que estava em questão era o delineamento de problemas orientados pela doutrina da Escola, tarefa que era realizada com o tom máximo de neutralidade. A gravidade desses problemas, em face da interpretação naturalizada da existência real deles, era o lugar da reprodutibilidade ideológica da doutrina, em que as soluções surgem por silogismo, como meras ações incontornáveis. Esse tratamento dos problemas nacionais tinha as suas origens na formação profissional e ideológica dos militares desde a década de 1930, com a experiência do *tenentismo* – e na experiência com o Estado Novo, quando já formavam um grupo fundamental para a organização social da nação perante o Estado.

A ESG teria maior alcance dentro de sua condição histórica ao se constituir, com a sua estrutura ideológica, como instituição aglutinadora e formadora de "elite" tecno-empresarial e política. Essa tarefa, que viria a ser desenvolvida com sucesso nos termos da Escola, era o ponto diferencial de sua metodologia de trabalho. Para os criadores da ESG, o

---

[52] Antônio de ARRUDA, op. Cit., p. XXXII. Ainda no trecho sobre o cotidiano das atividades na Escola, Távora refere-se aos trabalhos em equipe: "A parte da tarde era consagrada à elaboração de trabalhos escolares, pelos estagiários. Esses trabalhos dividiam-se, por sua vez, em dois tipos: trabalhos de 'grupo' e trabalhos de 'turma'. Os primeiros caracterizavam-se pelo estudo inicial do problema proposto, por cada um dos elementos do grupo, seguido de discussão, em conjunto, sob a orientação de um 'dirigente'; e da redação dos pontos acordados, por um 'relator'. A Escola desaconselhava os 'votos em separado', como prejudiciais ao espírito de 'equipe', que procurava formar. Os segundos, também executados por conjunto de estagiários, versavam, em geral, sobre o levantamento preliminar de dados, feito, individualmente, pelos integrantes da 'turma', para o equacionamento e solução de problemas complexos, cuja investigação parcial devia ser dividida entre os diversos elementos da mesma, e por cada um redigida sob forma de 'monografia'. Havia um 'dirigente' da própria turma, e um 'ligação' do Corpo Permanente da Escola. Uns e outros desses trabalhos, após serem concluídos, eram debatidos no auditório da Escola, com a participação de todos os estagiários e elementos do Corpo Permanente." (Juarez TÁVORA, op. cit., p. 224-225).

contexto nacional exigia trabalho de reunião e racionalização das atividades das três Forças Armadas, ao mesmo tempo em que deveria ser investido na formação teórica e técnica não apenas dos militares, mas do conjunto de militares e civis, a fim de pôr em termos uma segurança nacional genuinamente brasileira, possível apenas se amparada pelo desenvolvimento.

Muito embora o trabalho conjunto entre militares e civis tenha sido abordado em quase todos os estudos sobre a ESG, esse aspecto do perfil institucional da Escola ainda não recebeu suficiente ênfase em sua significação para a organização socioeconômica do desenvolvimento capitalista brasileiro na segunda metade do século XX. No depoimento de Cordeiro de Farias, ainda no momento em que diferencia a ESG brasileira da War College, o primeiro comandante da ESG aponta para a presença de civis como ponto de sustentação da Escola:

> A missão que o general Obino me deu foi a de organizar no Brasil uma única escola que integrasse as funções das três escolas norte-americanas no âmbito do Estado-Maior das Forças Armadas. Assim, a tarefa no Brasil seria mais difícil do que nos Estados Unidos. Lá existia uma escola para tratar dos problemas da produção bélica, o Industrial College, outra para formular estratégias, o War College, e uma terceira para integrar as três forças. No Brasil, um país pobre e de poucos recursos, nós decidimos criar um só estabelecimento para cobrir estas diferentes finalidades. No caso, a ESG. Segundo esse raciocínio, qual seria o objetivo principal da ESG? Criar lideranças civis e militares para enfrentar a eventualidade de um novo estilo de guerra não mais circunscrita à frente de batalha e ao palco de lutas, mas transformada em fato total, que afeta a sociedade por inteiro e toda a estrutura de uma nação. Dentro dessa orientação, os civis das mais diversas profissões precisarão estar prontos para exercer papéis talvez até mais decisivos do que o dos militares na guerra.[53]

A guerra tomada como fato total implica participação decisiva dos civis na "luta". O momento exigia não apenas o antigo "soldado cidadão" da primeira metade do século XX, mas, também, exigia o civil soldado, tal qual Azevedo Amaral já havia apontado na década

[53] Osvaldo Cordeiro de FARIAS, op. cit., p. 413. Mais adiante, considera que "No início, foi necessário superar as desconfianças dos civis, já que o nome – Escola Superior de Guerra – constrangia as pessoas. Supunham que se tratava de um organismo militar, funcionando em bases disciplinares idênticas às do Exército, da Marinha ou da Aeronáutica. Ora, não existia nenhum princípio militar dentro da ESG. Ninguém assina ponto, não há horários rígidos, não se faz controle de freqüência." (*Ibid.*, p. 423)

de 1930.[54] O único meio de a ESG dar início às suas atividades, na condição de instituição encarregada de discutir a segurança nacional, seria abrindo-se à participação efetiva de civis envolvidos diretamente no processo de desenvolvimento e de controle social, fatores decisivos da garantia de segurança nos termos em que a Escola começava a esboçar.

Já em 1952, quando o comando da Escola foi passado a Juarez Távora, a premissa da formação de uma elite civil-militar foi tomando a sua forma definitiva. O testemunho de Juarez Távora, sobre esse momento, dá bem a noção de sua perspectiva e de sua contribuição em relação à integração civil da ESG:

> Duas preocupações fundamentais dominavam o meu espírito, ao assumir o comando da ESG: De um lado, fazer funcionar o Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas – CEMCFA – que vinha sendo objeto de estudos, desde 1951, sob a orientação de meu antecessor, para o preparo adequado de oficiais do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, visando o planejamento e execução de operações combinadas das três Forças Armadas; e, de outro lado, ampliar a freqüência de civis qualificados, ao Curso Superior de Guerra (que melhor se chamaria "Curso Superior de Segurança Nacional"), a fim de difundir, entre os elementos mais responsáveis de nossa elite, hábitos de análise objetiva de nossas realidades, capaz de permitir um planejamento global das atividades governamentais, mediante prévio balanço de "necessidades" e de "meios disponíveis para atendê-las", e o estabelecimento, conseqüente, de "prioridades" para a solução dos problemas nacionais considerados mais importantes e urgentes.

E dá a medida de suas ações como comandante em relação ao esforço pela participação dos civis na ESG:

> Isso levou-me a entendimento imediato com o então chefe do EMFA, Marechal Mascarenhas de Morais, a quem expus essas idéias e pedi apoio para executá-las. O prezado e eminente chefe mostrou-se muito compreensivo, dando-me imediato e completo apoio para sua realização. Graças a isso, ao reabrir-se, em março, o Curso Superior de Guerra – além dos estagiários normalmente indicados pela Marinha, pelo Exército, pela Aeronáutica e pelo Itamarati e Ministérios civis e algumas autarquias federais – haviam sido matriculados, no

[54] Conforme Simon SCHWARTZMAN destaca, Azevedo Amaral amplia e sofistica a questão da militarização quando associa a ideologia do pacifismo à experiência que considera falida da democracia liberal. O autor destaca um trecho de *Nação Armada* em que Amaral diz: "Uma das extravagâncias das doutrinas liberais-democráticas foi a fragmentação do poder estatal no que se chamava o poder civil e o poder militar. No Estado Novo, semelhante diferenciação torna-se um anacronismo. Não há poder civil, porque a essência do regime envolve o conceito de militarização do Estado, nem há poder militar, porque o Exército integrado na nação é por esse motivo coexistente com a própria estrutura do Estado, de que constitui o elemento dinâmico de afirmação e de defesa." A educação militar do povo brasileiro não poderia ser restrita ao uso das armas, seria preciso a formação de uma mentalidade capaz de *pensar militarmente*, de onde viria a importância da associação entre educação e Exército. Nesse sentido, deveria se pretender a "formação intelectual e moral das novas gerações fora da atmosfera depressiva das utopias pacifistas." A segurança de uma nação só seria consolidada quando todo o povo estivesse infiltrado do espírito militar. (*Tempos de Capanema*, 1984. p. 69)

> referido curso, vários membros do Poder Legislativo (senadores e deputados), do Poder Judiciário (dois desembargadores), de representantes dos governos estaduais, de associações de classes (Confederações Nacionais da Agricultura, da Indústria e do Comércio, Associação Brasileira de Imprensa, Arcebispado do Rio de Janeiro, etc.) – de tal forma que o número de estagiários civis ultrapassava o dos militares.[55]

O fator de união entre militares e civis se tornou definitivo na ESG. A justificativa para a abertura da Escola aos civis era suficientemente lógica diante do contexto econômico e social do Brasil. A amplitude política da DSN, fundamentada no princípio do desenvolvimento, só poderia ser alcançada plenamente em parceria com os principais atores do processo produtivo, tanto no campo político quanto no campo econômico:

> Os militares consideraram a participação dos civis na ESG tão valiosa que, com o tempo, aumentou a proporção de membros civis em relação aos militares. Na turma inicial de 1950, dos 62 diplomados apenas 16 eram civis, mas no período de 1950-1967 já contaram 646 do total de 1276 diplomados. O marechal Juarez Távora, segundo comandante da ESG, explicou nestes termos seu pensamento: "Como comandante, eu quis aumentar a representação de civis. Achei que a finalidade da escola não era apenas treinar militares, mas também todos aqueles que poderiam influenciar o governo".[56]

A premissa da participação de civis na ESG, ademais, não se fixava em simples vontade visionária dos generais responsáveis por sua criação, simplesmente preocupados com o panorama internacional, influenciados pelos norte-americanos. Era uma premissa que, na ESG, afirmava institucionalmente um modelo ideal dos militares para a organização administrativa e econômica da nação, em construção desde a década de 1930.

A ênfase de Juarez Távora, nesse aspecto de integração, durante a sua participação na ESG, é significativa ao se realizar rápida análise de sua trajetória política após o golpe de 1930. Como tentarei demonstrar no segundo capítulo, Távora sempre lutou política e teoricamente, durante todo o seu percurso como homem público, pela racionalização técnica do aparelho estatal e pela premissa do planejamento administrativo, tarefas que deveriam ser levadas a cabo pelos civis, com a assessoria dos militares.

---

[55] Juarez TÁVORA, op. cit., p. 227-228.
[56] Alfred STEPAN, op. Cit., p. 130.

A integração ideológica direta com os civis tornou possível a criação de uma produção intelectual ampla e altamente reprodutiva, traduzindo-se rapidamente em um campo híbrido (intelectual e político). Durante toda a década de 1950, ano após ano, a ESG conseguiu criar alto nível de circulação de especialistas nas mais diversas áreas, aglutinando e disseminando sua doutrina por meio de seus estagiários diplomados:

> Por volta de 1966, a ESG tinha diplomados de muitos setores importantes da estrutura de poder política e econômica: 599 eram militares, 224 empresários particulares, havia 200 funcionários públicos dos principais ministérios e 97 dos órgãos autônomos de governo, 39 eram congressistas, 23 juízes federais e estaduais e 107 eram profissionais variados – como professores, economistas, escritores, médicos e sacerdotes católicos. O requisito de curso universitário ou equivalente que se exigia dos civis significou, virtualmente, a ausência total de representantes dos sindicatos.[57]

Acrescente-se à disseminação da ideologia da Escola, o papel das Associações dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (Adesg) em cada Estado. Fundada em 7 de dezembro de 1951, como entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, de duração ilimitada e considerada de utilidade pública pelo Decreto 36.359, de 21 de outubro de 1954, estabeleceu sede e foro na cidade do Rio de Janeiro:

> A idéia de sua criação foi do almirante Benjamim Sodré, mas eu a adotei imediatamente. A ADESG não foi organizada pela ESG. Chamamos os *esguianos* do ano anterior e lançamos a idéia entre eles, sugerindo a criação de uma organização para congregá-los. Os sócios-fundadores são, portanto, os 40 diplomados de 1950. O que queríamos com a ADESG? Em primeiro lugar, manter a coesão dos estagiários após o término do curso e, através dela, garantir a permanência dos hábitos de cooperação intelectual criados entre civis e militares durante a permanência na escola. Em segundo lugar, desejávamos organizar um sistema de cursinhos em todo o país. E disse, a idéia era estender os contatos criados na ESG e na ADESG para as relações de trabalho, estreitando a cooperação entre as diversas instituições através de uma sólida convivência. (...) A ADESG é um prolongamento da ESG nos diferentes estados. Ela foi organizada e é mantida por ex-alunos. Atualmente, a ADESG tem representação praticamente em todos os estados e promove cursos de três meses de duração. (...) Esse cursos abordam os problemas fundamentais de cada estado ou região, e transmitem as doutrinas da ESG, procurando explicar seus objetivos e sua história. Em resumo, o objetivo básico da ADESG é divulgar a doutrina da segurança nacional e de seus princípios. Atualmente esses cursinhos formam milhares de pessoas por ano, que são chamadas *adesguianas*. Somente em São Paulo já são quase dois mil.[58]

---

[57] Alfred STEPAN, op. Cit., p. 130. Em nota (14), Stepan acrescenta: "Da lista de diplomados entre 1950 e 1966, de que possuo uma cópia, não consta nenhum líder sindicalista proeminente. Em entrevista com o marechal Juarez Távora no Rio de Janeiro, a 8 de outubro de 1968, ficou confirmado que o requisito de curso universitário, além do desejo de seminários informais e acessíveis sobre segurança nacional, significou provavelmente não serem convidados aqueles cujo *background* não favorecesse uma 'camaradagem fácil'."

[58] Osvaldo Cordeiro de FARIAS, op. Cit., p. 426-427.

A Adesg seria o canal de congregação dos diplomados pela ESG, em cada Estado, e tinha por objetivo "difundir conceitos doutrinários e estudos conjunturais relacionados com a Segurança e o Desenvolvimento, com ênfase na Defesa Nacional, observados os métodos e pesquisas da ESG".[59] Pela Adesg, a doutrina difundiu-se até 1975 entre mais de 25000 civis e militares, enquanto a ESG havia instruído 1294 civis e 1621 militares.

Além disso, a ESG e a Adesg introduziram os seus textos como material básico de estudo em outros centros militares de treinamento e educação, da mesma forma que em cursos civis, como nos programas universitários de educação cívica.[60]

Certo é que as motivações históricas da integração entre civis e militares não estavam suficientemente claras apenas nos discursos dos membros da ESG. E nem poderiam, uma vez que compõem formulação ideológica, em sua maioria, o discurso não alcança a medida estrutural da força que o motiva. René Armand Dreifuss, historiador uruguaio, no famoso livro *1964: a Conquista do Estado – Ação Política, Poder e Golpe de Classe,* apontou os principais traços estruturais dessas relações entre militares e civis na ESG.

A integração não se dava apenas na relação de membros militares e civis do corpo permanente e do corpo de estagiários, se dava, também, e principalmente, na relação de nomes convidados a palestrarem na Escola. Freqüentavam-na, como convidados proeminentes, empresários e tecno-empresários como Roberto Campos, Octávio Gouveia de Bulhões, Eugênio Gudin e Lucas Lopes.[61]

---

[59] RIO DE JANEIRO. Estatuto da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra. *Registro Civil de Pessoas Jurídicas*, nº 20031215-1419221, arquivado na matrícula nº 2078, em 17 de dezembro de 2003. Art. 1º, Item III. Ver também, para histórico da Adesg, todo o Art. 1º. Disponível em: http://www.adesg.org.br/>. Acesso em: 31 jul. 2007.

[60] René Armand DREIFUSS, *1964: a Conquista do Estado* – ação política e golpe de classe, 1981, p. 80.

[61] Das conferências desses empresários, destacam-se, por exemplo, a de Roberto CAMPOS em 1953, *Planejamento do desenvolvimento econômico de países subdesenvolvidos*, ESG: I-16-53; e a do Octávio Gouveia de BULHÕES em 1954, *Problemas do desenvolvimento econômico*, ESG: I-80-54.

O grupo de civis que se ligou à ESG nesse momento, durante a década de 1950, encontrava na instituição elementos técnicos e ideológicos que correspondiam às suas perspectivas de influência e dominação política no País:

> A ESG, como centro nodular de doutrinação para os militares de uma forma específica de desenvolvimento e segurança nacional baseados nas premissas do capitalismo hemisférico, era também um instrumento para o estabelecimento de ligações orgânicas entre militares e civis, tanto no aparelho estatal quanto nas empresas privadas. Os industriais e tecno-empresários ligados à estrutura multinacional transmitiam e recebiam treinamento em administração política e objetivos empresariais na ESG. Como observara Celso Furtado, a perspectiva desenvolvida por tais industriais e tecno-empresários era bastante diferente da orientação liberal ou populista de grupos de elite que foram capazes de chegar ao poder através de eleições. Compartilhando a ideologia de segurança nacional de seus equivalentes, esses empresários viam a disciplina e a hierarquia como componentes essenciais de um sistema industrial.[62]

A tese de Dreifuss é a de que, em conjunto, militares e civis não apenas na ESG, mas, principalmente do complexo ESG/Ipes/Ibad, garantiriam o sucesso da atividade conspirativa de disseminação ideológica contrária a João Goulart, levando o grupo ao poder após o golpe de 1964. O grupo em questão formaria o que Dreifuss chamou de *elite orgânica*, fração de classe representante dos interesses do capital monopolítico transnacional.[63]

A tese tem grande importância para a compreensão da atividade política do pré-golpe e para o entendimento mais amplo da integração entre civis e militares na ESG. Entretanto, o fator decisivo para a aproximação dos civis – empresários e tecno-

---

[62] René Armand DREIFUSS, op. cit., p. 80. Em nota (50), Dreifuss acrescenta que "As noções do desenvolvimento capitalista associado e planejado eram disseminadas na ESG por tecno-empresários como Roberto Campos, Eugênio Gudin, Lucas Lopes e Glycon de Paiva, por empresários tais como Jorge Behring de Mattos, G. Borghoff, Eudes de Souza Leão, A. C. Pacheco e Silva e por oficiais militares como Poppe de Figueiredo, Heitor Herrera, Golbery do Couto e Silva e A. Bastos. Afinal, a ESG conseguiu sua legitimação pelo fato de ser uma Escola Superior de Guerra que ministrava um Curso Superior de Guerra. Assim, seus valores só poderiam ser disseminados nas Forças Armadas desde que envoltos em propostas "neutras" estritamente militares. Depois de 64, a ESG teve carta branca na disseminação de seu material ideológico. Segundo o Tenente-Coronel Octávio Costa, a unidade de pensamento das Forças Armadas 'resultava de uma longa e lenta preparação doutrinária que, emanando da ESG, se tripartia na orientação das Escolas de Comando e Estado Maior das Forças Singulares e se ramificava pelas escolas, bases, arsenais, estabelecimentos e quartéis'" (*Ibid.*, nota 50, p. 114).

[63] Praticamente a mesma explicação é dada por Francisco FERRAZ em sua dissertação de mestrado mencionada no começo deste capítulo. Ferraz também sublinha a integração civil-militar na ESG como articulação política e projeto de domínio de uma elite dirigente ligada ao capital internacional. (Francisco C. FERRAZ, op. cit., p. 45)

empresários, políticos e tecno-políticos – não pode ser explicado apenas pela determinação do capitalismo de monopólio transnacional, na medida em que a explicação encontra limites diante da realidade histórica que era própria ao desenvolvimento do Estado brasileiro, que não se limitava à mera disputa política dos blocos históricos dispostos por Dreifuss como "populistas" e "modernizantes-autoritários".[64]

A integração civil-militar na ESG das décadas de 1950, principalmente, e de 1960, firmou-se, também, no ajustamento das forças classistas existentes e em gestação no seio do Estado, principal ator do desenvolvimento capitalista brasileiro. A partir do golpe de 1930, iniciou-se processo mais amplo de modernização das relações de produção e de trabalho no Brasil que, até o final da década de 1940, não se completara decisivamente, mas apontava para forças sociais, políticas e econômicas fundamentais ao processo de revolução capitalista brasileiro.

Cada uma das instituições de altos estudos, apontadas no início deste capítulo, apresentava a sua fórmula para o desenvolvimento brasileiro; cada uma representava e apresentava uma fração de classe agente desse desenvolvimento, agentes envolvidos em sua prática teórica que não eram simples instrumentos orgânicos de conquista e legitimação do poder político; na medida em que eram ideólogos dessas classes – como intelectuais –, ao mesmo tempo em que se envolviam diretamente com questões técnicas de reprodução das relações sociais em todas as esferas da produção – como administradores e políticos –, eram também agentes diretos da dominação.

A ESG, a partir da integração civil-militar comprometida com o pensamento nacional conservador e autoritário, construiu – para além da representação instrumental da

---

[64] Argelina Figueiredo também aponta em seu *Democracia ou reformas?* que Dreifuss, ao concentrar-se apenas nas características positivas intrínsecas à conspiração, acaba por atribuir ao golpe certa inevitabilidade histórica. A autora procura reconstruir o cenário político-institucional entre 1961 e 1964 enfatizando as impossibilidades de realização das reformas de base como a principal motivação das seguidas crises políticas, que teriam se desdobrado em uma solução que não contemplava nem as reformas e nem a regra democrática. (Argelina Cheibub FIGUEIREDO, *Democracia ou reformas?*, 1993)

fração burguesa associada ao capital estrangeiro –, as condições de desenvolvimento capitalista dominado por ideólogos, especialistas e técnicos de todas as áreas da produção.

Tal grupo poderia até ser identificado como única fração da classe dominante do País, formando um grupo de *tecnocratas*, associado com outro grupo de *técnicos*, conforme indica a terminologia de Goldmann.[65] A construção da visão de mundo desse grupo mais amplo, entretanto, não foi imediata e externa às condições históricas da formação ideológica da *intelligentsia* da ESG, uma vez que se baseava na experiência política e teórica acumulada dos militares e civis pertencentes à Escola.

1.2 – Doutrina e visão de mundo na ESG

1.2.1 – A *Guerra Total* como fundamento do moderno conceito de *Segurança Nacional*

Ao surgimento da ESG, a *intelligentsia* que se formava, envolvida em sua organização doutrinal, podia contar com grande referencial para a formulação da DSN. A referência estruturava-se não apenas na experiência da FEB e no contato com os norte-americanos, mas, também, no conhecimento teórico que possuíam sobre a segurança nacional por meio do funcionamento do Conselho de Segurança Nacional (CSN), órgão

[65] Lucien GOLDMANN define *Tecnocratas* como um grupo "relativamente débil" de "alguns milhares de pessoas" que concentram o poder de decisão. *Tecnocrata* "não significa de modo algum quadro técnico superior interessado, particularmente, no processo de produção, mas membro da camada que participa das decisões importantes e fundamentais para a vida da sociedade; de sorte que há tecnocratas do ensino, da política, da economia, da vida cultural etc., como também, naturalmente, da produção." Enquanto os *técnicos* são os especialistas qualificados em seu domínio para poderem executar as decisões tomadas pelos *tecnocratas*. (Lucien GOLDMANN, op. cit., p. 38-39) A definição sociológica do grupo ligado à ESG pode, no entanto, apenas ser apontada neste trabalho. Pelos próprios limites de abordagem ao tema, a pesquisa não comporta todo o debate sobre esse ponto. Para algumas das principais teorias sobre os grupos sociais nas sociedades capitalistas modernas, ver: João BERNARDO: Gestores, Estado e Capitalismo de Estado. In: Revista *Ensaio*, 1985 e *Labirintos do fascismo*, 2003; o trabalho citado de René Armand DREIFUSS, op. cit.; e o também citado de João Alberto da C. PINTO, op. cit.

existente desde 1937[66], o qual viria a assumir funções mais amplas a partir dos estudos da ESG.

Em contrapartida, o antigo conceito de Segurança Nacional da CSN não era adequado às novas determinações da Doutrina da ESG, e deveria ser reformulado. O primeiro ponto da mudança deveria ser a da própria definição de segurança nacional que, para além da esfera militar, passaria a englobar todas as esferas da vida social da nação e, precipuamente, o desenvolvimento econômico nacional, em função da *guerra total*. Sobre essa diferença, em relação ao antigo conceito de Segurança Nacional, Cordeiro de Farias enfatizou que:

> (...) Nesse caso "segurança nacional" tem outro sentido, um sentido de ordem, de controle da política interna e de combate aos adversários políticos. Na Escola Superior de Guerra tratamos de uma nova concepção de segurança interna, que deriva da antiga concepção de defesa nacional. A evolução da noção de "defesa" para a noção de "segurança" decorreu, na verdade, do arremate da Segunda Guerra. Foi aí que se começou a perceber que um país em guerra estava globalmente sujeito aos seus efeitos nefastos. E foi por isso que, em 1949, criamos a ESG.[67]

Já em maio de 1949, momentos antes de darem início às atividades na ESG, quando proferiu a palestra intitulada *Razões que levaram o governo a pensar na organização da Escola Superior de Guerra*, na Escola de Estado-Maior do Exército, Cordeiro de Farias entendia que o novo conceito de segurança nacional a ser adotado pelo Brasil, por via da ESG, deveria seguir os traços do conceito proferido pelo general Eisenhower, que afastava a segurança nacional do puro militarismo e chamava a atenção para a mobilização das "forças civis" e de todos os "recursos econômicos" da Nação. Cordeiro de Farias lançava as bases do conceito de Segurança Nacional da ESG como uma questão que:

> (...) Precisa ser equacionada de maneira racional no Brasil e a procura de sua solução deve ser o rumo firme dos seus dirigentes. O conflito futuro, afirmam todos, terá mais do que o

---

[66] BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de Novembro de 1937. *Diário Oficial da União*, 10 nov. 1937. Artigo 162. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao37.htm>. Acesso em: 31 jul. 2007.
[67] Osvaldo Cordeiro de FARIAS, op. Cit., P. 408-409.

> último, características de guerra integral. Todas as forças morais, econômicas, diplomáticas e militares nele serão lançadas com a máxima intensidade e a maior extensão. Daí a complexidade de sua preparação que, como já afirmamos, deve ser obra do governo, em seu conjunto.[68]

Após citar o general Eisenhower, conclui:

> De fato a segurança nacional repousa, antes de tudo, em uma organização adequada de governo, em que o planejamento seja a preocupação maior. Desse planejamento geral surgirá um incremento da economia, tomada ela no seu sentido mais amplo, e de onde emergirá, final e naturalmente, uma organização sólida para as classes armadas. Sem fortes bases econômicas não pode Nação alguma ter eficiente organização militar. É assim que compreendemos hoje, nós das Forças Armadas, a questão da segurança nacional e é desta maneira que por ela nos batemos, ao mesmo tempo, que almejamos uma ligação estreita com o ITAMARATY, companheiros que somos de uma mesma luta, servidores do Brasil cujos passos devem estar sincronizados a todas as horas, em todos os momentos e em todos os sentidos.[69]

O Brasil seria um dos pioneiros na transposição do "moderno" conceito de segurança nacional, que se delinearia e se disseminaria em toda a América do Sul. O conceito era intrínseco à idéia da situação incontornável de Guerra Fria e do "provável" conflito bélico mundial. Buscava distanciar-se da idéia de defesa, tradicionalmente militar, e estendia-se a outras linhas básicas de garantias, como a dos valores e moral da nação.

A ESG partiria, assim, do princípio da guerra total como "fenômeno" dado, e da orientação *realista* nas relações internacionais como premissa para a tomada de posição na Guerra Fria. Quem melhor justificou essa visão, e deu unidade ideológica para esse pensamento, foi Golbery. Tal visão, introdutória ao seu mais conhecido livro, *Geopolítica do Brasil*, teria a origem justificada no elemento primordial que impulsionaria o homem diante do mundo e, portanto, impulsionaria o próprio Estado, que seria a necessidade e a busca pela segurança.

A fundamentação filosófica dessa idéia se constrói no diálogo com Thomas Hobbes, segundo Golbery, um "geômetra da política" que, assim como os "modernos doutrinadores

---

[68] Osvaldo Cordeiro de FARIAS, *Palestra sobre a organização da Escola Superior de Guerra*, 1949. In: Revista da ESG, Rio de Janeiro, v. 20, n. 42, p. 153, jan/dez. 2003. O título do documento, na reedição da revista da ESG, foi alterado conforme a referência desta nota.
[69] *Ibid.*, p. 154-155. [Caixa alta do texto original].

políticos", escrevia movido pelo *Medo*. Seguindo essa perspectiva de insegurança e apreensão, Golbery é expressivo ao falar do cenário internacional em que vivia:

> Francamente, não entendemos como – a menos que busque, por um mecanismo subconsciente de compensação, enganar-se a si mesmo e à angústia da instabilidade que deseja fugir – possa alguém acreditar hoje nos velhos sonhos de uma paz mundial estável, fundada – e ainda mais para os nossos dias ou os dias de nossos filhos – na justiça internacional, na intangível liberdade das nações, reconhecida e respeitada por todos, e nesse principio, tão lógico, tão moral, mas não menos irreal, da autodeterminação e absoluta soberania dos povos, o qual, nem por não se poder nele confiar, de forma alguma, importa que se deixe de usá-lo e defendê-lo a todo custo como argumento único, que é, dos fracos contra os fortes.[70]

A perspectiva *realista* de análise do cenário internacional, como nesse caso, pressupunha que fatores ideais como "paz" e "justiça" internacionais seriam essencialmente impossíveis. Sendo assim, a luta pelo poder e pela soberania dos Estados seria irreversível. Foi a partir dessa perspectiva que se estruturou o pensamento da ESG, e nele as idéias sobre o papel do Estado brasileiro e suas geoestratégias a serem adotadas.

A insegurança – proveniente do medo, e fator decisivo da configuração do cenário internacional – que se perpetua e se acentua entre os homens, no discurso de Golbery, tenderia a solucionar-se pelo sacrifício completo da liberdade em nome da segurança individual e coletiva, faces de uma mesma moeda na segurança nacional. Tendo em vista apreensões como essa, é que não são percebidas, em considerável parte dos textos da ESG, referências à democracia – a não ser quando existe o esforço em estabelecer oposição de caráter ao bloco comunista –, ou de essencialidade em centralizar o poder.

Para Golbery, o jogo de forças antagônicas na sociedade e nas relações internacionais seria natural e imutável, e a idéia de paz mundial seria estável, fundada e inconcebível. A visão da guerra, onipresente e de forma alguma limitada ao conflito bélico,

---

[70] Golbery do COUTO E SILVA, *Geopolítica e Poder*, 2003, p. 16. Conforme explicarei com mais detalhes no terceiro capítulo desta dissertação, utilizo o livro *Geopolítica e Poder*, repositório da obra completa de Golbery, editado pela UniverCidade em 2003.

também estendida a toda e qualquer ação política estratégica, era a da Guerra Total.[71] Esse era o caráter central da DSN, da guerra global e total como premissa tanto das interpretações dos fenômenos políticos quanto da elaboração do planejamento estratégico de consecução dos objetivos nacionais na ESG.

Golbery é enfático quanto à configuração de inter-relação entre a política externa e a interna, ressaltando a necessidade estrutural do Estado de se organizar em função dessa certeza:

> Não mais se consegue, com algo de precisão, delimitar a política interna dos estados da política externa; a estratégia transborda sobre a política, penetrando-a toda; a guerra invade a paz, afigurando-se-nos hoje condição humana de caráter permanente e normal, já confundidas de todo as ações revolucionárias e subversivas com as atividades propriamente militares, e colocadas em plano idêntico às ações ofensivas e defensivas conduzidas no campo econômico ou no setor da propaganda e da doutrinação ideológica; fala-se de tática política tanto quanto de táticas psicológicas ou financeiras (...). Nessa atual confusão generalizada de conceitos, a que não pode resistir à terminologia clássica, e acompanhada de não menor subversão de todos os valores sociais, tanto políticos como éticos, o que se impõe com urgência é uma clarificação e ordenação das idéias básicas, a estruturação de um renovado sistema conceptual que permita o esforço continuado e progressivo da análise e a fixação afinal de diretrizes seguras para a ação. E não menos indispensável é dispor-se de um tal quadro de noções fundamentais para que se possam efetivamente assimilar os resultados de estudos alheios, integrando-os numa só doutrina coerente e racional, doutrina que para ser útil, deve estar bem assentada nas realidades nacionais, orientar-se pelas aspirações e interesses reais da nacionalidade, situar-se no plano limitativo das possibilidades que ofereça de fato o potencial nacional, enquadrar-se objetivamente no panorama conjuntural, projetado para um futuro previsível.[72]

Fundamentava-se, assim, a ideologia da composição geopolítica a ser formada, voltada a fornecer elementos para a consecução de doutrina que correspondesse ao real potencial nacional. A expectativa de guerra iminente, que traz a necessidade dessa organização, exigiria que a integração de todas as forças nacionais, de todos os recursos

---

[71] Golbery do COUTO E SILVA, op. cit., p. 175. Golbery assim define a guerra de seu tempo: "guerra não é mais só guerra, é também guerra econômica, é também guerra política, guerra psicológica, guerra de ideologias; a guerra civil, como a revolução, são também guerras; a guerra pode ser guerra fria e, como tal, permanente, insidiosa, multiforme – que será, então, a paz? – a estratégia deixa de ser apenas a arte dos generais, é também estratégia econômica, estratégia política, estratégia psicossocial; há ainda uma estratégia a par de uma tática da ação subversiva, nas quais ambas foi mestre indiscutível Lênin (...); e a estratégia pode ser tanto estratégia de paz como estratégia de guerra – que resta, então, da política? A noção de integração afirma-se cada vez mais em todos os rumos: a guerra é total e, pois indivisível; não o é menos a própria paz; a estratégia é geral, e, portanto, integrada; a política também o é, por sua vez." (pp. 175-176).

[72] *Ibid.*, pp 175-176

físicos e humanos de que dispunha a nação, de toda a capacidade espiritual e material, e a totalidade de meios econômicos, políticos, psicossociais e militares reunidos, fossem instrumento de ação estratégica.

Foi nesse sentido que se compuseram a contextualização e a justificação para a criação da "Geopolítica do Brasil" nos moldes da ESG. A ênfase no panorama internacional foi constante nessa composição, a qual deveria se comprometer com a elaboração concisa do planejamento estratégico, que correspondesse às aspirações e aos riscos da nação.

A crescente disparidade de poder entre as nações, a aproximação espacial e diminuição das distâncias teriam como tendência incontornável o choque entre as nações. Nesse sentido, a bipolarização exigiria das nações "subdesenvolvidas" alinhamento diante de um dos blocos líderes; a estruturação de sua segurança nacional deveria corresponder a esse alinhamento conforme os objetivos nacionais.

Golbery é incisivo em sua idéia, segundo a qual seria preciso garantir as linhas essenciais do desenvolvimento do País, manter o capitalismo e estabelecer o alinhamento automático com o ocidente cristão, posição que se acomodaria melhor numa vocação e numa identidade natural do Brasil. Em 1952, Golbery deixou claro esse pensamento, ao dizer que:

> Se a tais imposições externas podem furtar-se, embora nunca de todo, as três, ou melhor, as duas superpotências ou verdadeiros estados imperiais que hoje dominam o panorama internacional, uma vez que a vastidão e diversidade de seus recursos lhes permitem quase alcançar a auto-suficiência econômica na paz como na guerra – única fórmula segura da liberdade e independência absolutas – os demais estados e, sobretudo, aqueles que ainda não souberam, ou não puderam, valorizar o potencial latente de seu território e de sua população, pobres países subdesenvolvidos no eufemismo, nem por isso menos depreciativo, de moda hoje em dia corrente, devem antes reconhecer aquele fato como base de todos os seus planejamentos do que construir na areia movediça de um isolacionismo enganador e perigoso – pois que irreal – os planos, de antemão fadados ao insucesso, de um futuro de prosperidade e grandeza.[73]

Esse desenvolvimento também teria de estar ligado diretamente ao ordenamento interno, dirigido pelo governo e pelas *elites*. Deveria ser um desenvolvimento protegido, em

[73] Golbery do COUTO E SILVA, op. cit., p.18.

que a democracia só poderia surgir depois que o povo fosse "educado" para ela, e ficasse imune aos excessos da luta de classes e à influência ideológica do bloco contrário, o bloco soviético.

A estratégia, então, não deveria mais se limitar ao âmbito militar, mas, sim, projetar-se aos mais elevados planos, caracterizando-se como política de segurança nacional. A chamada "estratégia geral", ou "grande estratégia", estaria na cúpula da segurança nacional, de competência e coordenação do governo. Formavam-se, assim, os elementos ideológicos que legitimavam a interferência das Forças Armadas na vida política do País. Ou seja: as Forças Armadas "melhor" representadas, a dos militares da ESG, que, em conjunto com os civis "competentes", definiam a nova *elite esclarecida*, pronta para se opor à *elite dominante* marcada pelo "populismo" dos governantes amparados pela ala perigosamente "esquerdista" e de um "ingênuo nacionalismo".[74]

Mediante essa visão realista, a preocupação com a segurança nacional seria o principal ponto a que a política estatal deveria se ater. Os Estados ver-se-iam na obrigação de organizar-se fixados na realidade internacional e compromissados com a segurança de seu território. Esse "organizar-se" estaria estruturado hierarquicamente dentro do próprio governo, por meio dos objetivos nacionais, componentes estruturais do que foi definido na ESG como Conceito Estratégico Nacional (CEN).[75]

O posicionamento "automaticamente cristão-ocidental" exigiu da Escola que a chamada "guerra revolucionária" fosse um dos principais campos de sua atuação "teórica",

---

[74] Ver Alfred STEPAN, op. cit., p. 115-117. Para a questão do embate entre a ala "nacionalista" (segundo a maioria dos autores que faz o uso do termo, uma das características dessa ala foi a reposição do ideário do Iseb na década de 1950 e 1960) e outra "internacionalista" (no mesmo sentido, pela reposição do ideário da ESG), assume grande importância a observação do ambiente de tensões políticas dentro do Clube Militar nas décadas de 1940 e 1950 e começo da de 1960, lugar institucional onde essas lutas ideológicas foram travadas diretamente. Ver, sobre o debate acerca das disputas no Clube militar, Alain ROUQUIÉ (org.) *Os partidos militares no Brasil*, 1980; N. Werneck, SODRÉ, op. cit., 1979, p. 304-326; Eduardo Munhoz SVARTMAN, op. cit., p. 25 e 194-264.

[75] Ver a definição de CEN no próximo subitem.

e viria a marcar decisivamente a DSN.[76] O campo de batalha seria interno, principalmente, onde são defendidos os valores, as instituições e a moral da nação. Essa seria a guerra da DSN não apenas no Brasil, mas em todos os países do cone-sul que passaram pela experiência de regimes ditatoriais com base na DSN.

1.2.2 – Segurança e Desenvolvimento

A primeira ênfase no conceito de Segurança Nacional na ESG, como elemento definidor da doutrina, apareceu ainda em 1949, na conferência *Segurança e Ensino*, do Prof. Ernesto Luiz de Oliveira Júnior, com epígrafe do general Eisenhower.[77] Nessa conferência, a idéia proferida é que, na chamada guerra moderna, haveria "necessidade de cooperação entre os integrantes das várias classes sociais", combatentes ou não, pelo fato de todos estarem sujeitos à hostilidade do inimigo. A guerra, contra um inimigo não apenas externo, mas também interno, arvorava-se como base do argumento definitivo para a solidariedade social.

---

[76] Segundo Svartman, "A formulação da doutrina, muito mais que a dita metodologia, estavam em sintonia com as formulações a respeito da 'guerra revolucionária' feitas na França dos anos 1950 e nos Estados Unidos dos anos 1960. Conforme Raoul Girardet, após a derrota na Indochina, os militares franceses começaram a estudar a guerra revolucionária e passaram a afirmar que o maior perigo para as democracias liberais não residia nas Divisões do Exército Vermelho, mas na 'expansão e penetração de uma ideologia política e de um messianismo revolucionário'. Entre 1954 e 1958 o tema foi objeto de vários estudos publicados nas revistas militares francesas e passou a integrar a formação dos oficiais do exército.". (op. cit., 2006, p. 188).

[77] Ernesto Luiz de Oliveira JUNIOR, *Segurança e Ensino*, 1949. ESG: A-003-49. A conferência em questão chama à atenção por ser a primeira pronunciada na ESG, e por sinal de um civil com reconhecido conhecimento técnico-administrativo, a convite de Cordeiro de Farias. Ernesto Luiz de Oliveira Júnior, engenheiro e professor, após essa conferência, enviou carta ao presidente Getúlio Vargas, alertando-o sobre a falta de mão de obra técnica qualificada no Brasil, para dar conta de todas as promessas do governo. Getúlio Vargas o chamou, e encomendou um relatório tecnológico que contemplasse a situação tecnológica mundial, para que se elaborasse um plano de desenvolvimento tecnológico no Brasil. Após viajar todo o Oriente-Médio, a Europa, e ter percorrido grande parte da América-do-Norte, em contato com os grandes centros de tecnologia, o Prof. Oliveira recebe a notícia de que o presidente suicidara. O relatório não foi elaborado; porém, posteriormente, o professor é indicado a Juscelino, pelo ministro Clóvis Salgado, para montar uma Comissão de elaboração da meta da educação, com base no Ensino Técnico. Assessorado por Roberto Campos e Lucas Lopes, ambos no BNDES. Nesse período, organizou as bases orçamentárias do Ministério da Educação. Outro aspecto que chama à atenção na ligação do Prof. Oliveira com a ESG, que se estendeu por toda a década de 1950, até a criação da Comissão Supervisora do Plano dos Institutos (Cosupi), é que também participava do Conselho diretivo do Iseb. Para essas informações e outras sobre o Prof. Oliveira, ver entrevista de 8 de março de 1988 aos entrevistadores Hiro B. Kumasake (Unicamp) e Luitgard O. C. Barros (UFRJ): *Entrevista de Ernesto Luiz e Oliveira Júnior*, 1988 / Arquivos Históricos em História da Ciência/CLE-Unicamp. Disponível em: http://www.cle.unicamp.br/arquivoshistoricos/eernesto.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2007.

Benjamim Sodré, ao tempo em que Golbery elaborava o seu primeiro texto na ESG, na conferência *A Educação e a Segurança Nacional* em 1952, definiu que a segurança nacional deveria tratar não apenas das forças militares, mas integrar os fatores econômicos, ideológicos, demográficos, geográficos, políticos e psicológicos de reflexo na vida nacional, "fortalecendo-a ou enfraquecendo-a".[78]

Ainda que os estudos sobre a ESG atribuam, em sua maioria, a definição de segurança nacional da ESG à autoria quase singular de Golbery, a principal contribuição para a elaboração do conceito foi a de Juarez Távora, em 1953. Este, então general e comandante da Escola, cunhou o conceito em sua conferência no CSG de 1953, com o título *A Segurança Nacional, a Política e a Estratégia: conceituação e interrelações*[79].

Na conferência, Juarez Távora reúne todos os elementos básicos doutrinais da ESG, organizando conceitualmente a definição de segurança nacional. Para isso, resume e sintetiza os principais conceitos que estariam na base da definição da DSN. Seriam eles: os de *Estado* e *Nação*, os *Objetivos Nacionais*, o *Poder Nacional*, a *Política Nacional* e a *Estratégia Geral.*

Dentro da conceituação de *Estado* – que seria a organização de uma comunidade humana em território determinado e sob a liderança de um governo independente e soberano, reconhecido no Direito Internacional – e da conceituação de *Nação* – como comunidade humana definida pelos laços tradicionais e morais, que traduzem seus interesses próprios em *Objetivos Nacionais* –, as disputas internacionais se moldariam pela aplicação do *Poder Nacional* – que seria a "expressão integrada dos meios de toda a ordem de que a nação efetivamente dispõe, no momento considerado, para promover, no campo

[78] Benjamim SODRÉ, *A Educação e a Segurança Nacional*, 1952. ESG: A-036-52.
[79] Juarez TÁVORA, *A Segurança Nacional, a Política e a Estratégia: conceituação e interrelações*, 1953. ESG: A-01-53.

internacional e no âmbito interno, a consecução e salvaguarda dos objetivos nacionais, a despeito de antagonismos”[80] –, compondo a guerra total.

Daí a necessidade de garantir segurança nacional, que se defina como “maior ou menor grau de garantia que, por meio de ações políticas, econômicas, psicossociais e militares, um Estado proporciona à coletividade nacional, para a consecução e salvaguarda de seus objetivos nacionais, contra ação adversa de fatores internos e externos”[81], por meio de Política de Segurança Nacional – que, agregada à Estratégia Geral, encarrega-se da previsão, da supervisão, da coordenação e da aplicação dos meios que integram o Poder Nacional, para alcançar e manter os Objetivos Nacionais. [82]

Foi a partir desses conceitos, e na acepção das expressões usadas para fundamentá-los, que a Escola se estruturou em divisões de assuntos políticos, econômicos, psicossociais e militares.

Em 1954, na conferência *A Segurança Nacional e a ESG*, Juarez Távora redefine, com poucas mudanças, o conceito de segurança nacional a ser incorporado pela Escola a partir de então em suas atividades curriculares e, definitivamente, pelos manuais básicos na década de 1970. O conceito seria definido como:

> (...) grau relativo de garantia que, por meio de ações políticas (internas e externas), econômicas, psicossociais (inclusive atividades técnico-científicas), e militares – um Estado proporciona à coletividade que jurisdiciona, para a consecução e salvaguarda de seus objetivos nacionais, a despeito dos antagonismos existentes”.[83]

A segurança nacional deveria ser o processo permanente, tanto em guerras e crises, quanto na paz, e implicaria a própria sobrevivência da nação, como produto de política

---

[80] Juarez TÁVORA, op. Cit., p. 3.
[81] *Ibid*., p. 9.
[82] *Ibid*., p. 2-18.
[83] Idem, 1954, *A Segurança Nacional e a ESG*. ESG: C 01-54. p. 20.

nacional vitoriosa. Por isso ela seria contínua, em face dos antagonismos e pressões, que sempre existiriam e atuariam.[84]

Foi a partir da formulação do conceito de segurança nacional, portanto, que a DSN passou a ter o papel central de orientação das atividades da ESG. A DSN, como corpo conceitual para a organização da nação, atribuía ao Estado a função principal de garantir a segurança da nação e, nesse sentido, é que seria desenvolvido amplamente o conceito dos já mencionados objetivos nacionais. Fossem esses Objetivos Nacionais Atuais (ONA) ou Permanentes (ONP), eles deveriam estar em conformidade com os interesses do Estado, representante máximo da nação. Os conceitos dos objetivos nacionais a serem usados pela ESG, definitivamente, teriam a contribuição principal de Golbery, que definiu ONA como:

> Objetivos de natureza nitidamente estratégica que resultam da reação da conjuntura, tal como sintetizada e avaliada nas Premissas Básicas – pressões contrárias dominantes e valor potencial nacional – sobre os próprios objetivos nacionais permanentes. Representam, assim, a 'cristalização dos interesses nacionais em um dado momento'. Evoluem, portanto, com os acontecimentos e com as forças mutáveis que atuam nos campos nacional e internacional. O princípio que deve regular a definição dos ONA é o da adaptação dos fins aos meios.[85]

E ONP como:

> a tradução dos interesses e aspirações do grupo nacional, tendo em vista a sua própria sobrevivência como grupo, isto é, asseguradas as três condições básicas de autodeterminação, integração crescente e prosperidade, dentro do quadro espacial, seja imposto pela tradição histórica, seja requerido por condições julgadas essenciais àquela mesma sobrevivência.[86]

A finalidade desses objetivos seria estabelecer uma série de medidas políticas e geoestratégicas que, a curto e a longo prazos, pudessem propiciar eficiente desenvolvimento econômico ao País, capaz de suprir os interesses nacionais. Dessa relação entre o papel do Estado e os seus objetivos nacionais correspondentes, é que surgiu o conceito de poder nacional, essencial à consecução deles.

---

[84] Juarez TÁVORA, op. cit., p. 16-17.
[85] Golbery do COUTO E SILVA, op. cit., pp.541-542.
[86] *Ibid.*, p.537.

Depois de identificados os objetivos nacionais, principalmente os da realidade geopolítica brasileira, é que seria afirmada a necessidade de projeto efetivo e amplo para a organização da já mencionada "Política de Segurança Nacional". Entre os elementos que deveriam compor a estratégia nacional, estaria a elaboração do CEN: elemento central da DSN, capaz de articular politicamente os conceitos fundamentais da doutrina.

Segundo Golbery, que dedicou boa parte de seus escritos à definição do CEN, este se fundamenta no potencial estratégico da nação, identificado na avaliação das áreas estratégicas. Estas seriam as zonas geopolíticas de maior sensibilidade – definidas mediante a análise do espaço e do território, tendo em vista a realidade internacional – em que se realizaria efetivamente a política de consecução dos ONA.

O CEN, com isso, caracterizaria os "inimigos prováveis" e as pressões adversas atuais ou potenciais, o que o define como diretriz fundamental da política de segurança nacional e que deveria orientar toda a estratégia da nação. A formulação do CEN se fundamentaria, portanto, nos objetivos nacionais permanentes e na avaliação estratégica da conjuntura nacional e internacional.[87]

Sendo os ONP's aqueles considerados extensivos e naturais historicamente a uma dada nação, visando à autodeterminação, à integração crescente e à prosperidade, a sua avaliação estratégica deveria compreender estudo objetivo dos fatores geográficos, políticos, psicossociais, econômicos e militares em conformidade com a conjuntura nacional e internacional. O CEN, a partir desses dois elementos fundamentais, definiria os objetivos nacionais atuais e a sua correspondente política de consecução, o que o indicaria como fundamento de todo o planejamento nacional.

A partir do CEN é que deveriam ser criadas as diretrizes governamentais, entendidas como diretrizes nacionais de planejamento destinadas aos órgãos governamentais,

[87] Ver Golbery do COUTO E SILVA, op. cit., p. 537-544.

responsáveis pela elaboração dos planos estratégicos de sua competência – planos políticos, econômicos, militares, entre outros. Uma estratégia nacional coerente dependeria da perfeita coordenação entre esses planos.

O próprio Golbery discutiria o papel de alguns desses órgãos, atentando para a importância sistêmica de cada um. Em 1953, ele atentaria inclusive para a criação do órgão que se encarregasse da "salvaguarda" das informações estratégicas da nação, que viria a se instituir com a criação do SNI em 1964.[88]

Os objetos dos estudos acadêmicos sobre a segurança nacional na ESG quase sempre se constituem da face de luta insurrecional e de guerra revolucionária empreendida pelos militares durante a ditadura. Nesse sentido, Arruda indica um fator de análise da segurança nacional (que fique claro que se trata, portanto, de análise construída por um ex-membro do corpo permanente e assumidamente entusiasta da Escola), que pode servir muito bem para a compreensão desse desmembramento do conceito na prática repressiva.

Segundo Arruda, o conceito de segurança nacional compreende aspectos *subjetivos* e *objetivos*: aqueles são os que envolvem situação de garantia de segurança, desfrutados pelos indivíduos e pela coletividade em seus direitos individuais e sociais. Esses aspectos se relacionaram com os elementos econômicos, sociais e culturais, medidos pelo grau de tranqüilidade e ordem. Já os aspectos *objetivos* dizem respeito às ações e às medidas efetivas que "visam a eliminar as causas que possam perturbar a garantia que lhe é inerente, ou seja, os Antagonismos e Pressões".[89]

---

[88] De acordo com Golbery: "Na verdade, porém, dada a reconhecida importância de todos aqueles fatores na estratégia das nações, medidas de segurança rigorosas são hoje tomadas por todos os países no sentido de evitar sua divulgação, pelo que – a não ser para levantamentos muito superficiais de áreas de reduzida importância – só um 'serviço de informações', centralizado, bem dotado de meios e recursos, valendo-se de agente e órgãos de busca de toda espécie, poderá coligir os dados necessários à preparação de levantamentos estratégicos suficientemente completos e atualizados. A informação estratégica torna-se, assim, instrumento de capital importância na estratégia nacional, tanto na paz como na guerra." (Golbery do COUTO E SILVA, op. cit., p. 82).

[89] Antônio de ARRUDA, op. Cit., p. 9.

O “aspecto objetivo”, tal qual ele se revela objetivamente, abre as brechas teleológicas do conceito, justificando a intervenção e a suspensão “temporária” de direitos individuais, em qualquer instância, em nome da segurança. Além de ser o objeto militar de interesse central da DSN, o aspecto objetivo abria a frente de luta conceitual nas idéias de “guerra revolucionária”, “guerra insurrecional”, “guerra psicológica” e, por consequência, no uso das ferramentas e das armas próprias dessas guerras, como a informação e a contra-informação, a repressão e a censura, elementos básicos da estratégia do terror institucionalizado.

Quando a idéia de *Desenvolvimento* passou a ser incorporada decisivamente à DSN, e associada à segurança nacional, a ESG já havia se estabelecido institucionalmente. Ainda que a idéia de desenvolvimento tenha sido decisiva para a afirmação histórica da ESG, e desde o início o binômio *Segurança e Desenvolvimento* fosse tido como carro-chefe dos trabalhos desenvolvidos, o que se observou foi que a ênfase inicial da DSN, pelo menos ideológica, era a segurança.

Somente 25 anos depois da criação da ESG é que sua missão primitiva, a de “planejamento de Segurança Nacional”, estendeu-se para “Formulação e Planejamento da Política Nacional de Segurança e Desenvolvimento”, em 1973, pelo regulamento que entrou em vigor.[90]

Segurança e desenvolvimento, o famoso binômio que identifica a ESG daquele momento, foram objetos de contorcionismos teóricos entre os membros da Escola, para que se conseguisse definir qual seria o aspecto mais importante da DSN, e qual seria o grau da inter-relação entre os dois termos. O fato é que, dando-se atenção conceitual ao “Desenvolvimento”, afirmar-se-ia o grau relativo da segurança nacional, que não poderia ser garantida absolutamente pelo Estado.

---

[90] Ver Antônio de ARRUDA, op. Cit., p. XXXVI.

Essa característica pode ser percebida no discurso de Cordeiro de Farias, que considerou o binômio como tema central na ESG, decorrido da experiência prática:

> A idéia de desenvolvimento passou a ter maior peso depois de 1964, mas já estava presente desde o início da Escola. O currículo propunha o estudo de diferentes problemas brasileiros e os grupos de trabalho debatiam suas possíveis soluções. Não era para o governo. A ESG jamais teve – antes ou agora – qualquer função de assessoria governamental. Nada impedia, porém, que as autoridades solicitassem o estudo de determinados temas. Assim é que a Escola vem estudando, desde seu início, problemas de energia, comunicação, transportes, saúde pública, educação, industrialização etc. A cada ano, dávamos ênfase a um tema. Nos primeiros tempos, procuramos ainda formar um quadro geral das condições de desenvolvimento do país, inclusive através de viagens pelo Brasil. Essas viagens tinham como objetivo permitir que as pessoas se aproximassem de uma realidade que mal conheciam. Assim, foi a experiência prática que nos levou a transformar a questão da segurança nacional no binômio segurança-desenvolvimento. Não pode haver segurança sem desenvolvimento. E no mundo de hoje, não se tem desenvolvimento sem segurança: são coisas que se entrelaçam.[91]

Cordeiro de Farias diz que a verdadeira segurança pressupõe processo de desenvolvimento econômico e social. A tese sofreu objeções na ESG, já que as variáveis não seriam absolutas. As definições do binômio, posteriormente, viriam a apontar interdependência entre os dois conceitos, sofrendo variações no grau de sua inter-relação conforme as demandas do "Poder Nacional", e do que se opusesse à "Política Nacional", em forma de "óbices".[92]

Para a cientista política Maria Helena Moreira Alves, o desenvolvimento na DSN exige um Estado forte, que aplique uma série de incentivos e de penalidades fiscais para regular o modelo de economia quase toda centralmente planejada. O capitalismo moderno, nessa ótica, deve basear-se na forte interferência do Estado no planejamento econômico nacional, na produção direta e no investimento infra-estrutural, aproximando-se mais do capitalismo de Estado que do capitalismo liberal – insensatez que leva aos problemas apregoados por Marx.

Por meio do Estado regulador, da contribuição das corporações multinacionais e do controle do meio político e social, com o uso da geoestratégia como política de defesa das

---

[91] Osvaldo Cordeiro de FARIAS, *Meio século de combate*: diálogo com Cordeiro de Farias, 1981, p. 419.
[92] Antônio de ARRUDA, op. Cit., p. 15.

fronteiras vulneráveis à agressão comunista, é que se garante o desenvolvimento do Brasil, na mesma medida em que aumenta o potencial da Nação.[93] Essa ação do Estado forte combina, ainda, com a ênfase em programas de educação voltados ao treinamento de técnicos que participam do processo de crescimento econômico e da industrialização.

A necessidade de relacionar os dois conceitos, segurança e desenvolvimento, como linha fundamental de orientação institucional, surgiu apenas com a necessidade ideológica e técnica da Escola de formar os quadros político-administrativos do regime que conseguira instaurar em 1964. Antes da ditadura, *Desenvolvimento* aparecia como objeto de preocupação de estudos temáticos realizados em conjunto com os civis.

A definição de desenvolvimento, até então, estava comprometida com a associação ideológica do alinhamento econômico e político aos Estados Unidos e ao capital transnacional. A principal contribuição técnico-teórica, nesse sentido, era então a do General Juarez Távora, tanto por sua larga experiência político-institucional quanto por seus trabalhos e conferências na área da produção, envolvendo setores como energia, transporte e trabalho.

Entretanto, como apontei no primeiro item ao tratar do tema da união entre militares e civis, esse não era um desenvolvimento a se concretizar exclusivamente nos termos do "alinhamento automático"; voltava-se, além da formação de quadros de organizadores e controladores do aparato administrativo e político do Estado (base da associação ao capital transnacional), também, e fundamentalmente, à formação de quadros de *técnicos* e *tecnocratas* em ascensão na modernização do Estado brasileiro em bases institucionais autoritárias.

Na medida em que a doutrina da ESG, como mercadoria com valor de troca em uma determinada produção ideológica, passa a ter valor de uso por esse grupo, indicando as

---

[93] Maria Helena Moreira ALVES, *Estado e oposição no Brasil*, 2005, p. 59-61.

alternativas possíveis às transformações sociais de forma sobreposta às outras mercadorias produzidas por outros grupos de intelectuais em disputa no *campo* cultural, o produto passa a adquirir a função ideológica.

Nesse sentido, à medida que a doutrina produzida pela *intelligentsia*, por meio da ESG, atinge o *status* de *visão de mundo*, tal mercadoria ideológica afirma-se como o *máximo de consciência possível* que esse grupo de *técnicos* e *tecnocratas* poderia ter na situação dada. O que passo a apresentar, assim, com o próximo capítulo, são as condições históricas que tornaram possível a criação dessa *visão de mundo*.

CAPÍTULO 2

JUAREZ TÁVORA E A ORGANIZAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO

> *Precisamos convencer-nos, todos, de que, apesar de Deus nos haver propiciado recursos para que sejamos um povo rico e poderoso, ainda somos efetivamente pobres e fracos; e não chegaremos, talvez nunca, à altura da generosa dádiva com que nos favoreceu a Providência Divina, senão pela organização metódica, pelo esforço intenso e continuado, pela poupança honesta.*[94]

Sempre que os estudos históricos se debruçam sobre as fontes acerca da coluna Miguel Costa-Prestes, sobre o movimento de 1930 e sobre todo o tenentismo, em sua acepção conceitual que lhe foi conferida na historiografia, a figura de Juarez Távora é constante como personagem decisivo. A ele foi conferido um dos principais papéis na incursão dos militares revoltosos na década de 1920, desde o primeiro 5 de julho, de 1922, e em todos os movimentos que se seguiram contra o governo, até a vitória da "Revolução" de 1930. A sua trajetória na historiografia, a partir disso, durante as décadas de 1930, 1940 e 1950, é observada como repositório automático do ideário tenentista que se estenderia até a

[94] Juarez TÁVORA em *Produção para o Brasil*, de 1957. p. 62.

ESG, apesar da própria distância histórica compreendida na realidade militar brasileira durante esse período.[95]

Entretanto, falta a esse personagem análise mais detida do conjunto da sua obra, não como mero demonstrativo das idéias que motivaram a sua trajetória política, mas que busque a dinâmica da relação da mesma trajetória com o meio institucional em que produzia e reproduzia as suas idéias, as mudanças e a evolução de suas posições e opções.

Essa preocupação torna-se latente no simples contato com certos elementos pormenorizados da sua obra, pois abrem o questionamento sobre a tão comum ligação mecânica das idéias de Juarez Távora apenas com o ideário militar. O que este capítulo põe em questão é que, muito embora o espírito corporativo estivesse presente na atuação político-militar de Távora, ao se observar a evolução da sua obra intelectual, torna-se quase impossível fazer a ligação automática entre as suas idéias e somente a sua posição militar sem, contudo, apontar elementos que em muito extrapolavam a motivação organizacional do Exército e das outras Armas.

Neste capítulo, localizo, em alguns pontos da obra e da trajetória política de Juarez Távora, os traços gerais do projeto político que carregou durante a sua carreira militar e pública e, nessas pontuações, procuro identificar traços da relação desse projeto com a organização do Estado brasileiro. A produção intelectual de Távora afirma um projeto político bem menos complexo do que o que está presente na obra de Golbery. Távora escreve como se fizesse relatórios temáticos e manuais técnicos, não há qualquer tentativa mais apurada de interpretação histórica e filosófica do Brasil, a não ser esparsamente em algumas das suas palestras. Em contrapartida, no conjunto dos seus escritos, que formam

---

[95] Das principais obras em que Juarez Távora aparece com alguma notoriedade nas análises, ver: Vavy Pacheco BORGES, *Tenentismo e Revolução Brasileira*, 1992; José Murilo de CARVALHO, *Forças Armadas e Política no Brasil*, 2005; Eduardo Munhoz SVARTMAN, *Guardiões da Nação*, 2006, p. 82-90, 120-142 e 170-206; Maria Cecília FORJAZ, *Tenentismo e política:* tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República, 1977; Edgard CARONE, *O Tenentismo*, 1976, na primeira parte, letras F, N, O e toda a segunda e terceira parte do livro.

material textual relativamente extenso, é possível tornar visível o projeto de organização para o Brasil e, nele, a reunião de alguns dos principais traços da visão de mundo desenvolvida na ESG.

Essa tarefa, que poderia ser colossal se empreendida em termos absolutos por meio da história das idéias, será desenvolvida apenas sinteticamente. Procuro demonstrar aqui que, nesse percurso político-militar, salvo as pequenas exceções, foi impresso o caráter peremptório do sentido racionalista e tecnoburocrático – dentro da orientação ideológica que, para além do autoritarismo e do conservadorismo, compreendia também traços do nacionalismo progressista – para a organização do Brasil.

A exposição acompanhará esse percurso, enfatizando os conteúdos dos livros e dos escritos publicados por Juarez Távora. Entretanto, como não se trata de autor com trabalho intelectual regular e dotado de sentido teórico sofisticado, e sim de produção característica do ideólogo e técnico de conhecimento, a análise não se restringe aos aspectos estritamente internos dos textos: ela busca a perspectiva relacional dos elementos históricos indissociáveis às publicações dos livros.

Julguei que, somente dessa forma, conseguiria dar sentido mais preciso ao pensamento de Távora. Dispus a análise, portanto, em dois itens que orientam a referida perspectiva:

a) No primeiro, apresento Juarez Távora como personagem histórico, tendo em vista o percurso inicial da sua eterna luta diante do diagnóstico de *desorganização* do Brasil, com ênfase nas idéias dele para a *Revolução*, encontrada no seu primeiro livro, *À Guisa de depoimento*;

b) No segundo item, debato, mais a fundo, as idéias da sua obra, buscando demonstrar o sentido da proposta de um Brasil estritamente organizado nas bases do racionalismo *cristão*, à medida que procuro articular os diferentes momentos em que

os textos foram escritos, com os diferentes espaços institucionais pelos quais Távora percorreu.

2.1 – A incorrigível realidade brasileira: eterna luta frente ao diagnóstico de *desorganização* do Brasil

Juarez do Nascimento Fernandes Távora nasceu em Jaguaribemirim, atual Jaguaribe, em 14 de janeiro de 1898, na fazenda *Embargo*. Foi o 15º filho do casal Joaquim Antônio e Clara, donos da Fazenda. O seu nome foi sugestão do irmão Manuel, admirador do presidente Benito Juarez, do México. As suas origens familiares eram de lutas oligárquicas contra os Acióli, que exerceram o domínio no Ceará durante a República Velha. Freqüentou o 1º ano do chamado curso ginasial no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, de maio de 1911 até o final daquele ano. Em Porto Alegre, seguindo o seu irmão mais velho Joaquim, que iria lecionar Latim no Colégio Militar, freqüentou o Ginásio Júlio de Castilhos durante os anos de 1912 e 1913.

No começo de 1914, voltou ao Rio de Janeiro, para estudar com o professor particular Roberto Lindsay, que auxiliou Juarez Távora e o seu irmão Fernando no exame de admissão da Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Ingressou no curso de Engenharia dessa Escola no começo de 1915, quando foi colega de Lísias Augusto Rodrigues e, pelo segundo ano de curso, foi aluno de Mineralogia do professor Everardo Backheuser – conhecido latifundiário e pioneiro na geopolítica no Brasil – quando saiu da Escola devido a dificuldades financeiras.[96]

[96] Para esses dados iniciais da biografia de Juarez Távora, ver o primeiro volume de suas *Memórias*, 1974, caps. I e II. Dividida em três volumes, a obra *Uma vida e muitas lutas – Memórias* é um dos mais valiosos documentos históricos sobre o Brasil do século XX. Távora presta depoimento que, diferente de outros militares como Cordeiro de Farias ou Geisel, organiza-se em estrutura narrativa memorial, buscando descrever

O primo de Juarez Távora, Antônio Alves Távora, então tenente do Exército, servindo no Rio, sugere a solução de transferir os irmãos Juarez e Fernando para a Escola Militar do Realengo[97], onde poderiam estudar custeados pelo governo federal e sem maiores impedimentos de admissão, por já estarem cursando a Escola Politécnica. Como o requisito para ingresso na Escola Militar exigia, precisaram sentar praça no Exército, como voluntários, até o começo de 1917. Em abril desse ano, matricularam-se Juarez e Fernando Távora no Curso de Engenharia Militar.

Juarez Távora comenta que os horários na Escola eram "apertados". O toque de "alvorada" era dado às quatro e meia da manhã, às cinco e meia tocava o "rancho" para o café, às seis horas deviam estar formados para a instrução no campo, que se alongava até as nove horas, horário em que almoçavam. Às dez, começavam as aulas teóricas, que se estendiam até as 15 horas, e apenas das 16 às 18 horas os alunos tinham tempo livre fora da escola. Após a ceia das 18 horas, os alunos tinham estudos em sala até as 21 horas, quando

---

os fatos como foram "vistos e vividos", além da preocupação de reunir vários documentos para sustentar a narrativa; o depoimento, também, é mais emotivo, mas não menos preciso em relação a certos dados, constituindo interessante fonte de pesquisa. As *Memórias* não constituem, aqui, a principal fonte de pesquisa, de maneira que as usei mais para orientação histórico-institucional da vida de Juarez Távora, na medida em que apresento o restante de seus livros. Da narrativa das *Memórias*, um dos elementos que mais chamam à atenção é a reserva que Távora tem ao falar da sua vida pessoal; nesse sentido, quase sempre se refere aos seus problemas de saúde. Esteve doente praticamente a vida toda; chegam a ser cômicas (involuntariamente) as descrições dos seus tratamentos, muitos em momentos decisivos na história brasileira, como no auge do movimento de 1930; em 1948, quando se discutia a política de Petróleo; e ao assumir a diretoria da Junta Interamericana de Ajuda e Defesa (JIAD) nos EUA em 1951, e só então descobriu que a principal causa da precariedade da sua saúde teria sido contraída mais de 20 anos antes, durante a marcha da Coluna, e que se tratava da doença tropical *espru*. No geral, as *Memórias* apresentam um personagem circunspecto, extremamente sério e que facilmente se melindrava com as situações que o incomodavam. Cordeiro de Farias diz que Juarez Távora era "homem curioso. Aberto para grande número de coisas, mas extremamente retraído no plano pessoal" que "levava tudo demasiadamente a sério", conta que lhe dera o apelido de "capiroto, pois ele era muito católico e capiroto é uma corruptela de capeta" e, depois da Coluna, apesar de continuarem amigos, Távora não convivia com ninguém, mantinha-se reservado e nunca informava quando estava doente. (Osvaldo Cordeiro de FARIAS, *Meio século de combate*: diálogo com Cordeiro de Farias, 1981, p. 116-118).

[97] Antiga Escola Militar da Praia Vermelha, de 1858, fechada em 1904 (ela era originária da Academia Real Militar de 1810), a Escola Militar no Rio de Janeiro ficou marcada durante a segunda metade do século XIX pelo caráter positivista do ensino em detrimento da função militar da Escola, sobretudo após o ingresso de Benjamim Constant no quadro docente em 1972; no início do século XX, marcou-se pela reabertura no ano de 1911 em Realengo sob a influência do *hermismo* e, daquela vez, com a ênfase da formação no sentido modernizante do Exército, também característico da atuação dos chamados *Jovens Turcos* (oficiais que mantiveram contato com a organização militar alemã do começo do século, da qual Hermes da Fonseca era entusiasta, e criaram a famosa revista militar *A Defesa Nacional*, onde difundiram o sistema de treinamento especializado, o patriotismo e a luta por medidas como o sorteio, a educação militar, o afastamento da política e a defesa nacional. Entre os oficiais desse grupo, destacaram-se, por exemplo, Bertoldo Klinger e Estevão Leitão de Carvalho). Ver José Murilo de CARVALHO, *Forças Armadas e Política no Brasil*, 2005, p. 24-27.

passavam por revista e se recolhiam aos alojamentos para esperar o toque de "silêncio", que era dado às 22 horas.[98]

A descrição da rotina da Escola Militar ilustra bem a absorção da disciplina e a estrita obediência à hierarquia, elementos primordiais da profissão militar e da nova fase da formação dos quadros de oficiais das Forças Armadas, pelas escolas e colégios militares. Juarez Távora presenciou o momento em que a instrução das várias Armas recebeu a "tônica de objetividade e renovação que ela nunca dantes tivera"[99], quando passaram pelas escolas oficiais da Arma, selecionados pelo Estado Maior do Exército (EME), apelidados pelos cadetes como "Missão Indígena" (compostos pelos oficiais, já referenciados, conhecidos como Jovens Turcos)[100] e que precederam à visita da Missão Francesa.

Távora ainda se destacou pelo papel que assumiu na disseminação do catolicismo na Escola, que até então era conhecida pelo ambiente "de ateísmo e indiferença religiosa reinante". Segundo as memórias de Juarez, no ano de 1917, ele, o seu irmão e outros cadetes católicos que formavam minoria na Escola, atenderam à sugestão do pároco do Realengo, Padre Miguel, e fundaram a Conferência Vicentina, a qual lograria muito sucesso entre os cadetes e no cotidiano futuro da Escola. Sobre essa importante mudança no ambiente da Escola, interessante destacar a passagem em que Juarez Távora diz que:

> Para esclarecer-nos e, ao mesmo tempo, abrir oportunidade a todos os cadetes da Escola de ambientar-se na doutrina católica, conseguiu o Padre Miguel que o Cônego Resende, excelente orador sacro, fizesse uma série de conferências, com títulos sugestivos, no cinema paroquial, franqueando-lhes a entrada. (...) Essas conferências despertaram bastante curiosidade entre os cadetes, em geral; e concorreram para modificar, de alguma forma, o ambiente de ateísmo e indiferença religiosa reinante, tradicionalmente, na Escola Militar. Mas somente um ano mais tarde, durante o surto epidêmico da gripe espanhola, em que o Padre Miguel, ajudado pelos confrades de S. Vicente de Paulo (...), excedeu-se a si mesmo, em espírito de caridade cristã, a Escola começaria a impressionar-se com aquele movimento religioso, inclinando-se a apoiá-lo, ou, pelo menos, a respeitá-lo.[101]

---

[98] Juarez TÁVORA, *Memórias*, 1º Vol., 1974, p. 86.
[99] *Ibid.*, p. 94. Távora ainda completa: "Mas a conjugação dessa instrução prática, com o acúmulo de matérias teóricas determinado para o curso de Engenharia, nesse ano [1919], representava enorme sobrecarga física e mental para os alunos do 3º ano dessa Arma. Disso deveria resultar um fraco preparo técnico para o desempenho de suas funções especializadas, quer na guerra, quer na paz.".
[100] Ver J. M. de CARVALHO, op. Cit., p. 28.
[101] Juarez TÁVORA, op. Cit., p. 87.

E, após a descrição da epidemia de gripe do ano de 1917, prossegue:

> Esses fatos sensibilizaram a Escola Militar, ligando-a, de alguma forma, à obra de benemerência do Padre Miguel, naqueles dias ensombrados de aflições. A Conferência de São Maurício começou a ser respeitada. E a recristianização das Forças Armadas, já iniciada pela União Católica dos Militares, começou a tomar novo impulso. Vinte anos mais tarde, já general-de-brigada e subchefe do E.M.E, pude assistir, durante a celebração da Páscoa dos militares, na Academia Militar das Agulhas Negras, à comunhão de cerca de setecentos cadetes e praças daquela Academia. Foi esta uma das maiores emoções religiosas de minha vida![102]

Juarez Távora e o seu irmão Fernando formaram-se na Escola ao final de 1919 como oficiais de Engenharia. Nos dois anos seguintes, Távora arregimentou-se nos Batalhões de Engenharia de Curitiba e de Itajubá, respectivamente. Em 1922, voltou à Escola Militar do Realengo como auxiliar de instrutor da seção de engenharia, já no posto de 1º tenente. Nesse período, teve como companheiro de função o 1º tenente Edmundo de Macedo Soares, e fez amizade com Antônio de Siqueira Campos, João Alberto, Luís Carlos Prestes, Cordeiro de Farias, Eduardo Gomes e Odílio Denis.[103]

2.2 – A experiência do *tenentismo* e a primeira visão de um Brasil *desorganizado*

Távora participou do plano revolucionário de 5 de julho de 1922, na Escola Militar do Realengo. Seguindo sempre os caminhos do irmão Joaquim Távora – que, além de professor de Latim, destacou-se como comandante nas ações do primeiro levante, quando servia como capitão no 17º Batalhão de Caçadores em Cuiabá, e no de julho de 1924, quando faleceu durante os combates em São Paulo –, Juarez logo aderiu às lutas empreendidas pelos revoltosos que ficaram conhecidos como *tenentes*, não demorando assumir importante papel de liderança, principalmente ideológica, do movimento.

---

[102] Juarez TÁVORA, op. cit., p. 91.
[103] Sílvia PANTOJA, *DHBB*, verbete: TÁVORA, Juarez. p. 5675.

O primeiro levante desencadeou-se pelo descontentamento de parte dos oficiais do Exército, principalmente de baixa-patente e ligados a Hermes da Fonseca, com o episódio das 3 cartas falsas atribuídas a Artur Bernardes. Uma delas, publicada em 9 de novembro de 1921, na primeira página do *Correio da Manhã*, em plena campanha presidencial em que disputavam o suposto autor e Nilo Peçanha, teria insultado a oficialidade do Exército.

A carta desencadeou crise político-militar e, num primeiro momento, foi protagonizada pelo Clube Militar, na figura de Hermes da Fonseca, e pelo presidente Epitácio Pessoa, que se posicionaria decisivamente ao lado do candidato vencedor, Artur Bernardes. A crise se estendeu por todo o primeiro semestre de 1922, resultando na prisão de Hermes da Fonseca em 1º de julho daquele ano.[104]

Naquele momento, para Juarez Távora, "desencadeara-se a tempestade, encerrando-se, para mim, o ciclo de quase um quarto de século de minha vida que chamei a *caminhada na planície*, e durante a qual se incluem os dois únicos anos despreocupados de minha mocidade".[105] Na visão dele, assim como na da maioria dos demais oficiais envolvidos no levante de 1922, as motivações da revolta tiveram as suas origens tão-somente no espírito corporativo do Exército, que teria sido seriamente ofendido pelos políticos no poder:

> A sedição militar de 1922 explodira, inopinadamente, como uma desafronta aos brios do exército, insólita e desnecessariamente ofendidos, pelo então presidente da República e seu indigitado sucessor. Não visava – pelo menos até o momento de ser desencadeada – senão depor uma autoridade constituída – o sr. Epitácio Pessoa e impedir, talvez, a posse da autoridade constituenda do sr. Arthur Bernardes. Não ultrapassava, portanto, os limites de mera questão pessoal, surgida entre a força armada e dois altos funcionários da República. A centelha de revolta, então inexplicavelmente abafada, longe de extinguir, agravara, ainda mais, o mal-estar soturno que lavrava no seio do exército nacional. Cumpria aos responsáveis pelos destinos políticos do país agirem, nessa delicada conjuntura, senão com generosa tolerância, ao menos com austeridade e com justiça. Só assim se restabeleceria a mútua confiança entre governantes e governados, indispensável á tranqüilidade da nação e capaz de

[104] Certamente que os desdobramentos do episódio da carta podem ser estendidos aos diversos acontecimentos que marcaram a fase decisiva do *tenentismo*, que se sucederam até o movimento de 1930, como o próprio Juarez Távora aponta em suas *Memórias*: "Autêntica ou apócrifa, foi essa malfadada carta o ponto de partida da crise político-militar, que deveria sacudir o país durante os dez anos seguintes" (Juarez TÁVORA, op. cit, p. 113).
[105] *Ibid.*, p. 115.

> apagar os ressentimentos criados entre a autoridade legal e a força armada, que a devia sustentar, constitucionalmente.[106]

Segundo J. M. de Carvalho, a natureza de *esprit de corps* desse levante, que chama de *Segundo Tenentismo* (o primeiro teria sido o movimento de proclamação da República), teve pouco respaldo na totalidade do Exército e menos ainda nas outras Armas, motivando decisivamente apenas parte de jovens oficiais e parentes de Hermes da Fonseca. Formavam a parcela do Exército que se revoltou, apenas, a Escola Militar do Realengo – onde a influência dos *Jovens Turcos* havia sido decisiva nos últimos dez anos para incutir nos jovens cadetes o caráter profissionalizante e corporativo da organização do Exército –, o Forte Copacabana no Rio de Janeiro, e a guarnição local de Mato Grosso – que, junto com o Forte, eram comandados por parentes do Marechal Hermes.[107]

Preso logo no primeiro dia de levante, Juarez permaneceu três meses na prisão do Corpo de Fuzileiros Navais na ilha das Cobras, onde teve o seu primeiro e decisivo contato com a obra de Alberto Torres.[108] Após mudar de prisão duas vezes e ser promovido ao posto

---

[106] Juarez TÁVORA, *À Guisa de Depoimento sobre a Revolução Brasileira de 1924*, 3º Vol., 1928, p. 143-144. Em suas *Memórias*, Távora mantém a mesma opinião: "Participei, ativa e conscientemente, do levante militar de 5 de julho de 1922, feito como protesto contra os atos do Presidente Epitácio Pessoa, que considerava ofensivos à dignidade do Exército. Essa instituição nacional – a cujo abrigo pudera concluir meus estudos superiores, e à qual ficara a dever um lugar garantido para disputa honesta do pão de cada dia, no futuro – merecia um tal sacrifício." Idem, *Memórias*, 1º Vol., 1974, p. 115.

[107] José Murilo de CARVALHO, op. Cit., p. 49. Ver também Edgard CARONE, op. Cit., p. 30-43. Nesse mesmo sentido, Márcio SCALÉRCIO, em seu trabalho *O Exército Brasileiro e sua consolidação*, faz interessante análise do processo de profissionalização do Exército e a sua afirmação como organização, considerando, a respeito desse momento do tenentismo, que: "Uma das demonstrações da ligação do Tenentismo ao fenômeno da profissionalização do Exército foi a conduta militar dos rebeldes na Coluna Prestes. Os combates travados e a duração da campanha demonstram que as lições de Realengo foram aprendidas. Os oficiais eram capazes de planejar operações, liderar os soldados e tomar decisões. Por outro lado, os oficiais que mais encarniçadamente combateram os tenentes, tais como Bertoldo Klinger e Góis Monteiro, pertenciam à geração dos turcos e haviam participado ou dos estágios na Alemanha ou dos cursos da Missão Francesa. O Tenentismo tinha ainda, estreita vinculação com a tradição de intervenções militares na política inaugurada pelo 15 de Novembro. Entretanto, um outro dado a ser realçado sobre o movimento é que, mesmo que seus integrantes se comportassem como porta-vozes do Exército, eles eram na verdade uma minoria dentro da instituição. No que se refere ao esforço para a obtenção da coesão do Exército, o Tenentismo, herdeiro do comportamento militar turbulento dos primórdios da República atrapalhou mais do que ajudou." 1995, p. 56.

[108] Alberto Torres, nascido em Itaboraí (RJ) em 1865, político e ideólogo do começo do século XX, ficou conhecido por suas constantes críticas em relação à configuração política do Brasil e da "pretensão democrática" que, a seu ver, eram inúteis e inadequadas: "Somos um país sem direção política e sem orientação social e econômica. [...] O patriotismo sem bússola, a ciência sem síntese, as letras sem ideal, a economia sem solidariedade, as finanças sem continuidade, a educação sem sistema, o trabalho e a produção

de capitão em 14 de novembro, um dia antes de Artur Bernardes assumir, permaneceu preso até fevereiro de 1923, quando os prisioneiros do levante receberam *habeas corpus* do Supremo Tribunal Federal. Passou, então, a morar em quarto de pensão com Artur da Costa e Silva; ao tomar conhecimento de que recebera a pena máxima do Código Penal Militar – três anos de reclusão, perda da patente e exclusão automática do Exército –, desertou e aderiu à conspiração que preparava o levante de 1924.[109]

Atuando no Paraná e no Rio Grande do Sul, articulando-se com Luís Carlos Prestes, Osvaldo Cordeiro de Farias, o seu irmão Joaquim e, tendo como principal líder, Isidoro Dias Lopes, Juarez assumiu importante papel no aliciamento e na disseminação das idéias do movimento que se preparava.[110] Após a eclosão do levante, também em 5 de julho, em homenagem aos combatentes do primeiro levante, participou ativamente dos combates travados na região de São Paulo, Mato Grosso e Paraná. Em outubro, também participou das unidades militares gaúchas que se rebelaram a partir daquele mês.

Em 1925, acompanhou a marcha da Coluna batizada Miguel Costa-Prestes, mas foi preso no último dia do mesmo ano às margens do Parnaíba, quando a Coluna preparava a investida sobre Piauí. Com outros revoltosos, como Eduardo Gomes e Carlos Chevalier, foi

---

sem harmonia e sem apoio – atuam como elementos contrários e desconexos, destroem-se reciprocamente, e egoísmos e interesses ilegítimos florescem sobre a ruína na vida comum." (Alberto TORRES, *Organização Nacional*, 1914, p. 17). Foram de Torres, ainda, as primeiras preocupações em relação à organização de uma política nacional que garantisse segurança e soberania. Em *O Problema Nacional*, livro de larga influência sobre o pensamento autoritário brasileiro, já alertava, de forma irônica: "Por todo o planeta, os povos conscientes e criteriosos estão sentindo que precisam concentrar e robustecer o máximo vigor de sua energia, todo o valor de seu sangue, com o poder varonil da sua força nervosa, ativa, resistente, ofensiva, se tanto for mister, para enfrentar e vencer o ímpeto das competências [...] e, em meio desta luta [...] os que nos dirigem preferem dar-nos uma flácida posição de emasculados, a moleza da afeminação [sic], a postura horizontal das hospitalidades condescendentes". (Alberto TORRES, *O Problema Nacional*, 1982, p. 122). Torres foi enfático quanto à necessidade da "restauração conservadora e reorganizadora", em que seria papel das *elites* reorganizar o País politicamente e assumir a direção da nação. Atentava para a necessidade de reformas institucionais no cenário brasileiro, que estaria completamente entregue a uma "anarquia" política e social. Seria fundamental à nação, segundo Torres, estabelecer um governo e uma organização política que prezasse pelo centralismo, abrindo mão da democracia. (*Ibid.*, p. 133)

[109] Juarez TÁVORA, op. Cit, pp. 111-136.

[110] Sobre a atividade de aliciamento, J. M. de Carvalho diz que "Para a obtenção de adesões era indispensável a presença de um oficial superior de prestígio à frente do movimento Em 1889, foi Deodoro; em 1922, Hermes; em 1924, Isidoro; em 1930, Góes Monteiro. A posição política desse chefe era irrelevante. Isidoro foi escolhido por consulta ao *Almanaque do Exército* e, em 1930, a chefia chegou a ser oferecida a Leitão de Carvalho, talvez o mais firme adversário das posições tenentistas. O que importava era o prestígio profissional, capaz de arrastar os indecisos." (José Murilo de CARVALHO, Op. Cit., p. 49-50).

enviado para a ilha de Trindade no Espírito Santo. Durante o tempo em que permaneceu preso na ilha, releu as suas coleções de Alberto Torres e Euclides da Cunha, escreveu, então, as suas notas e as suas impressões do movimento de 1924, que seriam publicadas mais tarde. Após a posse de Washington Luís, os presos foram enviados à ilha das Cobras, já no Rio. Com a suspensão do estado de sítio, Juarez pôde publicar parcialmente os escritos que vinha elaborando. Publicou alguns capítulos nos jornais do Rio, quando Assis Chateaubriand o convidou para, além de publicar os capítulos n'*O Jornal*, publicar também edição completa do livro. Juarez rejeitou o convite, por já ter se comprometido com Nereu Pestana d'*O Combate*, publicando em 1927 o primeiro volume de seu *À guisa de depoimento sobre a revolução brasileira de 1924*[111], obra de memórias da experiência com o levante de 1924 e com a coluna.

O livro deveria se organizar em três volumes, sendo que o primeiro trataria do levante de 1924; o segundo, da retirada de São Paulo e do início das atividades da marcha; o terceiro, do restante da campanha da coluna[112] e, principalmente, das idéias que motivavam o combate, realizando o primeiro diagnóstico do que Juarez Távora via como *desorganização* do Brasil e da sua expectativa com a posse do presidente Washington Luís.

Em contraponto, são lançados apenas o primeiro e o terceiro volumes, sendo o primeiro lançado em 1927 em São Paulo por *O Combate*, e o terceiro no Rio de Janeiro em 1928, pela *Mendonça Machado e Cia*. Juarez diz, em nota aos dados bibliográficos das suas *Memórias*, que a não-publicação do segundo volume se deveu à invasão que sofrera na casa por policiais do governo em janeiro de 1930, após ter sido preso. Os policiais teriam

---

[111] Doravante *À guisa de depoimento.*

[112] Como Juarez Távora havia sido preso ainda no final de 1925, e a Coluna continuava em atividade no ano seguinte, a descrição do restante da campanha se deveu, principalmente, à contribuição de Lourenço Moreira Lima, que cedeu a Távora o seu diário de campanha e de informações com detalhes dos momentos finais da marcha. Ver CPDOC-FGV – JT dpf 1924.05.10.

desorganizado todo o material do segundo volume, além de destruir uma parte, desmotivando-o de reorganizá-lo novamente.[113]

Da sua fuga em 1927 para Montevidéu, onde estabeleceu novo contato com Isidoro Dias Lopes para tratarem da preparação de mais um movimento armado, passando pelo período em que morou em uma república com Siqueira Campos e João Alberto e o exílio em Buenos Aires em 1929, as atividades conspiratórias continuaram e se intensificaram. As motivações tornaram-se, também, sociais e econômicas, segundo Juarez Távora, além de políticas e militares, devido ao contato que a Coluna estabelecera com a realidade do sertão brasileiro. Foi pelo contato com essa realidade, e com a literatura marxista, que Prestes foi levado a se desmembrar do grupo que liderava as conspirações, criticando o diálogo com a Aliança Liberal e voltando-se francamente ao comunismo.[114]

Desse desentendimento, produziu-se uma série de importantes documentos, a saber: o manifesto de Prestes e as cartas de Juarez Távora, polemizando e debatendo as questões levantadas pelo manifesto. A polêmica marcou o ponto decisivo, no Brasil, de disputa ideológica que se estenderia por quase todo o restante do século e que seria objeto de grande parte das preocupações de Juarez Távora e, por fim, da ESG.

Nas cartas trocadas com Prestes, prevalece no discurso de Távora a defesa da harmonia social, da autoridade e da neutralidade do Estado e da administração pública, orientados por uma vocação que fosse própria e natural ao Brasil, lembrando Alberto Torres. Do conteúdo da referida polêmica, destaco a passagem da réplica de Távora ao manifesto, em que diz:

> Creio, sim, no equilíbrio e excelência de um regime baseado na representação proporcional de todas as classes sociais, e erigido em regulador imparcial de suas dependências e interesses recíprocos. E suponho que o regime republicano democrático (democrático num sentido menos amplo e mais real do que esse que até hoje lhe temos conferido) – é aquele que mais facilmente nos permitirá aproximar-nos desse equilíbrio ideal. Tratemos, pois, de adaptá-lo às nossas realidades – seguindo a diretriz já apontada por Alberto Tôrres, na sua

[113] Ver nota da p. XI do segundo volume das *Memórias*. (Juarez TÁVORA, 1974-1976. p. XII).
[114] Ver Juarez TÁVORA, *Memórias*, 2º Vol., 1974-1976, p. 6-7.

> *Organização Nacional*, ou por um caminho paralelo, que busque as novas tendências e necessidades do nosso povo e do nosso meio.

E apresenta a sua idéia para a revolução:

> O fortalecimento da liberdade civil, por uma reforma criteriosa da Justiça; o estabelecimento da independência econômica das massas, pela difusão da pequena propriedade; a coibição efetiva e prática dos arbítrios do poder, pela criação de um novo organismo de controle político; o equilíbrio social, estabelecido pela proporcional representação de classe; e, enfim, a continuidade indispensável à obra de solução dos grandes problemas nacionais, pela influência persistente de conselhos técnicos, que se superponham, permanentemente, à temporariedade dos governos – eis os pontos básicos por que se devem bater, vencidos ou vencedores, os revolucionários brasileiros.[115]

Juarez Távora iniciava a sua espécie de cruzada, por todo o restante da carreira, pela organização *segura* e harmônica do Brasil, livre da influência de *doutrinas exóticas*, principalmente a que começava a "ameaçar seriamente" o Brasil, o comunismo.

2.3 – Os militares e a "Revolução" em *À guisa de depoimento*

O período histórico que compreendeu a "Revolução de 1930" foi, talvez, o tema sobre o qual mais se debateu na historiografia do Brasil contemporâneo. Debateu-se muito, também, sobre o *tenentismo* e a sua ideologia,[116] como movimento fundamental ao

---

[115] Juarez TÁVORA, *Memórias*, 1º Vol., 1974. p. 353, também para a citação anterior. Antes dessa réplica pública, Juarez Távora havia mandado uma carta diretamente a Prestes, com conteúdo semelhante, mas estilo mais "livre": "quero que se legisle sobre salários e sobre o que interesse dos operários nos lucros auferidos pelas empresas em que trabalham. Mas discordo de que se estabeleça um governo em nome exclusivo de proletários, marinheiros e soldados. Isso é idiotismo comunista. Prefiro um governo de gente esclarecida e honesta, estabelecido em nome de todas as classes, capaz de regular, imparcialmente, os interesses de cada uma delas. Sou contra a atual ordem de coisas, porque resulta de um governo de capitalistas, que tudo monopoliza em detrimento das demais classes. Sou contra, igualmente, um governo de operários, camponeses e soldados, porque será, da mesma forma, o governo de uma classe, contra as demais. E – excesso por excesso – prefiro o que aí está, por me parecer mais esclarecido e menos feroz que o outro." (*Ibid.*., p. 269).

[116] Como movimento político, pelo longo período que compreendeu, o *tenentismo* motivou engajamentos e abandonos dos militares em momentos diferentes, o que resultou em experiências de natureza e de duração bastante diferenciadas, compreendendo uma primeira "geração" que vivenciou com maior intensidade o movimento, a repressão do regime, a clandestinidade, as marchas e contramarchas das colunas e o exílio; e uma segunda "geração" em 1930, de oficiais do Exército que aderiram às conspirações levadas a cabo pela Aliança Liberal e pelos *tenentes*, cujas lideranças viviam em sua maioria exilados no Prata, desde o fim da Coluna Prestes em 1926. (Eduardo Munhoz SVARTMAN, *Guardiões da Nação*, 2006, p. 126-127. Ver, também, além do trabalho citado de SVARTMAN e Vavy Pacheco BORGES, 1992; Edgard CARONE, *O Tenentismo*, 1976; Boris FAUSTO, *O movimento Tenentista*, 1975; Maria Cecília Spina FORJAZ, *Tenentismo e Política*, 1977 e *Tenentismo e Aliança Liberal*, 1978; Otávio MALTA, *Os Tenentes na Revolução Brasileira*,

desencadeamento histórico da "Revolução" durante a década de 1930, período marcado por dinâmica de conflitos e disputas políticas e ideológicas mais amplas.[117] Sobre o *tenentismo,* como movimento dotado de esboço político mais bem traçado, o debate em torno da sua ideologia provavelmente iniciou-se em 1927, quando Juarez Távora publicou o já referido *À guisa de depoimento*.[118] Poucos anos mais tarde, Virgínio Santa Rosa empreendeu a primeira tentativa de "caracterização sociológica" do movimento, ligando-o à atuação da classe média.[119] Décadas mais tarde, tendo o uso do conceito já sido consagrado, o debate foi encampado pela academia nos termos de discussão sobre a natureza do movimento, se de classe média ou se de origem corporativa – estritamente militar.

No depoimento de Juarez Távora, porta-voz do grupo integrado pelos que passariam a ser denominados *tenentes,* era latente o sentimento de reprovação do modelo político vigente na década de 1920. O discurso denotava pouca crença nos políticos daquela época, e a perspectiva de que no grupo militar nele representado estaria uma espécie de reserva não apenas moral da nação, mas, também, a qualidade de único competente para incutir no Estado a mais correta e racional organização político-administrativa.

À guisa de depoimento, literariamente, compunha estilo que se aproximava com devoção de Alberto Torres. A reprovação do modelo político seguia, na mesma medida, o ímpeto de Torres. O trecho a seguir, extraído de *À guisa de depoimento*, atesta a orientação reprovativa da organização política do Brasil e o estilo influenciado diretamente pela obra do autor fluminense, ao mesmo tempo em que confere ao povo o papel de *polichinelo* no palco político:

1969; Virgínio SANTA ROSA, *O sentido do tenentismo,* 1976 (orig. 1933) e Hélio SILVA, *1931: os Tenentes no Poder,* 1967 e *1933: a Crise do Tenentismo,* 1968).

[117] Para o conflito entre os *tenentes* e as *oligarquias,* por exemplo, ver Vavy Pacheco BORGES, op. cit., cap. 04 e 05.

[118] Esta afirmação originalmente não é minha, apenas procuro endossar o apontamento de Eduardo Munhoz SVARTMAN, op. cit., p. 87.

[119] Virgínio de SANTA ROSA: *O sentido do tenentismo,* 1976 (orig. 1933).

> Que nos restava, pois, praticamente, do sonho liberal e democrático dos constituintes de 1891? Apenas – e precariamente – a transitoriedade das funções públicas. Digo precariamente, porque, apesar de os cargos eletivos mudarem, de quando em vez, de donatários – essa mutação não tem passado, entretanto, de uma vergonhosa transação política – celebrada, trienal ou quadrienalmente, entre predecessores e sucessores, no mercado escandaloso das conveniências partidárias. Não passam, na realidade, de arremedos democráticos, impostos à massa eleitoral ignorante, por uma acanhada oligarquia republicana. E o povo – esse polichinelo de nossa democracia – só interfere nesse inventário político, pela porta escusa do suborno, com que o corrompem, ou pela razão indiscutível da força, com que o violentam, nas pantomimas eleitorais...[120]

Após seis anos de combates e fugas, quase sempre justificadas apenas no espírito corporativo, o movimento ganhava visão política clara para a sua atuação. A sua ideologia se desenvolveu em conformidade com a sua evolução como grupo militar sedicioso, que dependia do aliciamento de adeptos e, principalmente, do contato estabelecido com a realidade econômica e social do Brasil durante a marcha da Coluna. A noção de deslocamento do modelo político adotado pelo Estado brasileiro advinha dos apontamentos de Alberto Torres e a sua ênfase no caráter *exótico* do modelo liberal para a república brasileira. Em seguida, Juarez atribui os problemas do sistema à *inadaptabilidade* e à *incapacidade política* de adotar o liberalismo:

> Como terá podido degenerar, em tal monstruosidade, o mecanismo teoricamente liberal e democrático, de nossa constituição? Será isso um atestado da incapacidade política da raça – ou um sintoma de inadaptabilidade do complexo sistema adotado, às tendências do povo? É, talvez, o resultado da atuação conjunta desses dois fatores. Indiscutivelmente, a nossa magna carta, transplantando para um meio político incipiente e acanhado, o delicado liberalismo norte-americano, deveria estar sujeita, pelo menos nos primeiros anos da transplantação, a ser incompreendida por uns e adulterada por outros. Seu mecanismo era demasiadamente complexo para que, diante dele, se não atrapalhassem uma pequena elite de republicanos inexperientes e uma população eleitoral absolutamente ignorante...[121]

Ao problema da *degeneração* do modelo político adotado pela república brasileira estava co-relacionado com o da má-formação da elite governamental nos *pendores* liberais, abrindo espaço para *adesistas* de última hora que se interessavam apenas pelo *lugar seguro do poder*:

---

[120] Juarez TÁVORA, *À guisa de depoimento*, 3º Vol., 1928. p. 147-148.
[121] Juarez TÁVORA, op. Cit., p. 148-149.

> A nação não elege, assim, os seus representantes. São estes nomeados, de fato, por um sindicato restrito de políticos profissionais, frutos de uma seleção moralmente negativa, que se arrogaram a exclusividade ser mandantes e mandatários perpétuos da nação. (...) Se, ao menos, a maioria dos tangedores de rebanhos políticos fosse capaz de dirigir, com critério e independência, a atuação do seu eleitorado, o mal seria praticamente diminuto, ou não existiria. Mas esses pastores singulares – constituídos pelos nossos sertanejos – geralmente ingênuos ou atrasados – deixam-se conduzir, igualmente, como outras tantas levas, ao sabor das conveniências, dos "azes" das agremiações partidárias, a que pertencem. Constituem estes magnatas a nossa elite dirigente e são, de fato, os responsáveis diretos de todas as nossas mazelas políticas. Ninguém lhes poderá negar cultura suficiente para discernirem entre o bom e o mau caminho. Carecem, entretanto, de educação moral, de critério, de independência e, sobretudo, de verdadeiro patriotismo, para colocarem, acima dos interesses pessoais, as médias aspirações de bem estar da coletividade. Eles, que, pela sua cultura, deveriam guiar, com ponderação e eqüidade, a turba submissa dos ignorantes, falseiam, deploravelmente, essa missão, destilando, sobre a ingenuidade do eleitorado sertanejo, o veneno da mesma fatalidade que os tem feito, sempre, joguetes de paixões mesquinhas e de interesses baixos ou inconfessáveis.[122]

Tal grupo, segundo Juarez, não poderia representar a verdadeira elite governamental do País:

> Ora, um tal sindicato "sui generis", de exploração política, não representa, nem moral, nem intelectualmente, um verdadeiro escol nacional. Pelo menos, no que diz respeito à independência de caráter – os processos a que se submetem os candidatos à promoção partidária são, absolutamente, negativos. (...) Sob esse aspecto, a nossa chamada elite governamental tem consumado, nos últimos anos de regime, uma verdadeira obra de obscurantismo e degradação política. Ao invés de elevar o nível moral do eleitorado, pelo bom exemplo, transmitido do alto, não se tem poupado à tarefa ingrata de mistificá-lo, de corrompê-lo e desiludi-lo, pelo emprego da violência, do suborno e da mentira. Essa atuação negativa e criminosa do pseudo intelectualismo dirigente, sobre a massa ignorante dos governados, tem sido a página mais infame da nossa degenerescência democrática.[123]

Era devido a essa *degenerescência*, figurada na realidade da década de 1920 nos mandos e desmandos do poder executivo, principalmente no governo quase todo sob estado de sítio de Artur Bernardes que, segundo Juarez Távora, deveu-se à reação dos militares do movimento de 1924:

> Essa reação violenta impôs-se, como um dever indeclinável – já que a tribuna parlamentar foi arrebatada, a quantos se não renderam diante dos acenos de prepotência do poder executivo, e à imprensa – esse derradeiro eco da consciência popular – vedou-se o direito de crítica desassombrada, aos atos de verdadeira demência dos supremos detentores das posições políticas. Era mister coibir, de qualquer forma, a hipertrofia avassaladora daquele poder, dentro do organismo da República. A sua ascendência incontrastável, sobre o judiciário e o legislativo – permitindo-lhe a intromissão desabusada, em todos os atos da vida

---

[122] Juarez TÁVORA, op. Cit., p. 208-209.
[123] *Ibid.*, p. 151-153.

> nacional, para subvertê-la, integralmente, de quatro em quatro anos – tem sido, entre nós, uma verdadeira calamidade.[124]

A partir desse primeiro diagnóstico esboçou-se, também, programa político que compreendia medidas apenas reformistas, de caráter jurídico-político, em relação à Constituição de 1891. Essas medidas, dispostas primeiramente no terceiro volume de *À guisa de depoimento*, apareceriam novamente cinco anos depois, com poucas mudanças, nas sugestões de reformas a serem realizadas pela Ditadura; no relatório da viagem de Távora ao Norte-Nordeste encomendada por Getúlio Vargas, e também no programa do Clube 3 de Outubro.

As medidas teriam as características de reforma racional-institucional dos poderes: o executivo deveria ter o seu poder limitado, e, para isso, deveria, principalmente, ser vedada a intervenção abusiva do presidente nos outros poderes e criados conselhos técnicos autônomos; o legislativo deveria ser *moralizado*, remodelando-se o sistema eleitoral com a adoção do voto único e secreto; o judiciário deveria ter mais autonomia, unificando-se e centralizando-se. A essas medidas, deveria estar contido pormenorizadamente o combate à corrupção administrativa e à fraude eleitoral; a liberdade de imprensa como meio de fiscalizar o poder executivo e a unificação do ensino público, que deveria ser obrigatório.[125]

---

[124] Juarez TÁVORA, op. Cit., p. 154-155.

[125] *Ibid.*, pp. 156-161. Ver também os pormenores de cada reforma nos capítulos VII, VIII, IX e X. Vale registrar, para efeito de desenho ideológico dessa obra, trecho em que Távora define a idéia para a unificação do ensino, com traços que poderiam ser facilmente caracterizados como fascistas: "A unidade da instrução nacional, não a devemos encarar, apenas, como um fator eficiente da difusão uniforme e rápida do ensino, por todos os recantos do país. Cumpre enxergar nela, ainda, uma finalidade preexcelente, para desenvolvimento seguro da nacionalidade: - a formação de uma mentalidade geral, de um ideal comum, que encaminhe todos os espíritos esclarecidos, dentro das normas de uma disciplina coletiva, para a solução sensata dos grandes problemas, que hoje empolgam a nossa pátria. Somos um povo a que afligem, simultaneamente, duas perigosas diáteses intelectuais: - o analfabetismo das massas populares e a dispersão de idéias das elites instruídas." (*Ibid.*, p 178-179) Prossegue, mais adiante, sobre o ensino universitário: "As universidades, adotadas de preferência às escolas superiores isoladas, seriam os grandes laboratórios da orientação mental de nossas futuras elites dirigentes. Criar-se-ia, para isso, nesses centros de convívio da juventude nacional, um cuidadoso curso de educação política, capaz de sugerir na alma da mocidade culta, elevados objetivos patrióticos, praticamente orientados por uma apreciação uniforme das aspirações mais razoáveis da nacionalidade." Conclui sobre o ensino primário: "Foi por meio da escola primária que a Alemanha moderna realizou o prodígio de sua compacta estrutura nacional. E tão convencida está desse papel eminente do magistério, que, proclamada a República, a constituição de 1919, adotando, em tese, a unidade de ensino, levou o seu zelo, pela uniformidade da educação da infância, a suprimir as escolas primárias particulares. O

O caráter liberal-democrático que o programa sugeria defrontava-se, entretanto, com a terminologia usada para definir o próprio povo. Percebe-se que, segundo Távora, os "revolucionários" conferiam a eles mesmos, e não à sociedade, a exclusividade no protagonismo do processo de mudança política. Conforme Svartman aponta, Juarez Távora havia deixado explícita essa idéia quando definiu os papéis e a legitimidade da ação dos atores envolvidos no processo político em curso ainda no primeiro volume de *À guisa de depoimento*:

> Quando o governo está com a lei, a força armada deve apoiá-lo, ainda que haja de combater o próprio povo. Quando, porém, os governos mutilam a lei e desrespeitam a Constituição, compete à força armada colocar-se ao lado destas, ainda que seja mister destruir, provisoriamente, o poder constituído. É uma leviandade afirmar que, em tal hipótese, cabe ao povo e não à força armada derrubar o governo que a tiraniza. A massa imbele da nação dificilmente poderá vencer, sozinha, a guarda pretoriana que defende déspotas. (...) E essa interferência benéfica da força armada não se tem limitado apenas a permitir ao povo descartar-se de seus tiranos: tem valido, no meio das desordens generalizadas que caracterizam essas crises sociais, um escudo protetor da nação contra os excessos da indisciplina popular.[126]

Juarez Távora, naquele momento, reservava aos militares o papel de *guardiões da nação*, responsáveis pela reforma dentro da ordem, quando fosse necessária, e por garantir o impedimento da mobilização popular. Para essa fração dos tenentes que, de volta ao Exército após a vitória de 1930, não abandonou a carreira política, o sentido da luta foi construído pelo reforço do voluntarismo reformista "pelo alto", fixado na auto-crença da opção mais racional e, assim, na crítica antioligárquica, que vinha desde os tempos do Realengo.[127]

Além desse elemento conservador e elitista, o processo também tem a marca decisiva do autoritarismo. Muito embora o movimento devesse ser apenas reformista, para Távora, ele não perderia o seu caráter "revolucionário", principalmente quando se tratava de definir os aspectos políticos dos momentos iniciais da mudança a ser empreendida pela nova

---

estado reservou-se o direito de plasmar, nos primeiros lampejos da inteligência da juventude, o selo orientador da mentalidade coletiva da raça!" (Juarez TÁVORA, op. Cit., p. 181-183).

[126] Juarez TÁVORA, *À guisa de depoimento*, 1º Vol., 1927, p. 90. Citado por SVARTMAN, op. Cit., p. 132.

[127] Eduardo Munhoz SVARTMAN, op. Cit., p. 133.

"elite". Tal mudança deveria, como é de praxe nos golpes políticos no capitalismo moderno, passar pelo momento que Juarez definia como *instrumental* à mudança "revolucionária", ou seja, pela ditadura:

> A ditadura militar, que a procuradoria criminal da República deveria considerar, mais tarde – embora sem fundamento sério – como o objetivo político dos revolucionários – não foi prevista, em verdade, por alguns destes, senão como um instrumento transitório, indispensável à elaboração da reforma projetada. Dentro dos tramites constitucionais, descriam, avisadamente, de poder realizá-la, porque não seria possível eximi-la da interferência insidiosa dos conluios partidários. E, desgraçadamente, a mentalidade destes preferiria, sempre, a tais idéias, as aberrações jurídicas e morais, com que o sr. Arthur Bernardes houve por bem desonrar a nossa cultura política, na sua recente reforma constitucional...[128]

A crença no elitismo e na posição dos militares como vanguarda da "Revolução" permaneceria até o desencadeamento do movimento. Em junho de 1930, Juarez envia carta ao Tenente Joaquim Monteiro, encarregado pela chefia do movimento na Bahia, pontuando os seus pensamentos sobre o andamento das articulações "revolucionárias". Os pensamentos são permeados por preocupações com o apoio da Aliança Liberal e demais políticos da oposição, que não teriam idéias tão avançadas quanto as da "corrente revolucionária" formada pela *parte moça do Exército*. Portanto, apesar de o grupo civil formar importante parceria para o sucesso da "Revolução", esta deveria se encaminhar à ditadura assim que lograsse sucesso, como forma de garantir as medidas previstas no programa de reformas dos militares. Em um trecho da carta, Távora deixa claro, ainda, o papel de *baluarte*, que os militares assumiriam com a vitória:

> Continuo a crer que nós, militares, podemos e devemos constituir uma força respeitável diante do novo poder que se erigir – qualquer que ele seja. Não nos esqueçamos de que, depois da luta, seremos os verdadeiros baluartes sobre que terá de apoiar-se a ditadura nascente, pois continuaremos a ter em nossas mãos, direta ou indiretamente, toda a tropa que houvermos comandado na revolução.[129]

---

[128] Juarez TÁVORA, *À guisa de depoimento*, 3º Vol., 1928, p. 160-161.
[129] Idem, *Memórias*, 1º Vol., 1974, p. 276.

Iniciada a “revolução” de 1930, Juarez Távora assumiu posição de liderança do movimento no Norte-Nordeste. As articulações com políticos da Aliança Liberal, como Osvaldo Aranha, Getúlio Vargas, Antônio Carlos e outros dissidentes do antigo regime, abriram-lhe o caminho da política institucional; a vitória em 1930 permitiu que esse caminho fosse acessível tanto àqueles que desde 1922 haviam se insurgido, quanto aos da segunda “geração”, que chegaram ao poder sem ter passado pela prisão e pelo exílio.[130]

A “Revolução” de 1930 projetou o Exército para o centro do poder nacional, principalmente pela burocracia militar, estrutura organizacional da qual o novo sistema exigiria e que apenas o Exército possuía. Durante o restante da década e, principalmente com o Estado Novo, o Exército, por intermédio de Góes Monteiro e de Dutra, realizou uma série de reformas, tendendo a seu fortalecimento e a seu aparelhamento. Conforme J. M. de Carvalho aponta, o Exército até então não possuía a hegemonia do poder de coerção na sociedade, pois enfrentava a concorrência das polícias estaduais. Além desse ponto, com essas reformas, o Exército fortaleceu a sua capacidade de ingerência sobre a política nacional e sobre as agendas de política externa, de infra-estrutura e de defesa.[131]

Entretanto, a vitória se mostraria demasiadamente precária em seu pressuposto tenentista de racionalizar e organizar o Estado, tal qual Juarez Távora esperava das mudanças reformistas da “Revolução”. Para Távora – que neste sentido se distanciaria da visão da cúpula do Exército durante os anos que se seguiram até a deposição de Vargas em 1945 –, a preocupação com os destinos do País pela via de reformas institucionais mais amplas, tendo como principal objeto de anseio a reforma do Estado, era mais importante do que os problemas estritamente corporativos do Exército.

---

[130] Eduardo Munhoz SVARTMAN, op. Cit., p. 133.
[131] José Murilo de CARVALHO, op. Cit., pp. 87-101.

2.4 – O Brasil organizado: espaços institucionais e reforma política

Aberto o meio político-institucional para que pudesse trabalhar as suas idéias, que visavam mais à prática do que à reflexão, Juarez Távora percorreu caminho político-militar privilegiado, que mais tarde o colocaria no quadro de controle das Forças Armadas e, também, nas posições mais altas do governo. Durante esse percurso, a sua experiência institucional refletia-se em seus esforços de sintetizar as suas idéias para a *organização* do Brasil. Depois de *À guisa de depoimento,* publicou mais seis livros, sem contar as *Memórias.* Os seus livros são, todos, apanhados de textos, conferências e trabalhos realizados durante as décadas de 1930 e 1940 e durante a sua passagem pela ESG. Com as conferências realizadas na ESG, organizou a maioria do conteúdo dos seus livros publicados pela Livraria José Olympio Editora, cinco no total.

Távora reunia essas conferências de acordo com um tema em comum, mas nunca de forma totalmente coerente. Publicava os livros quase sempre sem atualizar os dados dos textos originais – invariavelmente dizia, nas introduções dos livros, que não havia tempo para atualizá-los, mas que isso não prejudicava as idéias centrais. Em sua maioria, os seus textos aparentam ser manuais técnicos, pela estrutura formal ao estilo das instruções militares, por meio de tópicos diretos e objetivos, fazendo sempre o movimento de apresentar o diagnóstico e a sua possível resolução.

Não há como apontar, incisivamente, maiores influências em sua obra do que Alberto Torres, que, por sua vez, era efusivamente citado nos livros. Muito raramente Juarez Távora fazia referência ou citava algum outro autor. Entre esses momentos raros, aparecem Oliveira Vianna e Hitler. Távora, à sua maneira, procurou acrescentar elementos à obra de Alberto Torres, principalmente referentes à conformação ideológica das suas propostas –

buscava conformar as idéias autoritárias de Torres numa orientação "econômica", a qual chamou de *Cristianismo Social*.

Juarez Távora, quando assumiu a 2º subchefia do EME, empenhou-se na discussão pública sobre a política de petróleo, pronunciando várias conferências entre maio de 1947 e junho de 1948, nos Clubes Militar e Naval, na ABI, no Rio, e no Instituto de Engenharia em São Paulo. Desse interesse especial, e do envolvimento direto com o debate sobre a política do petróleo, publicou o seu quarto livro, primeiro editado pela José Olympio, o *Petróleo para o Brasil*, em 1955.

Quase no mesmo sentido, lançou o seu terceiro livro pela José Olympio. Em agosto de 1955, quando foram realizados os acordos atômicos entre o Brasil e os EUA, Távora participou ativamente das negociações e, por isso, foi atacado pelas facções opostas à sua candidatura, que o acusaram de submissão aos interesses imperialistas. Dessa questão e a sua repercussão, publicou *Átomos para o Brasil* em 1958.

Dois do que considero como os seus principais livros foram lançados no contexto da sua candidatura à Presidência do Brasil. Naquele contexto, exonerou-se do cargo de chefe do Gabinete Militar do presidente Café Filho em abril de 1955, e lançou a sua candidatura em maio, empreendendo campanha que pregava idéias quanto à reforma eleitoral, como a adoção da cédula oficial e da eleição de um candidato apenas por maioria absoluta. A reforma foi amplamente debatida no Congresso em 1955, mas as teses foram refutadas para o pleito daquele ano. Foi dessa organização do sua campanha, do seu projeto de governo, que publicou *Produção para o Brasil* em 1957 e *Organização para o Brasil* em 1959.[132]

O seu último livro, *Uma Política de Desenvolvimento para o Brasil*, de 1962, quinto publicado pela José Olympio, também foi escrito no contexto do seu envolvimento direto com a política, quando estava prestes a candidatar-se deputado federal pela Guanabara.

---

[132] Doravante, respectivamente, *Produção* e *Organização*.

Também composto por conferências proferidas isoladamente em 1959, 1960 e 1961, o livro marcava a saída de Távora do cenário público com o aparecimento da ênfase na política de educação, fator até então recorrente na sua obra, apesar de não ser a principal.

O primeiro livro que publicou após *À guisa de depoimento* surgiu do seu trabalho como ministro da Agricultura do governo provisório de Getúlio Vargas. Publicado em 1934, *O Ministro da Agricultura perante a Assembléia Nacional Constituinte* definiu os traços dos elementos centrais no seu pensamento, e que reapareceriam no restante dos seus livros: a racionalização administrativa, a produção, o sindicalismo-cooperativista e o cristianismo social.

2.4.1 – A racionalização administrativa

Assim que o movimento de outubro de 1930 logrou êxito, Juarez Távora ocupou o cargo de chefe militar da Revolução do Norte e, mais tarde, o de delegado militar nas interventorias da região, cargo que assumiu em 12 de dezembro, passando a ser chamado pela imprensa de "Vice-Rei do Norte". Antes de aceitar o cargo de delegado, Getúlio o convidou para ocupar o cargo de ministro da Viação e Obras Públicas, o qual Juarez recusou-se a aceitar, alegando o compromisso dos chefes militares de não ocupar postos na administração civil.

Na ocasião, disse que caberia às Forças Armadas, apenas, garantir ao governo a necessária segurança para que este realizasse a "obra de renovação revolucionária".[133] No entanto, atendendo à solicitação de Osvaldo Aranha, que o alertara, dizendo que tal negação poderia ser interpretada como desentendimento entre os "revolucionários" do Norte e o novo governo; por isso, aceita e ocupa o cargo apenas de 4 a 24 de novembro, indicando depois José Américo de Almeida para assumir a pasta.

---

[133] Juarez TÁVORA, *Memórias*, 2º Vol., 1974-1976. p. 11.

Após o episódio, passa a haver várias discórdias entre os setores envolvidos na "revolução" e, muito embora sempre tivesse defendido a não-participação de militares nos cargos da administração pública, substituiu, na condição de delegado militar, gradativamente os civis pelos militares, em todas as interventorias do Norte e Nordeste, excetuando os territórios do Acre, Paraíba e Pernambuco. Nesse curto período que ocupou o cargo de delegado, compreendeu que no Brasil o papel histórico dos militares na organização do Brasil poderia, sim, ser mais amplo, e mais: era decisivo, e a atuação deles em conjunto com o Estado era o caminho mais lógico nesse sentido; era o lugar institucional onde poderiam aplicar a racionalidade de tudo o que haviam aprendido na sua formação profissional.

Convidado em dezembro de 1932 por Vargas para assumir o Ministério da Agricultura, em substituição a Joaquim Francisco de Assis Brasil, resolveu aceitar a pasta com a premissa de poder colaborar com os governos do Nordeste em relação aos problemas das secas e poder influir nos trabalhos da Assembléia Constituinte. No período em que exerceu o cargo de ministro da Agricultura, o empenho de Juarez em reestruturar as funções do Ministério foi o ponto que mais marcou o seu exercício. Foi esse empenho que gerou dois dos principais elementos do seu pensamento para a organização do Brasil, que reapareceria nos seus textos e nos seus livros posteriormente: a racionalização administrativa e a idéia de um sindicalismo-cooperativista.[134]

Segundo depoimento nas suas *Memórias*, o Ministério encontrava-se desorganizado e carente de profunda reforma estrutural e funcional.[135] Para corrigir a *irracionalidade* em que o Ministério se encontrava, seria necessário criar uma série de órgãos e diretorias competentes para as tarefas técnicas correspondentes às categorias do Ministério, agrupadas na agricultura, pecuária e recursos minerais. De imediato, o Ministério reestruturou-se com

---

[134] Tratarei de *sindicalismo cooperativista* no próximo subitem "A Produção".
[135] Juarez TÁVORA, op. Cit., p. 92.

a criação de vários órgãos e autarquias, prática que era própria à gestão do novo Estado, e condiziam com as idéias de Juarez para o funcionamento racional do aparelho público-administrativo.[136]

Como fora a sua pretensão ao assumir a pasta de ministro da Agricultura, participou dos trabalhos desenvolvidos pela Assembléia Constituinte instalada em 15 de novembro de 1933. Em discurso proferido na tribuna parlamentar em dezembro de 1933, sugeriu 15 princípios gerais para que fosse subordinado o texto dos vários títulos da nova Constituição. Além desse discurso, Távora proferiu outros durante o ano de 1934, destacando-se as suas teses baseadas nos estudos do Departamento Nacional da Produção Mineral. Desses discursos editou-se, então, o segundo livro, publicado pela Diretoria de Estatística da Produção, do Rio de Janeiro, em 1934, o já apresentado *O Ministro da Agricultura perante a Assembléia Nacional Constituinte*.[137]

Entre os princípios que se destacaram, e que em sua maioria foram adotados na orientação dos trabalhos da Constituinte, relacionam-se: a adoção do sufrágio universal direto apenas na esfera dos municípios, procedendo-se às eleições estaduais e federais por sufrágio indireto; o respeito à autonomia militar; criação de conselhos técnicos dentro de cada ministério, com direito excepcional de veto em assuntos das suas especialidades; garantia plena de manifestação do pensamento por meio de órgãos de comunicação; criação de conselho federal de supervisão que seria moderador na coordenação dos três poderes (idéia que, não adotada pela Constituição, Távora viria a defender ainda por muitos anos,

---

[136] Entre os órgãos: em janeiro de 1933, a Diretoria de Expediente e Contabilidade e as diretorias gerais de Agricultura, Indústria Animal e Pesquisas Científicas; o Instituto de Tecnologia, em maio de 1933; o Instituto do Açúcar e do Álcool, em junho de 1933; e o Departamento Nacional de Produção Mineral, em julho de 1933. Regulou, também, o exercício da profissão de agrônomo e, em setembro de 1933, a profissão de veterinário (Ver CPDOC-FGV – JT dpf 1934.11.30). Criou, ainda em outubro, o Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil e, em novembro, o Entreporto de Pesca do Distrito Federal. Távora colaborou diretamente com os trabalhos de criação do Instituto Brasileiro de Estatística, criado por decreto em julho de 1934 e que mais tarde, em 1935, se organizaria como o IBGE. Aprovou, também, em janeiro de 1934, os códigos de Caça e Pesca e o Florestal. Em fevereiro, criou a Escola Nacional de Agronomia e a Escola Nacional de Veterinária. Ver Juarez TÁVORA, op. Cit., pp. 89-105.

[137] Juarez TÁVORA, *O Ministro da Agricultura perante a Assembléia Nacional Constituinte*, 1934.

aparecendo novamente no livro *Organização*); e as que o destacavam pela posição de ministro da Agricultura, que previam a "abolição do chamado *direito de acessão*, incorporando-se as riquezas do subsolo e as fontes de energia hidráulica ao patrimônio da União, com caráter de imprescritibilidade e inalienabilidade; e competência exclusiva da União para outorgar a particulares o direito de pesquisa e de lavra das jazidas minerais; e, bem assim, o da exploração de energia hidráulica em águas consideradas de domínio público".[138] Com base nesses últimos princípios, adotados pela nova Constituição, seriam sancionados, em 10 de julho de 1934, os códigos de Minas e de Águas.

Em conferência feita na Adesg, em dezembro de 1951, com o título *O Problema da racionalização administrativa no Brasil*, Távora apresentou, pela primeira vez, de forma sistemática, as suas idéias para a organização político-administrativa do Brasil. Julgava ser esse o problema preliminar do Brasil, do qual dependia a solução de todos os problemas possíveis.[139] O texto dessa conferência reaparecia novamente na introdução de *Organização*, ligeiramente modificado, mas seguindo a mesma premissa da racionalização administrativa, e atenta para a questão nos seguintes termos:

> O Brasil tem, praticamente, por equacionar e resolver quase todos os seus problemas de base, inclusive, em primeiro plano, o problema preliminar da racionalização de sua estrutura político-administrativa. E parece-nos que, sem a solução prévia deste problema básico de organização, não será viável um equacionamento satisfatório de seus problemas políticos, econômicos e sociais, e, menos ainda, a realização metódica e eficiente das respectivas soluções.[140]

Sem a organização político-administrativa, não seria viável, dessa forma, garantir a segurança nacional e a convivência internacional. O problema seria questão de disciplina mental das "elites", colocada nos seguintes termos:

> Essa incapacidade continuada de organizar-nos, como nação, para resolver objetivamente os problemas fundamentais de nosso povo, não decorre, a nosso ver, nem de falta de cultura, nem de ausência de sensibilidade patriótica da maioria dos homens, que nos têm governado:

---

[138] Juarez TÁVORA, *Memórias*, 2º Vol., 1974-1976. p. 110.
[139] Juarez TÁVORA, 1952. *O problema da racionalização administrativa no Brasil.* ESG – A-042-52. p. 1.
[140] Juarez TÁVORA, *Organização para o Brasil*, 1959, p. 5.

> resulta, antes, de dois fatores inerentes à nossa formação cultural, inspirada em padrões europeus ou norte-americanos:
>
> - o desconhecimento, em que teima em manter-se a nossa elite, de umas tantas realidades nacionais básicas, e
> - a indisciplina mental dessa elite que, distanciada do terra-a-terra de tais realidades, perde-se, comumente, em devaneios fantasistas que vão, sem transição, do *ufanismo* ao *derrotismo*, mas quase sempre atentatórios do senso elementar de proporção e de oportunidade.[141]

A conferência tratava, principalmente, de aspectos relacionados à organização, à relação entre os três poderes e ao funcionamento dos ministérios. Aponta, nessas competências, uma série de soluções funcionais e racionalistas, como a adequação e a delimitação da atuação do Legislativo, impedindo-o de prejudicar a ação do Executivo, como no caso da votação do orçamento. As principais ações a serem empreendidas, com intuito de racionalizar a administração, segundo Távora, deveriam ser:

a) a criação de órgãos permanentes especializados de consulta e informação, coordenação e controle administrativos, dentro da alçada dos grandes escalões administrativos (Presidência da República, ministérios e secretarias de Estado), capazes de atribuir aos seus *altos gestores* as mais diversas tarefas de planejamento e execução racional;

b) a redução ao mínimo possível do número de órgãos diretamente subordinados a esses altos escalões, permitindo controle mais efetivo contra os abusos do poder, fossem eles pessoais (praticados pelo Executivo) ou coletivos (pelo Legislativo);

c) descentralização da ação executiva dos departamentos federais, redistribuindo racionalmente as funções e a rendas entre as três órbitas administrativas – federal, regional e local;

d) redução da execução direta de serviços pelos órgãos públicos, confiando-a, de preferência, à iniciativa privada;

---

[141] Juarez TÁVORA, op. cit., p. 6. [Itálicos do autor]. Nessa passagem, Távora faz referência, ainda, com citação, às críticas de Oliveira Vianna ao que também chamou de *nossas elites*, que viam o Estado mais pelo viés espiritual do que material; e a Alberto Torres, e sua crítica à adoção de sistemas políticos estranhos à *natureza política, econômica e social* brasileira.

e) estabelecimento de uma definição de alçadas e responsabilidades funcionais;

f) por último, reestruturar racionalmente os quadros do funcionalismo público, ajustando-os às necessidades reais dos serviços.[142]

Em *Organização*, quando discute os mesmos elementos, defende a instituição do *sistema parlamentar de governo*, com a mesma finalidade de harmonizar a ação dos poderes Legislativo e Executivo; propõe, também, a criação do quarto poder – o *Poder Ordenador* –, nos dizeres do próprio autor, espécie de cúpula do governo capaz de corrigir a ação dos demais poderes, na União, nos Estados e nos municípios, e, sobretudo, de coordenar as atividades político-administrativas dessas três esferas governamentais; e a *federalização do Poder Judiciário* e a sua libertação efetiva das tutelas dos executivos nacional e estadual, estendendo a sua jurisdição sobre as delegacias de polícia e os cartórios e registros públicos – a fim de "garantir, razoavelmente, em todas as áreas do país, o gozo imparcial dos direitos civis e prerrogativas individuais, declarados na Constituição".[143]

2.4.2 – A Produção

A *Produção* foi elemento central na obra de Juarez Távora. Logo após Vargas ser eleito presidente constitucional, Távora deixou o Ministério da Agricultura, em julho de 1934. Com a experiência do ministério, e com base na publicação do seu discurso na Assembléia, escreveria texto para conferência realizada na sede da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres[144], em novembro de 1935, com o título *O plano geral de organização e*

---

[142] Juarez TÁVORA, *O problema da racionalização administrativa no Brasil*, 1952. ESG – A-042-52. p. 2-35.
[143] Juarez TÁVORA, *Organização para o Brasil*, 1959, p. 51-52.
[144] Criada em 1932, a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres teve, como fundadores e participantes ilustres e das mais diversas áreas, os entusiastas da obra torreana Armando Magalhães Corrêa, Alberto Sampaio, Sabóia Lima, Alcides Gentil, Cândido Mota Filho, Francisco José de Oliveira Vianna, Juarez Távora e Ari Parreiras. Na agenda da instituição, que havia sido criada para "pensar o Brasil" à luz da obra de Alberto Torres, propunha-se, também, a luta contra o cangaço e contra o desmatamento, entre outras, preconizando o plantio de árvores, principalmente o eucalipto. Ver CPDOC-FGV – JT dpf 1936.08.31

defesa de produção, à base sindical-cooperativa, adotado pelo Ministério da Agricultura[145], publicado editorialmente apenas em 1957, compondo o terceiro capítulo de *Produção para o Brasil*. A conferência iniciava-se com a frase "O Brasil tem sido uma nação de atividade extensa e intensamente desorganizada. E é, como aliás seria natural, na ordem econômica onde mais se acentuam os prejuízos dessa desorganização generalizada."[146]

A economia, vista não como disciplina, mas como campo de realização da produção, foi objeto de grandes preocupações de Távora. Em função mesmo dessa preocupação, dedicou especial atenção à questão da extração de petróleo e de minérios no Brasil e à forma de política de trabalho a ser adotada pelo Estado, o que marcou fortemente o seu pensamento para a idéia de *organização*, sendo tema de significativa parte das suas conferências na ESG e de quase todos os seus livros.

Após o período de envolvimento com o processo de desencadeamento da "Revolução", e do esboço das linhas gerais do seu diagnóstico de desorganização do Brasil, possibilitado pelo contato direto com o ambiente público-administrativo, Juarez Távora voltou à atividade militar, da qual estivera afastado legalmente há mais de dez anos. Galgava, com esse retorno, o generalato, por meio do percurso institucional comum exigido na época. Em 1935, matriculou-se no Curso de Aperfeiçoamento de Arma de Engenharia, na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) na capital do País.[147]

Entrou para a Escola de Estado-Maior do Exército (EEM) no começo de 1936 e, em setembro do mesmo ano, recebeu a patente de tenente-coronel.[148] Tendo ocupado cargos

---

[145] CPDOC-FGV – JT-21f

[146] Juarez TÁVORA, *Produção para o Brasil*, 1957. p. 103.

[147] Idem, *Memórias*, 2º Vol., 1974-1976, p. 132. Manteve-se, assim, distante do levante comunista daquele ano no Nordeste; apesar dos combates na Praia Vermelha, e de ter se apresentado ao Comando Governista, não recebeu nenhuma missão e retornou a seus "penates", tal é a expressão que usa em suas *Memórias*.

[148] Os primeiros sinais das atividades de Estado-Maior no Brasil remontam ao século XIX, em 1808, com o surgimento do Quartel-General da Corte, que orientava e coordenava as atividades das forças militares de D. João VI. Quase 100 anos depois, em outubro de 1905, foi criada a Escola de Estado-Maior. A EEM marcava a entrada do Exército em nova fase da sua organização, decisiva para a evolução durante o restante do século e para o diálogo posterior com as outras Armas. Na EEM, passaram a ser ministrados regularmente aos oficiais ensinamentos estratégicos, táticos e logísticos, considerados indispensáveis ao preparo e ao emprego da Força

políticos de grande relevância durante o governo provisório, assim como outros oficiais "revolucionários" que também cursaram a EEM, como Osvaldo Cordeiro de Farias, na Escola, Távora teve a oportunidade de reforçar o pensamento quanto à "superioridade moral e o preparo técnico dos militares", de tal forma que as suas preocupações institucionais com os *problemas brasileiros* sedimentava "a crença no caráter natural e necessário do seu engajamento político".[149]

Apesar das dificuldades com os estudos e com os trabalhos exigidos pela Escola, e de não ter conseguido alcançar as melhores classificações ao final do curso em 1938, Távora deu-se, "contudo, por feliz, com a conclusão do curso, que ia permitir-me galgar, em condições normais, o generalato do Exército".[150] Para um militar que já havia traçado carreira política significativa, como Juarez Távora, ter cursado a EEM àquela época permitiu acumular recursos (saberes, legitimidade e contatos) que "em virtude das transformações que vinham se dando no Estado brasileiro, poderiam ser empregados tanto na carreira militar quanto na política, na medida em que as funções de estado-maior são, em essência, de planejamento e de administração da burocracia militar."[151]

Somente no ano de 1937, escreveu o próximo texto a ser publicado.[152] A sua conferência *Desvios da Economia Capitalista* foi o primeiro trabalho em que traçou os seus

---

Terrestre. Com a missão militar francesa instalada na Escola em 1920, os oficiais formados tiveram contato com uma decisiva atualização profissional, amparada pela divulgação de novos processos de combate e publicações sobre táticas das armas, serviços em campanha e chefia militar. A permanência da missão se estendeu até 1940, quando o curso superior da Escola já havia se consolidado como requisito para se chegar ao posto de General e instituição de base para a integração do Quadro de Estado Maior do Exército (QEME) – de onde se exerciam as funções exclusivas do gabinete do ministro do Estado-Maior Geral (futuro EMFA), do Conselho de Segurança Nacional, dos Estados-Maiores das regiões militares, dos Departamentos e Diretorias (como a de Ensino), de adido e de adjunto de adido militar e a chefia da Seção de Circunscrição e Recrutamento. Ver sítio da ECEME: Disponível em: <http://www.eceme.ensino.eb.br/>. Acesso em: 31 jul. 2007.

[149] Eduardo Munhoz SVARTMAN, op. Cit., p. 56.

[150] Juarez TÁVORA, op. cit., p. 137.

[151] Eduardo Munhoz SVARTMAN, op. Cit., p. 111, em trecho que trata dos militares que cursaram a EEM naquele período de uma forma geral.

[152] Nesse ano, a respeito do golpe Estado-Novista, Távora tentou articular a candidatura de Armando Sales e se opôs incisivamente à sucessão de Vargas, ao menos em espírito, ao afirmar que os traços "democráticos" da "revolução" já estariam comprometidos com o governo varguista, que politicamente pouco conseguira avançar em relação às práticas da República Velha, e pela desvantagem da região nordeste com a continuação do presidente no poder. Ver Juarez TÁVORA, op. Cit., p. 138-151.

primeiros estudos de economia e organização da produção no Brasil. A conferência, proferida na Sociedade Amigos de Alberto Torres, no Rio de Janeiro, não fora publicada, imediatamente, nem no Brasil. Em 1943, por meio da *Coleccion Problemas Americanos*, dirigida por N. Freitas, a conferência é publicada com o título *La organizacion econômica del Brasil*, integralmente, na Argentina. Posteriormente, a parte inicial do texto reapareceu no livro *Produção,* em 1957, com repetidas autocensuras de Távora com relação aos dados apresentados – mas, claramente, também com relação ao teor do texto, que poderia comprometê-lo passada a Segunda Guerra. Como já se afirmava característico de seus textos, o tom inicial era o da perplexidade com a realidade atual e, no caso da conferência, a ênfase era a realidade global:

> Vivemos ainda entre as incertezas de uma época de transição. A humanidade tem defrontado, nestes últimos anos de sua história, difíceis encruzilhadas em todos os aspectos de sua atividade política, econômica e social. É, entretanto, no campo dos fatos econômicos que penetram mais profundamente as raízes da inquietação moderna, evidenciando, de modo insofismável, desacertos acumulados durante mais de um século, e para cuja correção o imediatismo característico dos nossos dias não tem podido, não tem sabido ou não tem querido aplicar remédios adequados. Na verdade, o sistema econômico capitalista está marcado por graves irracionalidades funcionais e desvios éticos que desvirtuam suas eminentes fatalidades. Não há uma hierarquização orgânica que discipline logicamente a ação de seus fatores integrantes, nem um espírito de justiça social, informado na caridade cristã, capazes de reconduzir, dentro de cada grupo nacional, o homem à situação de sujeito, ao invés de simples objeto da atividade econômica, e de transformar em competição estimulante a atual tendência ao imperialismo monopolista de alguns Estados no concerto internacional. Os traços mais característicos dessa atividade econômica são, de um lado, o domínio político crescente do dinheiro, a serviço do egoísmo de poderosos grupos capitalistas, em detrimento do bem-estar social mínimo tolerável da enorme massa dos proletários, e, de outro lado, a riqueza pletórica de algumas nações, ora construída, ora mantida ou ampliada à custa da miséria centenária de outros povos.[153]

Por *época de transição* traduz-se, também, modernização. Távora compreendia já em 1937 que a questão da organização brasileira era principalmente problema de modernização e, portanto, de racionalização das esferas envolvidas na produção; preocupava-o, assim, a forma com que essa racionalização deveria ser empreendida numa sociedade como a brasileira. A conferência, após essa introdução, em sua versão integral da

[153] Juarez TÁVORA, *Produção para o Brasil*, 1957, p. 14.

publicação argentina, compõe uma série de considerações conceituais acerca da relação entre *economia* e seus "elementos fundamentais", que seriam a *produção* e o *consumo,* ligados pela *circulação da riqueza.* A *produção* resultaria dos fatores *natureza, capital e trabalho,* que analogicamente comporiam uma espécie de sistema de alavanca – a *terra* seria o *ponto de apoio*; o *capital* a *alavanca* e o *trabalho* a *força aplicada*. Segundo Juarez Távora, sem o fator de *alavanca* (capital), o problema da produção poderia se resolver pelo simples aumento da força e da delonga, na obtenção dos resultados; essa seria a realização do cooperativismo, por meio da união dos que trabalham.[154] A *circulação* seria "fenômeno intermediário da cadeia econômica que consiste no truque por meio do qual as riquezas produzidas vão das mãos do produtor para as do consumidor"[155].

O problema da *circulação* consiste nas anomalias que envolvem o comércio, os transportes e as finanças. Segundo Távora, no mundo econômico moderno, os comerciantes impõem remuneração ínfima ao produtor e preços extorsivos ao consumidor; da mesma forma, os transportes, a não ser em países que constituem monopólio de Estado, respondem como instrumento de lucro financeiro, antes de servirem à propulsão econômica; e, por fim, a finança particular ou social, no mundo inteiro, ditaria seus "ukases" contra a economia.[156] Dessa forma, era necessário organizar os produtores rurais e, paralelamente, reorganizar os

---

[154] Juarez TÁVORA, *La organizacion econômica del Brasil*, 1943. p. 12-13.
[155] Juarez TÁVORA, op. Cit., p. 14.
[156] *Ibid.*, p. 16. Interessante destacar, ainda sobre essa conferência, que, ao concluir, Távora evoca Hitler e, novamente, Alberto Torres para chamar a atenção para a necessidade de organizar a produção no Brasil. A evocação se dá, curiosamente, nos seguintes termos: "Hitler, falando meses atrás a um periodista francês, afirmou que a Europa – apesar de suas dissensões e antagonismos políticos, sociais e econômicos – não podia deixar de pensar de igual modo nos seguintes pontos: - que representa, sem dúvida, a 'elite' da civilização humana; – que essa elite, acumulada em uma reduzida extensão de terra, cada dia mais insuficiente para a satisfação de suas necessidades primárias, está ameaçada de destruição pela fatalidade biológica do homem; – que seria um crime de lesa humanidade resignar-se ao suicídio, quando há no planeta vastos e ricos territórios insuficientemente povoados e insuficientemente aproveitados, por povos incapazes. É oportuno rememorar também aqui o seguinte conceito de Alberto Torres: 'Uma nação pode ser livre, a mais bárbara e sem garantias jurídicas; no pude ser livre, sem dúvida, se não tomar o domínio de suas fontes de riqueza, de seus meios de nutrição, de suas forças vivas, de suas industrias e de seu comercio'. Na realidade destas palavras de um grande europeu e na profunda verdade de um brasileiro ilustre, devemos enquadrar a tarefa de imensa responsabilidade que pesa neste instante histórico do mundo sobre os ombros de nossa geração. É evidente que não temos o direito de continuar com os braços cruzados ante aos tesouros inexplorados que Deus nos deu, privando por mais tempo ao mundo do auxilio que autorizam a dar nossas possibilidades, e aos brasileiros da mínima comodidade que lhes corresponde." (*Ibid.*, pp. 46-48).

sistemas de transportes e o aproveitamento racional das fontes de energia, fatores considerados *circunstanciais* da produção, que não deveriam ser explorados isoladamente.

Quando foi promovido a general-de-brigada, em 1946, assumiu a 2º subchefia do EME.[157] Foi nesse cargo que, em face dos esforços que presenciou para a modernização dos armamentos e dos equipamentos militares do Exército, segundo os padrões norte-americanos adotados durante a Segunda Guerra, envolveu-se na discussão da política petrolífera. Com a aquisição do novo material bélico, em grande parte motorizado, o EME, segundo Távora, preocupou-se com a garantia de suprimento regular de combustível líquido e de lubrificantes para a sua movimentação.[158]

Durante os debates de 1947, travou polêmica decisiva no Clube Militar com o general Júlio Caetano Horta a respeito da orientação a ser dada à política do petróleo. Se pouco mais de dez anos antes, como ministro da Agricultura, defendeu e criou os códigos de Minas e de Águas, incorporando as riquezas do subsolo ao patrimônio da União, dessa vez defendia incisivamente a opinião de que era necessário encarar o problema do petróleo tendo como premissa a "colaboração internacional". Para Juarez Távora, o Brasil deveria entregar parte do controle da exploração do petróleo às empresas estrangeiras, pelo menos *de início*. O seu argumento se baseava, principalmente, em termos de estratégia militar. Afirmava que a entrega da exploração do petróleo ao capital estrangeiro, que envolvia a adoção de tecnologia norte-americana, era ponto de garantia da segurança do continente

[157] Anteriormente, em 1941, Távora terminou o estágio no Estado-Maior e ingressou no QEME. No mesmo ano foi nomeado adido militar na embaixada do Brasil no Chile, e promovido ao posto de coronel. Retornou ao Brasil no final de 1943, quando o Brasil já havia entrado na Segunda Guerra Mundial. Não se deslocou para a Itália, mas continuou exercendo a atividade militar no Brasil pelo esforço de guerra, no comando do Batalhão Vilagran Cabrita, incluída entre as forças que deveriam integrar a divisão expedicionária, que assumiu em abril de 1944. Ver CPDOC-FGV – JT dfp 1916.05.18 – Folhas de alterações de 19/01/1944, 12/01/1942. Da chamada "redemocratização do Brasil" em 1945, participou ativa e decisivamente na articulação militar pela deposição de Vargas e pela união das Forças Armadas por meio da candidatura de Eduardo Gomes. Entretanto, apesar de garantidas as novas eleições pelo Ato institucional nº 9, para Juarez Távora a candidatura de Eurico Gaspar Dutra teria sido elemento de desunião do Exército e de fragilidade da *democracia* que se instalaria com o processo. Ver Juarez TÁVORA, *Memórias*, 2º Vol., 1974-1976, pp. 177-203. Durante esse período, as articulações de Távora compreenderam efusiva troca de correspondências com oficiais militares e correligionários sobre o apoio à candidatura de Eduardo Gomes e uma carta ao General Dutra criticando a sua candidatura que acabaria vazando na imprensa. Ver CPDOC-FGV – JT dpf 1945.02.25.

[158] Juarez TÁVORA, *Memórias*, 2º Vol., 1974-1976, p. 206.

contra a “ameaça comunista” e, no caso, elemento estratégico de preparação para a “guerra” cuja “ameaça aflige o mundo”.[159]

Os setores chamados “nacionalistas” consideravam essa posição “entreguista”. Chamaram, então, Horta Barbosa para opinar sobre o assunto, como ex-presidente do Conselho Nacional do Petróleo (CNP). Horta Barbosa refutou os argumentos de Juarez Távora, afirmando ser impossível qualquer conciliação entre os interesses nacionais e os estrangeiros no controle do petróleo. Defendia, assim, a exploração do petróleo em regime de monopólio estatal.[160]

O então ministro da Guerra, Canrobert Pereira da Costa, designou Juarez em 1947 para participar da Comissão de Investimentos, para examinar investimentos para a pesquisa, exploração, refino, transporte e comercialização do petróleo. Juarez acompanhou, durante quase todo o ano de 1947, a elaboração do anteprojeto do Estatuto do Petróleo, dirigido por Odilon Braga, ministro da Agricultura. O anteprojeto era favorável à participação do capital privado nacional e estrangeiro na exploração do petróleo e, ao ser enviado ao Congresso em janeiro de 1948, desencadeou forte oposição na ala nacionalista entre civis e militares e entre estudantes da UNE. Reunidos, esses grupos criaram o Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (CEDPEN), e o anteprojeto do Estatuto do Petróleo acabou sendo abandonado no Congresso.[161]

---

[159] Juarez TÁVORA, *Petróleo para o Brasil*, 1955. pp. 259-260.

[160] Horta Barbosa defendia o monopólio estatal de exploração do petróleo que, segundo ele, estava ameaçado pelas perspectivas da nova legislação, a saber, o anteprojeto encomendado a uma comissão, no início de 1947, pelo presidente Dutra (conhecido como Estatuto do Petróleo, e que tinha como membro Juarez Távora), bem como a Resolução n. 1, do CNP, que em 1945 dera a empresas nacionais autorização para instalação de refinarias. Por outro lado, o CNP impusera, como condição para o funcionamento das mesmas, que elas garantissem o fornecimento de óleo cru por certo período, o que as colocava à mercê dos fornecedores. Assim, das duas empresas autorizadas a funcionar — a *Refinaria e Exploração de Petróleo União S/A*., do grupo Soares Sampaio-Corrêa e Castro, e a *Refinaria de Petróleo do Distrito Federal S/A*, do grupo Drault Ernany-Eliezer Magalhães —, apenas a primeira, estritamente ligada à *Gulf Oil*, poderia cumprir as exigências, o que, desde logo, evidenciava a incapacidade de o capital nacional arcar sozinho com a exploração de refinarias. (Marina Gusmão de MENDONÇA, A criação da Tribuna da Imprensa e a defesa dos interesses conservadores no Brasil, *Revista de Economia Política e História Econômica, número 01*, setembro de 2004. p. 11)

[161] Sílvia PANTOJA, *DHBB*, p. 5684-5685.

Por outro lado, o mérito dos resultados e pormenores da discussão, e sua roupagem ideológica que lhe foi atribuída, não são objetos dessa exposição.[162] Em *Petróleo para o Brasil*, Távora faz longa descrição histórica do regime legal a que a extração de minérios e Petróleo esteve submetida no Brasil até 1946, retomando, principalmente, o código de Minas de 1934 e as mudanças nas constituições de 1937 e 1946. Retoma, em especial, a discussão feita com Horta Barbosa. Logo na introdução do livro, denominada *À guisa de intróito*, em tom ressentido e auto-referente como *elite dirigente*, Távora se refere à antiga polêmica:

> Não pretendo, com a publicação deste livro, reabrir polêmicas sobre o debatido problema de nosso petróleo, cuja solução legal está consubstanciada na instituição do monopólio de Estado, através da Petrobrás. Desejo apenas fixar, para o futuro, minhas responsabilidades nos debates mantidos no passado, repetindo, aqui, os votos com que encerrei conferência pronunciada, em 1949, no Instituto Histórico e Geográfico da Bahia sobre o problema da energia no Brasil: – 'que Deus nos dê, nessa batalha pela conquista da energia material de que necessitamos, tudo o que for mister, em espírito público, em patriotismo, em consciência exata de nossas responsabilidades e, sobretudo, em energia moral, para que – sem complexos de inferioridade, sem vãos temores, sem preconceitos, só pensando no Brasil – vençamos, afinal, essa pugna decisiva, salvando ao mesmo tempo, a Nação e o Povo, e acreditando-nos, perante eles e perante o Mundo, como elite dirigente.'[163]

---

[162] Para mais detalhes sobre esses resultados e o que envolvia o debate, ver Marina Gusmão de MENDONÇA, op. Cit., em que a autora reconstrói o episódio tendo em perspectiva o apoio de Carlos Lacerda à ala que defendia o vínculo da exploração de petróleo ao capital internacional, não apenas por seu combate aos antigos companheiros do PCB, mas, também, por sua ligação com representantes da *burguesia* ligada às empresas estrangeiras, como Valentim Bouças, criando o contexto de criação da *Tribuna da Imprensa*. A análise da autora chama à atenção pelos apontamentos que faz sobre a trajetória política empresarial de Valentim Bouças que, entre outras grandes empresas, assumiu posição de controle diante da IBM no Brasil, na década de 1930, criou a *Companhia Serviços Hollerith*, que alugava equipamentos da IBM no Brasil, fundou a revista *Observador Econômico e Financeiro* em 1936, nos moldes da publicação norte-americana *Fortune*, foi diretor-consultivo da *Coca-Cola Refrescos S/A*, integrou a delegação brasileira na Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas, em Bretton Woods, e tornou-se, em 1947, membro da Comissão de Investimento de Capitais Estrangeiros no Brasil e presidente do Comitê Brasileiro da Câmara Internacional de Comércio, onde defendeu a posição de defesa da participação do capital norte-americano na exploração do Petróleo, junto com Eugênio Gudin, ambos fundamentados nas exposições de Juarez Távora.

[163] Juarez TÁVORA, *Petróleo para o Brasil*, 1955. p. 6-7. A referida conferência de 1949 foi apresentada na ESG, onde foi publicada integralmente em 1952, com o título *O Problema da energia no Brasil*. Nela, Távora ainda diz: "O maior crime que se pode cometer, no momento, contra o Brasil, é o de retardar, desnecessariamente, por miopia ou estrabismo político, o seu desenvolvimento econômico-social – recusando a quem quer que seja – nacional ou estrangeiro – que deseje participar razoavelmente na obra ciclópica da mobilização de suas riquezas potenciais – um lugar ao lado do governo, sob a alegação de que tais riquezas são um patrimônio nacional à custa do qual não devemos permitir que enriqueçam elementos estrangeiros, com presumível (e discutível) prejuízo do bem-estar e segurança das gerações futuras." ESG – A-041-52. p. 44.

Após essa introdução, inicia o primeiro capítulo do livro, novamente, com citação de Alberto Torres. O texto, na sua lógica argumentativa, chama à atenção por apresentar pensamento que pouco tinha de "entreguista" e "anti-nacionalista", como de costume era apontado automaticamente tanto por seus adversários como por vários historiadores.

Durante o texto, Távora sustenta que sua posição não era contraditória em relação ao Código de Minas de 1934. Pela sua exposição, já no código de 1934, estava prevista a participação de capital estrangeiro, cujo parágrafo quinto do terceiro artigo previa concessões ou autorizações somente a brasileiros ou a sociedades organizadas no Brasil, omitindo, então, a origem dessas sociedades, se estrangeiras ou nacionais.

O código de 1937, em contrapartida, teria *irracionalidade* peculiar, pois, apesar de prever a completa nacionalização nesse aspecto, posteriormente foi submetida ao Decreto-lei (6.230) que permitia a cooperação do capital estrangeiro.[164] Além das mudanças no código de 1937, a Constituição de 1946 acaba por abolir implicitamente o direito de acessão, retornando quase na sua totalidade ao código de 1934.

Para Távora, o novo estatuto deveria ter levado em conta os objetivos fundamentais da solução do problema petrolífero brasileiro àquela época, que, em primeiro lugar e mais urgente, seriam as necessidades de consumo interno de petróleo e derivados, a preços adequados, o que reforçaria a capacidade econômico-financeira e a segurança nacional; em segundo lugar e mediato, concorrer para as satisfação das necessidades continentais e, eventualmente, mundiais do petróleo. Dessa forma, só seria possível alcançar o 1º objetivo se as possibilidades de extração fossem reforçadas pela cooperação continental.[165] Tratava-se de caso de política internacional, orientada mesmo pelos Estados Maiores dos diversos países:

---

[164] Juarez TÁVORA, *Petróleo para o Brasil*, 1955, pp. 25-37.
[165] *Ibid.*, pp. 54-55.

> O petróleo torna-se cada vez mais, de um lado, fator de progresso econômico e bem-estar social, e, de outro lado, instrumento capital de segurança nacional. A disputa pelo monopólio, ou, no mínimo, pelo predomínio sobre as fontes de produção, usinas de beneficiamento e equipamentos de transporte e de distribuição, já se não opera apenas por conta dos próprios trustes interessados comercialmente em contratá-los, mas através dos bastidores dos Departamentos de Estado e Estados Maiores Militares, que orientam a política internacional das grandes potências mundiais.[166]

Aponta, ainda, a impossibilidade das "nações fracas" de empreenderem inicialmente o processo de forma plena:

> Dados os elevados investimentos exigidos pela indústria petrolífera em seu conjunto, é razoável deduzir-se que as nações econômica e financeiramente fracas só tentem controlá-las, parcialmente, pelo menos de início. Esse controle parcial deve começar pelos elos intermediários da cadeia – industrialização e transporte – porque, além de exigirem investimentos moderados (30,7 % dos investimentos totais), representam pontos-chaves contra o monopólio do consumo interno e proporcionam lucros certos para os investimentos realizados.[167]

Era questão de racionalização da exploração, organizando o processo produtivo que, dada a urgência da questão da segurança nacional, deveria excluir a possibilidade do monopólio estatal.

Em fevereiro de 1954, foi discutida a possibilidade de lançar a chapa Juarez Távora-Juscelino Kubitschek em nome da união nacional, com a qual Juarez concordava como o esquema de união, mas não com o do nome dele como candidato, por entender que a opinião pública não se aglutinaria em torno de uma candidatura militar. [168] Acirrou-se a crise política naquele mesmo semestre. Foi adotado o monopólio estatal sobre o petróleo e dado aumento de 100% para o salário-mínimo. Em meio aos acontecimentos, foi divulgado o texto *Memorial dos Coronéis* – do qual Golbery era o principal autor –, em que um grupo

---

[166] Juarez TÁVORA, op. cit., pp. 64-65.
[167] *Ibid.*, pp. 71-72.
[168] Antes, em março de 1950, Juarez Távora viajou a Washington, nos EUA, onde assumiu o cargo de delegado do Brasil na JIAD. Esse período, de contato com militares norte-americanos e de vida nos EUA, foi decisivo para o seu engajamento na *luta contra o comunismo*, transplantando a experiência e os contatos para a sua atuação na ESG. Em suas *memórias*, trata rapidamente e com certa distância sobre esse período, dando mais ênfase a seu tratamento médico que realizou nos EUA, e de como conseguiu diagnosticar e curar a doença que há muito já o penalizava, o espru. Destarte, essa forma lacônica do seu depoimento; na Junta, Távora dedicou-se à elaboração do "Esquema de Defesa Comum do Continente Americano", da qual o EMFA discordou em ponto referente a "Zonas de Defesa", o que fez com que Távora pedisse a sua exoneração. (Juarez TÁVORA, *Memórias*, 2º Vol., 1974-1976, p. 217-223).

de coronéis e tenentes-coronéis se postava indignado com o governo federal e com as condições físicas e salariais do Exército. Em carta ao então Ministro da Guerra, o general Zenóbio, Távora se mostrou preocupado com a repercussão do documento na imprensa, que estaria chamando a atenção do texto para uma alçada civil, da qual discordava e afirmava ser assunto apenas de interesse militar.[169]

A repercussão do manifesto, com as críticas de Lacerda aos atos do governo, acabou no atentado da Toneleros. Após várias discussões e reuniões dos militares e apuração do caso, que concluiu envolvimento da guarda presidencial, a Marinha e a Aeronáutica passaram a considerar necessária a renúncia do presidente da República. Preocupado, pois, com a unidade das Forças Armadas, Juarez Távora participou da redação do manifesto à nação, assinado por 30 generais, unindo as três armas na exigência do afastamento de Vargas do poder. Terminada a crise, Távora comprometera-se com a sua consciência: "nunca mais me envolver em tentativas de corrigir, recorrendo à força, os erros ou omissões de nossos governantes".[170] Nunca mais o fizera, de fato. Não diretamente, pois a sua contribuição já havia se concretizado ao fornecer algumas das principais bases da ideologia da ESG, apenas ia se materializando no restante da sua vida pública e nas publicações que iam tomando corpo na Editora José Olympio, repositório das conferências e dos textos que elaborou em toda a sua carreira.[171]

---

[169] Carta de Juarez Távora ao General Zenóbio do dia 14/05/1954. A carta se encontra na pasta "Juarez na ESG" do Arquivo Juarez Távora. FGV-CPDOC – JT dpf 1952.09.06. Seis dias depois, Juarez escreveu outra carta a Zenóbio, dizendo que se recusaria a receber o aumento concedido a todo o contingente, principalmente aos altos oficiais, pelas resoluções do Exército.

[170] Juarez TÁVORA, *Memórias*, 2º Vol., 1974-1976, p. 254.

[171] Para Juarez Távora, a sensação era a do fracasso, segundo o seu depoimento no terceiro volume das *Memórias.* Narra a manhã de 25 de agosto de 1954 da seguinte forma: "Concluído o expediente da manhã, recolhi-me, logo após o almoço – feito, como de costume, no recinto da própria escola – ao Gabinete do Comando, onde, inutilmente, tentei repousar um pouco das canseiras da véspera e relaxar as tensões daquela manhã. A minha mente era irresistivelmente arrastada a confrontar os sacrifícios que enfrentara, durante quase um terço de século, com os discutíveis benefícios que haviam resultado disso para o bem comum do povo brasileiro. A minha consciência estava tranqüila, porque, tendo agido, sempre, em consonância com os seus mandamentos, nunca o fizera em benefício próprio, mas pensando, acima de tudo, no bem do Brasil. Mas me perguntava, insistentemente, que havia conseguido em benefício do povo brasileiro? Na verdade, muito pouco...". (Juarez TÁVORA, *Memórias*, 3º Vol., 1977, p. 4).

Quando Café Filho assumiu a presidência, em 1954, Juarez Távora foi nomeado chefe do Gabinete Militar da Presidência da República. Nesse Ministério, coordenou e controlou as atividades de diversas autarquias ligadas diretamente à Presidência da República, entre as quais a Petrobras, a Companhia Vale do Rio Doce, a Companhia Siderúrgica Nacional, o IBGE, o Conselho Nacional de Águas e Energia, a Comissão de Valorização do Vale São Francisco e a Comissão de Valorização da Amazônia. Juarez assumiu, também, o cargo de secretário-geral do Conselho Coordenador do Abastecimento Nacional, criado pelo governo na época. Foi nomeado, ainda, Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional, no qual determinou à secretaria executiva que delineasse programa para o desenvolvimento da política nuclear, aproveitando as facilidades concedidas pelo governo norte-americano por meio da sua nova Política de Átomos para a Paz (1954).[172]

Em face das negociações que realizou diretamente com o governo norte-americano, para a política de exploração da energia nuclear no Brasil, acabou sendo acusado pela oposição de, novamente, beneficiar os norte-americanos. Dessa acusação, lançou o já referido *Átomos para o Brasil*, em 1958. O livro não constitui texto teórico, tampouco simplesmente técnico. Fora publicado com o único intuito moral de esclarecimento e justificativa em relação às acusações que sofrera na Câmara dos Deputados durante a CPI sobre a Política de Energia Atômica, principalmente da parte do deputado Renato Archer, do PSD, no primeiro semestre de 1956. Segundo Archer, Juarez Távora havia beneficiado a embaixada dos Estados Unidos, modificando diretrizes da política brasileira de energia nuclear quando era chefe do Gabinete Militar. Távora depôs perante a Comissão, e no mesmo ano reuniu, além desse depoimento, toda a documentação que envolveu a CPI instalada para o caso; depois, montou o livro.[173]

---

[172] Juarez TÁVORA, op. Cit., caps. I e II.
[173] Ver Juarez TÁVORA, *Átomos para o Brasil*, 1958.

Como o livro é tão-somente a justificativa de Juarez Távora em face das acusações, constitui poucos elementos do seu pensamento para a questão da energia. Entretanto, com as experiências das discussões acerca da extração de petróleo e do início de extração de minerais físseis para a produção de energia nuclear, Távora passara a defender incisivamente a criação de ministério específico para a questão da energia e dos minérios no Brasil. Dizia que a solução do problema nacional da energia deveria seguir o caminho da "criação imediata de um novo órgão político-administrativo, o Ministério das Minas e Energia".[174]

2.4.3 – O *sindicalismo-cooperativista* e o *cristianismo social*

Mapeadas as anomalias da organização brasileira, enraizadas na irracionalidade das opções políticas da administração pública e no desordenado desenvolvimento econômico, a questão se direcionaria para a distribuição de riqueza, ela mesma fator moral que solucionaria racionalmente os problemas da organização do Brasil. Nessa linha de preocupação, os textos de Juarez Távora apresentavam a idéia de uma espécie de nacional-socialismo para o Brasil, com concepção sindical-cooperativista para a produção. Esses elementos tomaram corpo na sua produção intelectual a partir do exemplo da sua atuação no Ministério da Agricultura.

Para Távora, o consumo seria o *supremo objeto da economia,* ao mesmo tempo em que é agente passivo da economia. Ao reconhecer, em todos, o papel de consumidor, portanto, sujeitos à passividade do consumo, concorda que valem tanto as regras dos teóricos liberais para o jogo da oferta e procura quanto as dos marxistas para a degradação em pobreza. Os consumidores, em meio à passividade do consumo em relação à economia, estariam relegados ao plano inferior no tratamento das discussões teóricas e desamparados

[174] Juarez TÁVORA, *Conjuntura Nacional – o Problema da Energia no Brasil*, 1954. ESG – C-42-54.

de proteção prática pelo poder público. A sua origem heterogênea, que os dissolvia na *massa social*, condenava-os à subalternização econômica. O poder de reação dos *consumidores* só poderia ser afirmado, então, por meio da organização ordenada e orientada hierarquicamente de cooperativas de consumo.

O *sindicalismo-cooperativista*, idéia que aparece a partir da conferência na Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, em 1935, norteia a solução que dava para a questão da distribuição da riqueza, nos dizeres de proporcionar bem-estar e conforto à sociedade, e na prática com o objetivo definido de manter a ordem e evitar as insurreições sociais e demais oposições populares que pudessem comprometer seriamente o projeto de progresso organizado do Brasil. Sindicalismo-cooperativista seria, nesse sentido,

> O sistema de mutualismo realizado dentro de vinculação harmônica entre o sindicato econômico-profissional e as cooperativas formadas pelos respectivos profissionais (...) é a solidarização dos profissionais em cooperativas que se formam numa ordem racional de dependência – ligando-se todas pela origem, a uma organização central – o consórcio profissional-cooperativo – que lhes preside a formação, ampara-lhes os primeiros passos e, depois, lhes controla o desenvolvimento, reunindo num mesmo plexo homogêneo, harmonioso, todos os agentes das atividades produtoras do país.[175]

Seria, também, o "instrumento de defesa econômica dos consumidores-produtores", liberando a produção e o consumo da influência perturbadora do patrão, da usura financeira e do intermediário comerciante.[176] Távora remete-se a Pedro Toledo que, então ministro da Agricultura em 1911, adotou oficialmente a doutrina do sindicalismo-cooperativista, com a finalidade de "orientar as massas operárias de molde a salvaguardá-las da catequese anarquista, então em franca atividade".[177]

A doutrina, perdida após a saída de Pedro Toledo em 1913, teria sido retomada no seu Ministério da Agricultura durante o governo provisório da "revolução" de 1930. A idéia do cooperativismo, que até a conferência de 1935 dava ênfase apenas ao setor primário

---

[175] Juarez TÁVORA, *Produção para o Brasil*, 1957, p. 7.
[176] Idem, *La organizacion econômica del Brasil*, 1943, p. 42.
[177] Idem, *Produção para o Brasil*, 1957, p. 110.

como forma de integrar relativamente o trabalhador rural nos lucros da produção, evoluiu para o que chamou na década de 1950 de *empresa cooperativa*. Em uma de suas conferências na ESG, em 1954, retoma a discussão no âmbito da guerra fria. A *justiça distributiva*, como denominou a questão da circulação de riqueza, era fundamental à segurança nacional; portanto, deveria ser revista nos termos da realidade socioeconômica brasileira. Para Távora, os termos do debate, naquele momento, deveriam considerar um campo intermediário entre as organizações capitalista e comunista:

> A paz do mundo atual é função de um equilíbrio bipolar de poder, entre o Ocidente democrático e o Oriente soviético. Esse equilíbrio de poder é instável, por falta de uma terceira força bastante poderosa para funcionar como fiel de balança entre aqueles dois pólos, cada um dos quais procura aliciar os elementos esparsos, ainda não polarizados, para ampliar e reforçar, de um lado, a chamada "cortina de ferro", que envolve o mundo comunista, e, de outro lado, estender e fechar o "cordão de cerco", que delineia a política de contenção das potências democráticas. (...) Não acredito na viabilidade de uma terceira posição política entre o grupo comunista oriental e o capitalismo do Ocidente. Mas julgo que é possível, no tocante a esse campo, ampliar e acelerar a política iniciada pela Grã-Bretanha, após a última guerra, de conceder autonomia progressiva aos povos coloniais; e, no que respeita ao duplo campo econômico-social, chegar-se a um meio termo razoável entre o capitalismo e o socialismo, conciliando, humanamente, o lado bom dos dois sistemas, sem incidir em seus defeitos.[178]

Em 1959, no *Organização para o Brasil*, a questão já era vista como fator do *campo psicossocial* da organização brasileira. Entre os diversos fatores a serem reformados, segundo Távora, mereceriam ser reorganizados os setores das *relações de trabalho*, no duplo sentido de: aperfeiçoar e ampliar a legislação, que ora regula essas relações, no que tange a direitos e deveres dos trabalhadores e estendê-la, como for viável, ao proletariado rural; conciliar, na empresa, os interesses do capital e do trabalho, pela participação deste na partilha dos lucros daquela, segundo os "preceitos da justiça distributiva cristã".[179]

Para Távora, essa organização do Brasil que deveria se distanciar da acepção mais liberal do capitalismo, assim como da solução socialista marxista, integrando a autoridade com a produção e a sociedade, só poderia realizar-se sob o signo do que chamou de

---

[178] Juarez TÁVORA, *Um ensaio de justiça distributiva*, 1954. ESG – I-101-54. p. 1 e 2.
[179] Idem, *Organização para o Brasil*, 1959, p. 14.

organização pelo *Cristianismo Social*. Já na conferência de 1937, apontava para esse sentido, reproduzido em 1957 no *Produção para o Brasil*:

> A repartição eqüitativa do lucro ou mais valia das utilidades produzidas, entre esses co-partícipes ou fatores da produção, foi e é objeto de agitadas controvérsias, e pertence, sem dúvida, ao terreno em que se ligam as questões propriamente econômicas com a questão social. A escola chamada liberal em seus diversos matizes, confinado a solução do problema à lei da oferta e da procura, tende a substituir a verdadeira democracia pela plutocracia, agravando cada vez mais a injustiça social. As escolas socialistas – especialmente as marxistas – para realizar sua sonhada justiça distributiva – "a cada um segundo suas necessidades, a cada um segundo sua capacidade ou segundo o trabalho realizado" – pretendem abolir total ou parcialmente a propriedade particular em favor da sociedade ou do Estado. Na prática, porém, não alcançariam solução razoável para o problema, substituindo apenas, politicamente, o patrão individual, múltiplo e fiscalizável, pelo patrão único e soberanamente tirânico – o Estado.[180]

E apresenta a noção de *Cristianismo Social* como "escola econômica" (sic) capaz de solucionar o problema da repartição de lucro:

> Das escolas econômicas que se interpõem, como meio-termo, entre esses dois extremos, chamadas genericamente escolas evolucionistas, creio que é o cristianismo social visto em conjunto (escola católica e escola protestante) a mais capaz de conduzir o mundo, por uma rápida evolução pacífica, à prática da fraternidade econômica e da justiça social. Com efeito: O cristianismo social católico possui como instrumento de atuação econômica a "corporação" (sindicato vertical ou profissional) e tende a fundir entre si os interesses de empregados e de empregadores, substituindo a luta de classes pela fraternidade econômica dos agentes da produção. *Ela, se não elimina, pelo menos humaniza o patrão.* Por outro lado, o cristianismo social protestante possui como instrumento de atuação econômica a "cooperativa", e torna possível, pela união dos fracos, sua relativa libertação, - quer das imposições do capital, - quer das espoliações dos intermediários. Consegue deste modo neutralizar os prejuízos da usura e racionalizar a cadeia econômica subordinando os meios aos extremos cuja ligação opera. Conseqüentemente, o cristianismo social, em seu conjunto, é capaz de subtrair da cadeia econômica os motivos de maior prejuízo, procedentes do patrão, do capital e dos intermediários.[181]

A idéia, simples na concepção e na aplicação, era de fato vincular a esfera econômica à moral religiosa. A solução, por mais espantosa que seja, era-lhe a mais cabível e racional diante das contradições do mundo capitalista e das ameaças do comunismo, tudo isso agravado na realidade nacional.

A mesma referência permaneceu nas conferências que realizou na ESG, só que integrada no *campo psicossocial*. Em *Organização para o Brasil*, entendia o mesmo

---

[180] Juarez TÁVORA, *Produção para o Brasil*, 1957. pp. 20-21.
[181] *Ibid.*, p. 20-21. [Itálicos meus].

problema como questão fundamental de organização nacional, com a base do conceito de *segurança nacional*. O termo dá lugar ao correlato, torna-se a própria *democracia cristã*, integrando a Doutrina de Segurança Nacional:

> O problema de nossa organização deve equacionar-se globalmente, em função da *Segurança Nacional* e em termos de uma verdadeira democracia cristã, isto é, não só política, mas também econômica e social. Comportará, conseqüentemente, um duplo sistema de equações simultâneas, para considerar, de um lado, o desenvolvimento harmônico das atividades político-administrativas (aí incluída sua componente militar), econômico-financeiras e psicossociais – como elementos integrantes do *Poder Nacional*; e, de outro lado, harmonizar a liberdade política com a ordem democrática, a liberdade econômica com o bem-estar social, e as garantias sociais com a plena eficiência do trabalho. (...) Ao *psicossocial*, como campo, que é, de aplicação das finalidades do Estado (aperfeiçoamento e bem-estar dos cidadãos e harmonização e progresso da sociedade) – tentando não só melhorar o padrão social do povo, como conciliar as franquias sociais com a plena eficiência do trabalho – de um lado, pelo justo equilíbrio de direitos e deveres do capital e do trabalho, expressos na legislação social e pela organização da empresa corporativa, com participação do trabalho nos seus lucros, e, de outro lado, pelo melhoramento do nível cultural e sanitário do trabalhador, em geral.[182]

O *Cristianismo social* encerrava, nele mesmo, o campo psicossocial. Somente por meio da moral cristã, baseada na justiça distributiva e cooperativa, é que o campo da produção poderia se organizar plenamente no Brasil. Tratava-se de operação metódica e racional. Organizar o Brasil significava racionalizar a administração pela reforma política, e desenvolver a economia com ênfase no setor agrário; sempre a serviço da harmonia e da ordem social que, mais do que progresso racionalmente positivo, deveria se firmar nos preceitos da moralidade cristã, única estrutura valorativa capaz de realizar o objetivo de dar segurança e desenvolvimento ao Brasil.

Existe, portanto, sentido muito claro no pensamento de Juarez Távora. Esse sentido não se encontrava num simples posicionamento conservador autoritário: também era progressista em termos de racionalização político-administrativa e de desenvolvimento econômico; também não era simplesmente entreguista: era coerente com a perspectiva do desenvolvimento associado, nacionalista ao pensar a organização do Brasil, assim como o era a ESG; e não representava tão-somente o espírito organizacional do Exército: mais do

---

[182] Juarez TÁVORA, *Organização para o Brasil*, 1959, p. 8-9.

que isso, o seu pensamento a partir de dado momento (após o movimento de 1930), sob a experiência da prática interinstitucional, voltou-se aos elementos mais elementares da organização produtiva do Brasil, como projeto de classe, que não era simplesmente a *classe militar*.

CAPÍTULO 3

GOLBERY DO COUTO E SILVA: INTERPRETAÇÃO HISTÓRICA E PROJETO POLÍTICO PARA O BRASIL

> *O que adianta tentar explicar que não sou responsável por cousas inexplicáveis? É melhor acreditarem que sou capaz de cousas inacreditáveis.*[183]

A ESG estava inserida numa lógica de produção intelectual mais complexa, compondo um *campo* cultural que se ocupava das mesmas preocupações fundamentais em relação à modernização do Brasil. Para além das visíveis diferenças, principalmente de orientação ideológica formal, a idéia de desenvolvimento organizado do Brasil a partir da noção de "elite dirigente" estava presente em todas as instituições de altos estudos. A questão tende a se expandir para a tentativa de perceber, então, qual seria a visão de mundo que se construía em conjunto por meio desse campo cultural que se apresentava múltiplo.

Neste último capítulo, procuro apresentar mais amplamente a visão de mundo da ESG, levando em conta as reflexões anteriores sobre a obra de Távora, mas, nesse momento, em maior contato com a obra de Golbery do Couto e Silva. Golbery foi responsável, a meu ver, pela completa definição e afirmação intelectual do projeto teórico-político da ESG. A premissa, portanto, é a de que tanto não é possível extrair a visão de

---

[183] Golbery do COUTO E SILVA, *O fabricante de nuvens*, 1980, p.31.

mundo produzida na ESG, ou a sua ideologia posterior, apenas sinteticamente pela obra de Golbery, quanto não é possível ter na figura de Juarez Távora a simples "influência de ideais tenentistas" na origem da instituição.

Quais seriam, então, os parâmetros das semelhanças e das diferenças entre os dois autores? Conforme a exposição do segundo capítulo, em que percorri a obra de Távora, tendo em vista os temas que julgo serem orientadores do seu projeto teórico-político, estabeleço, neste capítulo, rápida exposição dos elementos centrais da obra de Golbery, apontando para a tensão comparativa com o pensamento de Távora.

No primeiro item, apresento brevemente as características externas da obra de Golbery, desenvolvendo rápida análise sobre a sua idéia para *planejamento estratégico* – meio teórico-prático pelo qual desejava aplicar amplamente o seu pensamento *realista* para o Brasil – e sobre uma das principais ferramentas do planejamento, que era a geopolítica, disciplina a que Golbery melhor se acomodou teoricamente. No segundo item, discuto alguns dos principais conceitos que orientam o seu pensamento, como a *anomia social*, as *elites verdadeiras* e o que mais tarde chamou de *sístoles e diástoles* na vida dos Estados, aprofundando-me em suas influências e diálogos teóricos – certamente mais sofisticados e numerosos do que as de Távora.

No terceiro e último item, encaminho um possível diálogo entre as obras de Távora e Golbery. Nesse item, apresento os temas do cristianismo e *Ocidente* como parâmetro especial de comparação entre os dois autores. Por fim, procuro apontar no projeto político de Juarez Távora, assimilado ao pensamento de Golbery, a expressão da visão de mundo da ESG.

3.1 – Golbery do Couto e Silva e o pensamento *realista*

As características internas e conceituais da obra de Golbery, assim como a sua contextualização, foram satisfatoriamente analisadas por diversos autores. As referências são os vários trabalhos que podem ser encontrados na história do pensamento social – em que, de forma geral, Golbery é observado a partir da matriz das suas idéias (reconhecida na Doutrina de Segurança Nacional – DSN) – e em alguns na história política – na qual os estudos se voltam à análise do cerne ideológico, em que está inserido, em incursões interpretativas pelos seus textos e à descrição da sua atuação conspiratória e política, antes e durante o regime militar.[184]

Nesta pequena apresentação, procuro identificar rapidamente os traços das influências intelectuais de Golbery e definir os aspectos da sua apropriação das idéias dentro do campo intelectual conservador e autoritário, lugar em que melhor se acomodou.[185] Em Golbery, ao contrário de Távora, a genealogia ideológica acaba por assumir papel

---

[184] Para a definição geral dos aspectos do pensamento de Golbery, os trabalhos que tratam exclusivamente da sua obra: Walter Marcos Knaesel BIRKNER, *O realismo de Golbery*: Segurança Nacional e Desenvolvimento Global no pensamento de Golbery do Couto e Silva, 2002; Vânia Noeli Ferreira de ASSUNÇÃO, *O Satânico Dr. Go*: A Ideologia Bonapartista de Golbery do Couto e Silva, 1999; Ana Maria KOCH, *Ocidente cristão em Golbery do Couto e Silva*, 1999. Também os trabalhos já citados de Maria Helena Moreira Alves (2005), Miyamoto (1995), Eliézer Rizzo de Oliveira (1978) e Octávio Ianni (2004), sendo a presença de Golbery mais contundente nos textos dos três primeiros autores.

[185] Quanto aos dados biográficos, interessam pela formação profissional, que em diversos momentos aproximou-se da de Juarez Távora. Esses dados podem ser assim resumidos: Golbery do Couto e Silva nasceu na cidade de Rio Grande (RS) no dia 21 de agosto de 1911, filho de Jacinto do Couto e Silva. Realizou os seus primeiros estudos no Ginásio Lemos Júnior na sua cidade natal, ingressando-se quase dez anos depois de Távora, em 1927, na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro. Saiu aspirante-a-oficial em 1930, sendo logo em seguida indicado para servir no 9º Regimento de Infantaria, em Pelotas (RS). Ingressou-se na Escola de Estado-Maior do Exército em dezembro de 1941, concluindo o curso em agosto de 1943, quando foi designado para o Estado-Maior da 3ª Região Militar, sediada em Porto Alegre. Um ano mais tarde, viajou aos Estados Unidos para estagiar em Fort Leavenworth, como etapa preparatória para agregar-se às unidades da FEB que, desde julho, já combatiam na Itália. Após o término do curso, seguiu para o *front* como oficial de informações. Com o fim da guerra, de volta ao Brasil, o então capitão Golbery foi designado em outubro de 1945 para servir no Sul, como oficial da seção de operações da 3ª RM, comandada na ocasião pelo general Salvador César Obino. Sete meses depois, em maio de 1946, retornou ao Rio, indicado para servir no EME. Promovido a major no mês seguinte, foi transferido para o Estado-Maior Geral (mais tarde EMFA). Permaneceu nesse órgão até março de 1947, quando foi enviado ao Paraguai, na Comissão Militar Brasileira de Instrução, ali sendo mantido até outubro de 1950, quando foi reintegrado ao EME como adjunto da seção de informações. Promovido em outubro de 1951 a tenente-coronel, em março de 1952 passou a adjunto do Departamento de Estudos da ESG. Ver DHBB no sítio eletrônico CPDOC-FGV: Disponível em <www.cpdoc.fgv.br.>. Acesso em: 31 jul. 2007.

diferencial de maior importância na análise intelectual pela própria configuração teórica dos seus textos.

Como apresentarei a seguir, a obra de Golbery procura dialogar com diversos autores, na geografia e na geopolítica, na história e na filosofia da história. Essa preocupação com o debate intelectual e com o estilo da escrita demonstrava maior sofisticação na composição dos textos e no trabalho com os conceitos, diferente de Távora. Apesar de transitar quase pelos mesmos temas, Távora realizava trabalho intelectual menos complexo, mais direto e desprovido quase totalmente de qualquer estrutura teórica mais profunda. Os textos de Távora eram, praticamente, os de um técnico-ideólogo. Curiosamente, deve ser nas mesmas proporções em que os textos de Távora primavam pela clareza e objetividade, que os de Golbery quase se perdiam em intermináveis digressões, por meio de frases que compunham, por vezes, até um parágrafo completo e que pretendiam, assim, subjetividade e complexidade teórica. A julgar pelo estilo dos textos de Golbery, essa pretensão passou longe de ser atingida no âmbito literário da sua obra. Enquanto no âmbito político, logrou amplo sucesso e deu a profundidade necessária ao que já vinha sendo construído por Távora.

Disciplinarmente, os textos de Golbery compõem estudos de geopolítica. Os seus dois principais livros, *Planejamento Estratégico* e *Geopolítica do Brasil*, foram escritos durante as décadas de 1950 e 1960, ambos resultados, em sua maioria, de conferências realizadas na ESG.[186] *Planejamento Estratégico*, publicado em 1955, reuniu textos escritos entre 1953 e

[186] *Geopolítica do Brasil*, publicado pela José Olympio, teria sua reedição mais conhecida em 1981, quando passa a acrescer o texto *Conjuntura Política Nacional – o Poder Executivo*, edição de uma conferência de Golbery em 1980 na ESG, que inclui "Sístoles e Diástoles na vida dos Estados", a ser comentada mais adiante. *Planejamento estratégico* teve apenas duas edições, a primeira de 1955 pela Biblioteca do Exército e a segunda pela Universidade de Brasília, na coleção "Cadernos da UnB". Ambos os textos foram reeditados, novamente, em um livro com a obra completa de Golbery, pela editora da UniverCidade, em 2003, com o título *Geopolítica e Poder*. Essa nova edição é a que uso com mais recorrência na pesquisa, pelo fato de estar mais bem organizada e editada, sem as redundâncias e as repetições de textos recorrentes nas outras edições; entretanto, indicarei em todas as referências o ano em que foi escrito originalmente o trecho que estará em questão. Apenas para breve orientação, ainda acerca das edições dos livros, *Geopolítica e poder* está dividido

1954, período em que Golbery já pertencia ao corpo permanente da ESG. Nesse livro, dispõem-se elementos didáticos para a composição de planejamento de Estado, a partir de noções geopolíticas, como poder, potência, política, estratégia e, principalmente, segurança e desenvolvimento.

O que se destaca, entretanto, de todos esses elementos, é a operação da noção de *elites verdadeiras*, e da influência de Toynbee nesse sentido, aspectos a que retornarei no segundo item. Em *Planejamento Estratégico*, assim como em *Geopolítica do Brasil*, destaca-se o formato do pensamento anti-Vargas do Exército, marcado pelo estadismo, em detrimento do liberalismo da ala civil de maior destaque contrária a Vargas, como Eugênio Gudin.

Geopolítica do Brasil, publicado em 1967, reúne textos de um período maior, de 1952 a 1960. Nele, a marca do seu pensamento histórico e político para o Brasil se fixa. O livro chama mais atenção pelas idéias de história, política e sociedade do que propriamente pela geopolítica. A geopolítica, na acepção de Golbery, assumiria o papel de instrumento estratégico de poder do Estado, o que deixa transparecer no livro caráter de apêndice àquelas idéias primeiras de filosofia, história e política principalmente. De toda forma, foi por meio da disciplina geopolítica que Golbery confirmou o seu papel de intelectual das Forças Armadas, como passou a ser visto pelos estudiosos fossem ou não das ciências sociais.

Golbery publicou também *O Tiro do Morteiro*, pela Gráfica Olímpica em 1939; *Manual de Campanha: Informaciones y Observaciones em la Cabaleria*, pela ESG em 1948; *Florença de Outros Tempos... Itália Maravilhosa*, pela Estudos Gráficos, Santa Maria, em 1960; *Missão e Filosofia de Ação do Tribunal de Contas da União* (em Cadernos de Fiscalização Financeira e

---

em três partes, mais apêndices e esquemas, em que a primeira parte se refere ao texto principal de *Geopolítica do Brasil*, a segunda ao *Planejamento Estratégico* e finaliza com *Conjuntura política nacional – o Poder executivo*, e a terceira parte reúne quatro textos até então nunca editados como sendo de autoria do Golbery, são eles: *O Memorial dos Coronéis*, de fevereiro de 1954; *O Adeus a Canrobert*, de outubro de 1955; e o *Manifesto dos ministros militares*, de agosto de 1961, além do discurso do então primeiro-ministro Tancredo Neves na ocasião da aula inaugural dos cursos da ESG em 1962.

Orçamentária do Instituto Rui Barbosa, 1974) e *Manual de uma Ação Política do Governo* (edição do autor, 1981).[187]

Como apresentei no primeiro capítulo, a principal orientação teórica de Golbery, assimilada pela ESG, era a da perspectiva *realista* da política nas relações internacionais, tendo como base a idéia *hobbesiana* do Leviatã para a organização dos Estados. Foi a partir de determinado momento histórico, vivenciado por Golbery na ESG, durante as décadas de 1950 e primeira metade da década de 1960, que se construiu a Doutrina de Segurança Nacional. Nesse sentido, é que o Brasil deveria manter-se capitalista e alinhar-se aos EUA, ações estratégicas essenciais ao desenvolvimento com segurança.

O meio institucional, que poderia garantir essa linha de forma mais coerente e organizada, seria o Estado fortalecido, em parceria e em contato direto com as *verdadeiras elites*. Estas, responsáveis pelo pleno controle das atividades produtivas e administrativas da nação, só seriam legítimas quando fossem capazes de exercer as suas atividades de ordenamento e de controle das massas, anulando qualquer possibilidade de antagonismo interno. A disciplina responsável pelo estudo e planejamento dessa união, entre estratégia de Estado e ordenamento social, seria a geopolítica.

3.2 – O *Planejamento estratégico* e a *Geopolítica*

Fixado numa formação tão técnica quanto a de Juarez Távora, tendo percorrido vários ambientes de ensino comuns aos do segundo comandante da ESG, o contato de Golbery com a perspectiva racionalista e profissionalizante na formação de quadros do exército e, mais tarde, no Estado-Maior do Exército, também foi decisivo para o

[187] *O Tiro do Morteiro* é um texto técnico, com instruções de engenharia militar. *Florença de outros Tempos...* é um texto de margem, com considerações meramente turísticas. Para as outras publicações, usei a referência de BIRKNER (2002), único autor que menciona a existência desses textos, mas que não oferece mais detalhes sobre o conteúdo deles.

direcionamento da sua obra e das suas posições políticas. Golbery encaminhou os seus estudos e os seus esquemas para a análise da realidade brasileira no âmbito da disciplina geopolítica.[188] Por meio desta, enfatizou a necessidade da detalhada análise do território nacional, incluindo o estudo coordenado das regiões e as suas características particulares na composição de uma geopolítica para o Brasil como garantia de projeção nacional. A integração do território brasileiro foi o ponto crucial do seu pensamento para a geopolítica, sendo enfaticamente assumida pela doutrina e pela ideologia da ESG nas décadas de 1950 e 1960 e, posteriormente, incorporada pelos governos militares como importante diretriz governamental.

No Brasil, os estudos geopolíticos se desenvolveram, principalmente, dentro das Forças Armadas, das entidades ligadas a órgãos de planejamento, dos institutos de geografia nacional (como os institutos históricos e geográficos) e dos de Geografia e Estatística. Nas décadas de 1920 e 1930, surgiram os primeiros estudos que deram o formato a essa disciplina no Brasil, passando por fases delimitadas até ter em Golbery um momento específico, marcado pelo clima de guerra fria.

---

[188] Quanto à geopolítica, em seu desenvolvimento como disciplina científica, os seus principais autores se localizam no final do século XIX e primeira metade do século XX. Surge como ferramenta para a formulação da política estratégica nacional, voltando-se somente ao estudo do espaço geográfico e suas implicações na construção de uma política visando, principalmente, aos fins estratégicos de expansão e domínios globais. Ver as interessantes considerações de Wanderley Messias da COSTA, *Geografia Política e Geopolítica – Discursos sobre o território e o poder*, 1992, p. 68-69 e Eric HOBSBAWM, *A era dos impérios (1875-1914)*, 1992, p. 102, sobre o nascimento da geopolítica como produto ideológico da configuração neocolonialista do capitalismo do século XIX. Rudolf Kjéllen seria o pioneiro da geopolítica: a sua teoria se caracteriza pelo tratamento organicista dado ao Estado, concebendo-o como organismo vivo, determinado por leis vitais equiparáveis à de um ser biológico, apresentando etapas como o nascimento, o crescimento, o desenvolvimento e a senilidade. A linha desse pensamento se completa na filosofia da história presente em Oswald Spengler, e em certa medida em Arnold Toynbee, permeada pela idéia de decadência da civilização ocidental, idéia que orienta em grande medida todo o *Geopolítica do Brasil*, de Golbery. Em contraposição à escola geopolítica determinista de base organicista – de Ratzel, Kjéllen, Haushoffer, Mackinder, Mahan – da primeira metade do século XX, a escola francesa possibilita, de Vidal de La Blache, Jean Brunhes e Camille Vallaux, já na segunda metade do século XX, firmava-se na premissa de que o homem compõe o principal elemento da natureza a ser levado em conta nas análises geopolíticas, em detrimento do fator unicamente espacial e territorial. Ver Shiguenoli MIYAMOTO, *Geopolítica e Poder no Brasil*, 1995.

O pioneirismo dessa sistematização seria atribuído a Everardo Backheuser[189], firmando-se como um dos principais estudiosos da geopolítica no Brasil, e influência determinante para os trabalhos que vieram a surgir; em especial, os de Golbery que, nos seus textos e nos seus esquemas, não poupou menções ao autor. Backheuser buscou realizar as suas análises, transpondo as teorias de Ratzel e Kjéllen à realidade territorial e espacial brasileira, indicando, de imediato, a preocupação em atribuir aos estudos geográficos perspectiva mais política, conforme aponta: "A geopolítica de Kjéllen é mais do que a geografia política de Ratzel, porque, definitivamente incorporada à Política, vem a constituir um dos ramos, quiçá o ramo fundamental dessa nobre e elevada ciência que forma a cúpula do saber humano."[190] Era, também, e sobretudo, leitor atento de Alberto Torres, influência que conduziu as suas preocupações com o Brasil para o estudo da geopolítica.

As inquietações de Backheuser, em relação ao território brasileiro e à sua vasta extensão, principal fonte dos problemas nacionais do Brasil da década de 1920, tais como a insuficiência política de domínio das regiões, levaram-no a desenvolver a sua geopolítica voltada para a fundamentação da Unidade Nacional. Alertou, constantemente assim, tendo a geopolítica como fundamento à necessidade de centralizar o poder. Seriam, desse autor, também, as primeiras orientações para a mudança da capital para a região central do País, notando-se influência do pensamento geográfico ratzeliano a respeito das noções de território e espaço vital.[191]

Nesse grupo pioneiro da geopolítica no Brasil, encontra-se o autor Delgado de Carvalho, a quem Golbery dedica o seu *Geopolítica do Brasil*. O trabalho de Delgado de Carvalho não assumiu grandes proporções ou decisiva influência na composição da

---

[189] Ainda que, segundo Miyamoto (op. cit, p. 47), tenha sido Elyseo de Carvalho o primeiro a fazer, já em 1921, menção à importância da geopolítica como estudo fundamental aos rumos do Brasil, Backheuser (mencionado no capítulo anterior, como professor de Juarez Távora na Escola Politécnica do Rio de Janeiro) foi quem de fato primeiro sistematizou um estudo mais completo de geopolítica no Brasil.
[190] Everardo BACKHEUSER apud Shiguenoli MIYAMOTO, op. Cit., p.50.
[191] Shiguenoli MIYAMOTO, op. Cit., p. 48-57.

geopolítica no Brasil, como o trabalho de Backheuser. No entanto, as suas contribuições no campo específico da análise geográfica do território brasileiro, como nos seus estudos sobre geografia humana, fronteiras e história diplomática do Brasil, transmitiram alguns dos elementos centrais da orientação geopolítica da obra de Golbery.[192]

O militar Mário Travassos, algoz de Juarez Távora na ocasião em que foi preso na passagem da Coluna por Maranhão, também se insere nesse grupo e foi quem primeiro se preocupou geopoliticamente com a posição brasileira no continente sul-americano. Travassos realizou, sistematicamente, estudo geopolítico no Brasil voltado ao campo internacional e ao papel que o País deveria desempenhar diante do contexto global; como militar, o seu estudo foi dedicado a identificar as potencialidades geográficas que o território brasileiro apresentava, tendo em vista as regiões estratégicas das bacias do Prata e Amazônica e as costas Pacífica e Atlântica.

Atento à presença Argentina em posição estrategicamente favorável, com acesso ao Pacífico e à Bacia do Prata, ameaçando o controle do *Heartland* sul-americano (configurado no triângulo Cochabamba-Santa Cruz de La Sierra-Sucre), Travassos dedicou os seus estudos à demonstração da importância do controle efetivo da região amazônica. Esse controle permitiria ao País assegurar a sua projeção continental, anulando a esfera de influência argentina no Prata e garantindo a presença brasileira no planalto boliviano, onde se encontrava o *Heartland* sul-americano[193]. A partir dos contrastes geográficos apresentados pelo território brasileiro é que Travassos elaboraria a sua análise, buscando projetar o Brasil ao nível internacional, confirmando, assim, a sua importância na geopolítica brasileira e, da mesma forma, na geopolítica de Golbery.

---

[192] Shiguenoli MIYAMOTO, op. Cit., p. 57. Ver nota 5.
[193] Mário TRAVASSOS, *Projeção continental do Brasil*, 1935. Ver também Shiguenoli MIYAMOTO, op. Cit., 1995, p. 58-64.

A partir desses estudos básicos, seguidos de uma série de estudos que viriam a surgir depois de 1940, que a geopolítica foi tomando forma consistente no Brasil e começando a assimilar o ideal de formulação de Estado-potência no cenário internacional. Temas considerados essenciais no contexto brasileiro seriam discutidos, nessa década, como a divisão territorial, as fronteiras, a energia e os transportes, além da mudança da capital federal e da expansão dos meios de comunicação viários. Tais debates, que se ligavam diretamente a contexto maior que era o da Segunda Guerra, institucionalizaram-se doutrinalmente, por meio da criação da ESG, que inseriu a geopolítica na Doutrina de Segurança Nacional.

Ao se referir à geopolítica como ferramenta à estratégia, ou política de segurança nacional, e que essa deveria "orientá-las à luz da geografia dos espaços politicamente organizados e diferenciados pelo homem", Golbery indica as premissas em que a sua geopolítica se fixava.[194] Vale reproduzir um trecho em que o autor, após extensa discussão sobre as origens da geopolítica, busca estabelecer como ela deve ser tratada no caso brasileiro:

> Ao pretender tratar de aspectos fundamentais da geopolítica brasileira, impunha-se-nos preliminarmente fazer as considerações que aqui ficam, para devidamente esclarecer como e porque entendemos, elegendo entre o largo e variado feixe de opiniões divergentes, às vezes antagônicas e nem sempre coerentes consigo mesmas, ser a geopolítica sobretudo uma arte – arte que se filia à política e, em particular, à estratégia ou política de segurança nacional, buscando orientá-las à luz da geografia dos espaços politicamente organizados e diferenciados pelo homem. Seus fundamentos se radicam, pois na geografia política, mas seus propósitos se projetam dinamicamente para o futuro.[195]

E avança na sua construção teórica para o uso da geopolítica:

> (...) O que é bem certo, porém, é que nunca poderá pretender a geopolítica, ou geoestratégia, com suas proposições de política espacial, substituir-se à estratégia, a qual, ao valer-se de suas sugestões e alertas, combina-as com as que, não menos valiosas ou oportunas, lhe

[194] Golbery do COUTO E SILVA, *Geopolítica e Poder*, 2003. pp 27-28.
[195] *Ibid.*, p. 27.

> advenham de outras apreciações ou estimativas da conjuntura feitas de pontos de vista distintos – o econômico e o militar, sobretudo – para, levando em conta as reações de umas sobre as outras, consubstanciá-las a todas em grau superior de integração numa política única de segurança nacional, expressa através de um conceito estratégico fundamental e das diretrizes conseqüentes. (...) Mas só vale, realmente, a geopolítica por sua contribuição se, como a estratégia, souber assentar-se em objetivos permanentes que traduzam as aspirações e os anseios da consciência nacional.[196]

Golbery pretendia que se estruturasse estudo geopolítico para o Brasil voltado principalmente para o "futuro", para os "anseios da consciência nacional" e, primordialmente, para a construção de uma "política única de segurança nacional". É possível identificar os seus referenciais teóricos, herdados dos autores apresentados, quando ele se refere à geopolítica como ferramenta estratégica ou parte essencial da política de segurança nacional. Quanto a esses referenciais, Golbery se refere diretamente a uma série de autores em várias das suas palestras, e a partir desses referenciais, em 1959 definiu geopolítica da seguinte forma:

> Para nós, a geopolítica nada mais é que a fundamentação geográfica de linhas de ação políticas, quando não, por iniciativa, a proposição de diretrizes políticas formuladas à luz dos fatores geográficos, em particular, de uma análise calcada, sobretudo, nos conceitos básicos de espaço e de posição. Um dos ramos, portanto, da política, como a imaginara o próprio Kjellén, e sempre a qualificou, entre nós, o mestre Backheuser: "política feita em decorrência das condições geográficas". Não seria justo, assim, confundi-la com a geografia política nem lhe negar o duplo caráter, quase de todo indissociável, de ciência – na conceituação e fundamentos – e de arte – na práxis, que a própria política admite. E, por isso mesmo, como interpretação de uma realidade geográfica e política e, principalmente, como projeção de interesses e aspirações nacionais, só valerá para nós, de verdade, a geopolítica que se afirmar como essencialmente brasileira.[197]

Ainda no mesmo ano, procurou apontar ressalvas em relação aos mesmos autores:

> Da feliz asserção de Backheuser, nada temos a dizer quanto ao âmbito mais vasto que atribui à geopolítica; apenas, julgamos útil ponderar o leve sabor determinista que consigo traz a locução "em decorrência das condições geográficas", nada de admirar em quem aplaude Kjéllen por considerar o estado "fundamentalmente, essencialmente, um ser vivo", e faz

---

[196] Golbery do COUTO E SILVA, op. Cit., p. 28.
[197] *Ibid.*, p. 145.

> questão de defender a Ratzel e o determinismo geográfico contra a escola possibilista de Vidal de La Blache, de Brunhes e de Vallaux.[198]

A referência a Backheuser está presente em toda a obra de Golbery, mas a ressalva ao "sabor determinista" da sua geopolítica é incisiva, ponderando quanto à perspectiva organicista e determinista do Estado em função das condições geográficas. Nesse sentido, a afinidade com a escola possibilista de La Blache, de Brunhes e de Vallaux sobressai nos seus textos, pelo menos formalmente, uma vez que reconhece o papel do homem como diferenciador dos espaços geográficos. A identificação com a escola possibilista é clara, mas há de se ressaltar que Golbery não faz a opção paradigmática por ela e, apesar das críticas aos autores deterministas e a Backheuser, reconhecem-nos como contribuintes decisivos para a sua geopolítica, realizando, por assim dizer, amálgama teórico com todos esses autores.

A preocupação de Golbery está em liberar a sua teoria da vinculação com as experiências totalitárias de uso da geopolítica, que teriam se firmado principalmente nas idéias *organicistas* e *deterministas*. A preocupação, ainda, é a de adequar a geopolítica ao contexto da Guerra Fria, inserindo novo conceito de guerra, a guerra constante, interna e psicológica. Os elementos políticos, econômicos, psicossociais e militares – mencionados exaustivamente na sua obra, e campos-chave da DSN – dão a medida dessa perspectiva possibilista da geopolítica, e relacional, da doutrina. No contexto da década de 1950, e da DSN, a geopolítica era, portanto, uma das mais importantes ferramentas do *planejamento estratégico*.

O *planejamento estratégico*, na obra de Golbery, é visto como meio e fim do fortalecimento do *Potencial Nacional* (expressão prática da capacidade da nação de realizar e salvaguardar os *objetivos nacionais*)[199], e impõe-se como questão de reflexão fundamental

---

[198] *Ibid*., p. 202.
[199] Ver cap. 1 desta dissertação, p. 50.

para a garantia do *poder* e da *potência;* portanto, da segurança nacional. Em sentido amplo, *planejamento* conceituar-se-ia para Golbery como:

> Um sistema de escolhas sucessivas e hierarquizadas entre alternativas que se prefiguram, dentro de um universo de conhecimentos em expansão dirigida, com o propósito de racionalizar e orientar a ação com vistas à consecução de determinados fins – dadas, de um lado, certa disponibilidade estimada de recursos e, de outro, uma série, também estimada, de obstáculos.[200]

No sentido mais restrito, o *planejamento* seria aplicado de forma especializada conforme o campo estratégico, funcionalmente o político, o econômico, o psicossocial e o militar. Entretanto, todo o *planejamento* a ser realizado nesses campos deveria estar submetido ao *planejamento* mais amplo, que é o da segurança nacional.[201] A questão, colocada metaforicamente no decorrer dos textos do livro *Planejamento Estratégico*, nas figuras de Dom Quixote e do seu escudeiro Sancho, tende a ilustrar a resolução pretensamente dialética entre a *imaginação* de Quixote e o *realismo* de Sancho. Tal questão se resolveria no âmbito do agente primeiro do *planejamento* que, para Golbery, seria fundamentalmente o Estado, que deveria agregar por meio do seu governo a *imaginação* – característica natural do homem na história e virtude própria da capacidade criadora e informacional da liderança; e o *realismo* – fator de prudência e bom-senso, necessários diante da realidade da *guerra* como *mãe de todas as coisas*.[202] Nesse sentido, em uma conferência de 1958, assim indicaria:

> Que o planejamento governamental possa vir a ser, em qualquer país e, sobretudo, nos ainda imaturos, o instrumento de um despotismo avassalador ou o manto sob o qual minorias aproveitadoras e vorazes busquem consolidar sua posição de eternos exploradores do povo,

---

[200] Golbery do COUTO E SILVA, op. cit., 2003, p. 398. Conferência de 1956, que compõe o livro *Planejamento Estratégico.*

[201] *Ibid*. Ver p. 356 e anteriores.

[202] O caminho retórico percorrido por Golbery não poupa a referência e a citação efusiva de diversos autores. No caso do realismo em Sancho, uma das referências de Golbery para transpor tal característica ao mundo político é Heráclito de Éfeso, sentenciando “A guerra é a mãe de todas as coisas”. (Golbery do COUTO E SILVA, op. Cit., p.304).

> não implica, de forma alguma, na desvalia ou demérito do planejamento em si mesmo; tanto mais que, a rigor, nas ditaduras não há verdadeiro planejamento – para o ditador moderno, "o Plano sou eu!".

E atesta, a favor da perspectiva autoritária:

> Em linguagem oriunda da estratégia militar, o mais que se pode avançar é que o planejamento governamental é um risco – um risco calculado. Mas, nas questões relativas à segurança nacional, onde riscos muito maiores devem ser considerados, envolvendo a vida ou morte da nação, a independência ou subjugação de um povo, o futuro de gerações e gerações, o planejamento a cargo do estado é, sem contestação, imprescindível.[203]

Mais adiante, Golbery é ainda mais enfático ao dizer que "(...) só um poderia ser o agente no planejamento da segurança nacional, como na condução das ações estratégicas – o estado, representado por um governo que se vale, para tanto, de todo o poder estatal", fechando o ciclo do *planejamento estratégico,* na medida em que "o instrumento de que se faz uso é o próprio poder nacional, cuja decomposição, para análise, em poder político, poder econômico, poder psicossocial e poder militar não lhe diminui, de forma alguma, o indestrutível caráter integrado e unitário."[204]

A perspectiva do *planejamento estratégico* que devesse apontar para a unidade nacional era fator de lógica política para Golbery. Da mesma forma que a realidade nacional e internacional era a de ameaça constante, a vigília do poder pela segurança nacional não deveria omitir-se quanto ao controle da massa e do território, fatores suscetíveis de ordenamento apenas pela centralização do poder. Tal perspectiva, entretanto, não era inédita. Como mencionei, o autoritarismo conservador de Golbery inseria-se num campo intelectual, que há alguns anos já

---

[203] Golbery do COUTO E SILVA, op. Cit., p. 431 para os dois trechos.
[204] *Ibid*., p. 442.

preparava o terreno da ampla dominação da produção ideológica no Brasil, por meio das figuras intelectuais de autores como Oliveira Vianna e Azevedo Amaral.[205]

3.3 – Legitimidade política – a Filosofia da história na obra de Golbery

3.3.1 – *Sístoles e diástoles na vida dos estados*: Golbery e a *História*

Para definir o pensamento histórico de Golbery, volto-me aos principais autores que o inspiraram em obras de filosofias política e histórica. Como Juarez Távora, Golbery lançou mão das teses de Alberto Torres abertamente para a composição dos seus escritos. Entretanto, diferente de Távora, Golbery não se limitou à influência do autor carioca, e nem a uma ou outra citação de Oliveira Vianna; fixou decisivamente as bases do seu pensamento em contribuições teóricas bem mais complexas, principalmente na filosofia da história organicista de Spengler e de Arnold Toynbee.

De fato, Oliveira Vianna foi o principal inspirador das idéias para a interpretação da história política do Brasil.[206] Vianna se destacou pelos estudos de "sociologia" brasileira na primeira metade do século XX, pela atuação como organizador do Estado Novo e,

---

[205] Para a definição do Estado autoritário em Azevedo Amaral, por exemplo, ver Luiz Guilherme PIVA, *Ladrilhadores e semeadores*, 2000, p. 189-225. Amaral é de suma importância para a compreensão desse campo intelectual autoritário, especialmente pela crença que deposita no Exército como organização capaz de fornecer ao Brasil os valores mais corretos para a civilidade e a estruturação do Estado, como foi mencionado no primeiro capítulo. Quanto a Vianna, no próximo item volto a tratar de aspectos decisivos da sua obra no pensamento de Golbery.

[206] Francisco José de Oliveira Vianna nasceu em Saquarema, na antiga Província Fluminense, em 20 de julho de 1883, e faleceu em Niterói, no Estado do Rio de Janeiro, em 27 de março de 1951. Oliveira Vianna desenvolveu os seus trabalhos nas décadas de 1930 e seguintes, ficando conhecido pela organicidade de seu trabalho intelectual com o poder de Getúlio Vargas. Para maiores detalhes da sua vida e da sua obra, fundamentais à compreensão do pensamento autoritário no Brasil, ver a biografia de Vasconcellos TORRES, *Oliveira Vianna, sua vida e sua posição nos estudos brasileiros de sociologia*, 1956; e os estudos sobre a sua obra: Maria Stella Martins BRESCIANI, *O charme da ciência e a sedução da objetividade* – Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil, 2005 e Luiz Guilherme PIVA, op. cit.

principalmente, pela sua função de ideólogo da modernização autoritária. Ao elaborar extensa análise das populações e regiões no Brasil, o autor desenvolveu a noção de "autoritarismo instrumental". A idéia, apesar de não ser inédita no campo intelectual autoritário brasileiro, destacava-se pela peculiar construção teórica elaborada no seu livro *Evolução do Povo Brasileiro*, e foi decisiva para a composição do pensamento histórico de Golbery.

Era traço fundamental da teoria política de Vianna para o Brasil a apresentação da resolução autoritária como forma de encaminhar a democracia.[207] Essa idéia se baseava na tese histórica de que as variações na política brasileira por toda a sua história, desde o período colonial até a República, configuravam-se entre centralizações e descentralizações na atividade dos governos. O autoritarismo, nesse sentido, deveria ser a forma política a ser adotada pelo Brasil, por meio da centralização do poder, tendo em vista a promoção da coerência política nacional, uma vez que a grande diversidade cultural e a enorme extensão do território seriam obstáculos à adoção de política liberal democrática, como a República Velha tentara levar a cabo.[208]

---

[207] Era traço fundamental do pensamento de Vianna, assim como em Alberto Torres, a ênfase sobre o equívoco da aplicação do liberalismo democrático no Brasil. Sobre esse ponto, destaco a seguinte passagem de *Problemas de Política Objetiva*: "Há evidentemente em tudo isto um grande equívoco, uma grande ilusão, que perturba a visão exata das realidades nacionais a todos esses descentristas e autonomistas, que são, afinal, aqui, todos os espíritos que se jactam de liberais e adiantados. Porque é preciso recordar, com Seeley, que a Liberdade e a Democracia não são os únicos bens do mundo; que há muitas outras causas dignas de serem defendidas em política, além da Liberdade – como sejam a Civilização e a Nacionalidade; e que muitas vezes acontece que um governo não liberal nem democrático pode ser, não obstante, muito mais favorável ao progresso de um povo na direção daqueles dois objetivos. Um regime de descentralização sistemática, de fuga à disciplina do centro, de localismo ou provincianismo preponderante, em vez de ser um agente de força e progresso, pode muito bem ser um fator de fraqueza e aniquilamento e, em vez de assegurar a liberdade e a democracia, pode realmente resultar na morte da liberdade e da democracia". (Francisco J. de Oliveira VIANNA, 1930, p. 97)

[208] Vianna também chamaria a atenção para a "falibilidade" estrutural dessa organização em outro importante livro: "O erro fundamental dos nossos constitucionalistas tem sido dar à autonomia local um conteúdo maior do que é aconselhável em nosso meio, um conteúdo demasiadamente amplo – ou porque anglo-saxônico, ou porque meramente teórico; conceito que não atende às nossas realidades de *formação social* e de *estrutura cultural*. Estamos neste ponto em contradição aberta com as indicações da ciência social e da ciência política. Estas nos dizem que no nosso conceito de autonomia local (*Estados e municípios*) poderemos incluir todos os direitos que quisermos, menos um: – *o direto às autoridades que têm o encargo da defesa das liberdades civis*. Estas devem trazer o carisma de uma autoridade mais alta e mais imparcial – que não pode ser outra senão a da

Em palestra na ESG, em julho de 1980, Golbery lembra enfaticamente essa tese e emprega a famosa metáfora cardíaca, as sístoles e diástoles, em referência às centralizações e às descentralizações.[209] Descreve, com essa metáfora, a história política brasileira, fornecendo justificativa histórico-filosófica para a ação estratégica do Estado brasileiro, que teve na centralização autoritária da ditadura a sua estrutura governamental e institucional.

Esse pensamento, em Golbery, estaria presente nas suas formulações teóricas desde os primeiros momentos da sua atuação pela ESG, na década de 1950. Ainda que, como Vianna, não considerasse o autoritarismo forma ideal permanente, mas apenas regime transitório que deveria proporcionar as condições para o desenvolvimento de uma sociedade democrática, nas suas obras as premissas são as de pensamento autoritário, em que essas ressalvas podem ser percebidas como *concessões retóricas*[210] dos seus discursos.

Num pequeno trecho da palestra, pode ser percebida a idéia de que a centralização é mais legítima, quando Golbery se refere à história do Brasil após o término da segunda guerra:

> Na onda da intoxicação liberal que se seguiria à vitória aliada, desmoronaria, mais tarde, o arcabouço ultracentralizador do Estado Novo getulista, e a Constituição de 46 viria a consagrar os velhos ideais descentralizadores e autonomistas, com drástico cerceamento do poder executivo em face do legislativo e redução do poder central da União, o que acabaria

---

Nação." (Idem, *Populações Meridionais do Brasil e instituições políticas brasileiras*, 1982, p. 741. Ver também p. 749).

[209] Golbery do COUTO E SILVA, op. cit., p. 478-500. Para a definição conceitual da tese, Golbery assim a descreve: "Cinco anos são passados (da posse de Geisel) e, sem duvida, novo período de descentralização e abertura se oferece frente a nós. É que essa sucessão, ao que parece interminável, de fases de centralização e fases de descentralização desponta como característica sempre presente na evolução, não só do Brasil, mas de todos os estados modernos, desde que se não lhe empreste a rigidez de um ritmo regular, seja na amplitude das oscilações, seja na duração de cada fase, antes se lhe reconheçam limites – pisos e tetos – definidos, embora também com frouxidão, por outros fatores, muitos deles nada mais que contingentes ou conjunturais. Cada uma daquelas fases comportará, ainda, desvios e retrocessos – mais ou menos pronunciados ou duradouros, modulando na superfície a tendência, em subjacência de um ritmo mais abrangente que se contará por décadas. Além disso, cada época histórica (...) admitirá um máximo e um mínimo de centralização e descentralização que lhe serão imanentes e, assim, intransponíveis de fato". (Golbery do COUTO E SILVA, op. cit., p. 484).

[210] A expressão é de Luiz Guilherme PIVA: "Deste último ('Problemas de Política Objetiva', livro de Vianna de 1930) foi extraída a epígrafe deste capítulo, que dá, à primeira leitura, a intuição de que o autoritarismo seria realmente instrumental para a obtenção do liberalismo e da democracia. Mas é preciso dizer, mesmo não sendo este o nosso tema, que são sempre *concessões retóricas* [itálico meu] de Vianna, feitas ou para adocicar o argumento ou em momentos em que elas se tornavam necessárias, como em 1945, ano da 2º edição de *PPO (Problemas de Política Objetiva).*" (Op. cit. 2000, em nota na página 94).

> muitos outros fatores contribuindo largamente, ao mesmo tempo, na quase anomia de 1963-1964.[211]

Esse seria o contexto de implantação do regime militar. Após esaa passagem, Golbery faz diagnóstico da "acelerada centralização" da "Revolução" que teria encaminhado para crescente paternalização e burocratização. Golbery admite a crescente centralização apontando para a inércia da máquina administrativa estatal, destacando a anulação da eficiência dos controles. Busca, ainda, a justificativa teórica em Weber, de que a burocratização corrompe o processo de "centralização racionalista e planejador".[212]

Nesse momento da palestra, Golbery remete à idéia do ocaso do Ocidente – referindo-se a Spengler – devido à entropia do sistema, provocada pela centralização excessiva, e apontando na descentralização o caminho da salvação. Em referência a Geisel e Oliveira Vianna, Golbery justifica a tese histórica das centralizações e descentralizações como manifestação divina na "evolução do povo brasileiro". A crença na infalibilidade do movimento centralização-descentralização se estabelece como estrutura ideológica do processo de abertura. A partir disso, sustenta essa estrutura, especulando sobre a conjuntura nacional, sobre os supostos problemas que poderiam existir se a abertura não fosse controlada.[213]

A tese da centralização e descentralização é estendida a todos os Estados modernos. Estende-se, também, aos campos político, econômico, psicossocial e militar, em que o movimento de centralização e descentralização se dispõe de forma desigual. O processo se caracteriza por movimento ondulatório, segundo Golbery, com variações desiguais entre os

---

[211] Golbery do COUTO E SILVA, op. cit., p. 482.
[212] Golbery do COUTO E SILVA, op. Cit., p. 486-487.
[213] Ao advertir sobre esses problemas, que poderiam acontecer se a abertura não fosse controlada, o ímpeto metafórico de Golbery chega ao ponto de formular a seguinte sentença: "Dessa forma, como que pulsa, vivo, o coração do estado, na seqüência interminável de diástoles e sístoles, sujeita como tal a arritmias, isquemias e enfartes, bradi e taquicardias, quando não a fibrilações altamente perigosas." (*Ibid.*, p. 488)

campos, e com indefinições tanto na centralização quanto na descentralização – o que confere dialética pretensamente densa à tese.

A tese das *sístoles e diástoles na vida dos estados* funcionou, em 1980, quando a palestra foi proferida, como justificativa filosófica para a abertura política que o regime propunha, por intermédio de Geisel e Golbery. Serviu, também, e principalmente, naquele momento, como corolário histórico para a ação do movimento civil-militar no pré-golpe de 1964 e para a estratégia de poder pela unidade nacional, caminhando em direção ao autoritarismo.

Dessa forma, o funcionamento do movimento de sístole e diástole na política brasileira estaria intrinsecamente ligado a duas outras noções de filosofia histórica, transpostas ao caso brasileiro. A apatia da sociedade, considerada como situação de *anomia social*, era uma delas; a incapacidade da sua *elite* de responder a essa situação, levando à forja de novas e *verdadeiras elites*, capazes de resolver *criativamente* tais desafios, era a outra noção. Ambas, normalmente, manifestar-se-iam em momentos de esgotamento de onda centralizadora ou descentralizadora na vida do Estado.

3.3.2 – A idéia de *Anomia* e *Elites Verdadeiras*

A referência a Spengler na obra de Golbery é perceptível logo no começo de *Geopolítica do Brasil*, em que o autor faz diagnóstico da conjuntura política, histórica mundial e nacional, marcado pelo realismo pessimista, em referência a Hobbes, mas também à idéia de decadência do ocidente em Spengler. Em relação a Toynbee, a referência é mais ampla, e mais decisiva: os conceitos de *anomia* e a noção de *verdadeiras elites*, centrais no pensamento de Golbery, advêm, respectivamente, do que Toynbee chamava de

"tempos de perturbações" e de "minorias dominantes emergentes" ou "minorias criativas".[214]

Para Toynbee, a minoria criativa faria a sociedade avançar pela sua liderança política, intelectual e religiosa, garantindo "crescimento saudável" em que a maioria seria treinada para seguir *de modo automático em* direção à minoria. O processo de desenvolvimento das civilizações seria espiral ascendente, movido por desafios impostos e as suas respectivas reações nas minorias criativas. Contudo, as civilizações estariam sujeitas a outro movimento, o da *decadência*, que formaria espiral descendente em que as instituições perderiam a capacidade de reagir às crises e aos desafios. Nesse sentido, a decadência também é marcada pelo aspecto mecânico pelo qual a minoria passaria a conduzir a sociedade, transformando-se, assim, de "minoria criativa" em "minoria dominante", fixada no abuso do poder.[215]

Golbery fixa os traços da sua idéia para *verdadeiras elites* no mesmo sentido de "minoria criativa". O autor que melhor identificou e assinalou esse aspecto do pensamento de Golbery foi Birkner, já mencionado anteriormente. Conforme Birkner aponta, em diversas passagens de *Planejamento Estratégico*, pode ser extraída a definição de *verdadeiras elites*, que segue a acepção espiritual e ampla de "minoria criativa" em Toynbee.

Em conferência de 1956, Golbery apresentou a sua reivindicação para o papel dessa *elite*, para que, integrada às massas, pudesse identificar os desafios e assegurar o progresso social:

---

[214] Essas noções advêm da tese de Toynbee da ascensão e da queda das civilizações desenvolvida em *Um Estudo da História* (1987), clássico estudo comparativo da história de 21 grandes civilizações, identificando sinais comuns entre as causas de surgimento e decadência entre elas. Como os seus predecessores, Toynbee defendia que o progresso de toda a sociedade dependia das suas elites e aristocracias, não como classe ou casta militar, ou mesmo política, mas, sim, como *elite espiritual*, constituída nos momentos decisivos das civilizações mais prósperas, como em Atenas, na Florença renascentista e na Inglaterra elisabetana. Toynbee denominava tal *elite* como "minoria criativa". Ver Arthur HERMAN, *A idéia de decadência na história ocidental*, 1999, p. 290 e seguintes; e Walter Marcos Knaesel BIRKNER, op. cit., p. 58 e 154.

[215] Arthur HERMAN, op. cit., p. 290-291.

> Valendo-me de uma expressão tão do agrado de mestre Bouthoul, já me foi dado salientar que "épocas conscientes" só poderão ser aquelas que bem se dêem conta dos desafios decisivos que as defrontam, sendo assim capazes de um esforço conjugado – elites e massas – na concepção e implemento das respostas mais adequadas a assegurar o progresso da própria sociedade que integram. O simples e rústico mecanismo reflexo da *mimesis* toynbeeana virá, então, naturalmente reforçado pelo senso generalizado de uma problemática vital, o qual, permeando as próprias massas em quase todos os seus círculos de estruturação cultural, facilite a adesão voluntária e consciente à liderança esclarecida das minorias dirigentes. Somente assim poderão gerações, realmente criadoras, levar a bom termo sua tarefa capital de revisão e reordenação hierárquica dos principais valores sociais, com o mínimo de atritos e o máximo de coerência e de objetividade, dentro do prazo mais curto, cumprindo a missão que de direito lhes cabe nessa interminável evolução da civilização e da cultura, eterna floração de valores novos por sobre um vasto estendal de valores ultrapassados e mortos.[216]

Essa passagem refere-se à introdução da conferência de Golbery. Logo adiante, trata o problema da falta de consciência da sua época como falta de atenção à questão da segurança nacional, conforme a realidade internacional. Dessa forma, atesta que o simples fato de estar tratando da segurança nacional na ESG, amplamente por militares e civis, faz da Escola o lugar que "despertam, enfim, em nosso país, novas gerações realmente conscientes".[217] Ao concluir a conferência, reforça essa premissa inicial e a necessidade de depositar a confiança nas *verdadeiras elites* para garantir desenvolvimento amplo, para elevar o *potencial nacional*:

> Ora, para esta tarefa, para compreensão de sua ímpar significação tanto quanto para seu planejamento ponderado e dedicada execução, solicita o país, requer a nação, exige o povo todo o esforço vigilante e a inteligência esclarecida de suas verdadeiras elites, conscientes de que o problema da segurança nacional, por sua complexidade, por sua amplitude, por suas implicações de toda ordem, diz respeito a todos os cidadãos e muito mais aos civis do que propriamente aos militares.[218]

Além de deixar claro que a construção do *potencial nacional* dependia, em grande parte, dos civis, Golbery evidencia que esses mesmos civis, em conjunto com os militares – responsáveis pelo pensamento primeiro da importância da segurança nacional e do planejamento estratégico –, formariam a nova *elite*, verdadeira. Da mesma forma, a noção

---

[216] Golbery do COUTO E SILVA, op. cit., p. 446. Também citado por Walter Marcos Knaesel BIRKNER, op. Cit., p. 56 e 57, com pequenas diferenças em função da edição de 1981 de *Planejamento Estratégico*.
[217] Golbery do COUTO E SILVA, op. cit., p. 447.
[218] *Ibid.*, p. 477.

de *anomia social* se fixava na perspectiva da ameaça da realidade de guerra total e global, considerada clássica situação de *desafio e resposta* tal qual Toynbee apregoava.

Assim sendo, apenas gerações conscientes da grandeza da civilização ocidental poderiam responder, criativamente, ao desafio da inércia política e econômica, figurada como *anomia social*, que prenunciava o caos e a queda diante a expansão do bloco soviético. A forma de governo da nova minoria criativa só poderia ser a centralização do poder, o que poderia apontar para o fechamento da democracia.[219]

Birkner chama atenção especial para a importância de se destacarem essas teses relacionadas ao pensamento histórico filosófico de Golbery. Conforme demonstra, foi a partir da crença de Golbery, no movimento de centralização e descentralização da história política do Brasil, e da implicância da participação das *verdadeiras elites* nos momentos de *desafios*, que puderam ser legitimadas as idéias políticas de Golbery, garantindo o respaldo na opinião pública. Birkner assim afere:

> Naturalmente será prudente observar sempre os elementos conjunturais presentes à época da tomada do poder pelas Forças Armadas. Assim, a tese de um planejamento político não poderia ter sido justificada tão somente pela história. Porém, é preciso dizer que sem um entendimento filosófico da história, o realismo político que Golbery estampou em seus livros não teria alcançado o mesmo grau de legitimidade que alcançou em vários setores da opinião pública.[220]

Conforme Birkner aponta, é interessante observar que Golbery tenha sempre buscado justificar as suas proposições autoritárias – tais quais as de Vianna – e conservadoras – como as de Toynbee – num ponto de vista histórico-filosófico que fosse irrefutável, mesmo por democratas, uma vez que o que estaria em questão seria a salvaguarda da própria democracia ocidental cristã.[221]

Para além da identificação do pessimismo em relação aos rumos da sociedade ocidental, em referência a Spengler, verificados por Golbery como a realidade da ameaça

---

[219] Walter Marcos Knaesel BIRKNER, op. cit., p. 55.
[220] *Ibid.*, p. 157.
[221] *Ibid.*, p. 156.

real da expansão comunista por todo o mundo; da crença na missão de salvação nacional, administrada pelas *verdadeiras elites*, única capaz de elaborar um *Planejamento Estratégico criativo*; da apropriação dessas idéias para compor filosofia da história própria ao Brasil, utilizando-se das teses de descentralização e centralização na história política brasileira de Oliveira Vianna, é possível observar o andamento pleno da composição da *visão de mundo* da ESG e do grupo que nela se representava por meio da integração civil-militar. Tal *visão*, entretanto, não se construiu apenas pelo trabalho intelectual de Golbery. Construiu-se, como doutrina, fundamentalmente com a tensão de dois tempos históricos na evolução ideológica das Forças Armadas, observadas aqui na comparação entre as contribuições de Juarez Távora e Golbery.

3.4 – Projeto político e visão de mundo na ESG

A rápida apresentação da obra de Golbery coloca em evidência uma das pontas das duas linhas de pensamento que se complementam e se confirmam na ESG. Nesse sentido, em que de um lado é possível sublinhar a figura do pensador e estrategista político de Golbery e do outro a do burocrata organizador em Juarez Távora, a afirmação trans-histórica do percurso teórico de cada um dos autores encontra na ESG a sua expressão máxima. Antecipando alguns pontos da conclusão, já se pode apontar que a visão de mundo construída na ESG estruturou-se, em grande parte, na tensão e na aproximação entre as contribuições intelectuais de Távora e Golbery.

3.4.1 – Cristianismo, *Ocidente* e ideologia

O aspecto ideológico que uniu Golbery e Juarez Távora decisivamente foi o da *defesa do Ocidente cristão*. Do lado de Juarez Távora, como possibilidade de organização econômico-social alternativa ao Brasil; e do outro, mais como objeto retórico de construção teórica, confirmando a própria premissa da defesa do Ocidente das contribuições de Távora para a formação do conceito de Segurança.

Golbery enxergava, também, na organização social assumidamente cristã – mais católica, assim como Távora – a possibilidade da via "democrática" e solidária, ainda que na esfera do regime político centralizado. Ao passo que Távora estruturava esse pensamento no campo da organização social do trabalho, com a idéia de cooperativas orientadas pelo espírito do *cristianismo social*, Golbery mantinha a preocupação em sustentar o cristianismo como componente indissociável da cultura do Ocidente e único fator capaz de manter a unidade da civilização ocidental. O Cristianismo, para Golbery, seria o fator decisivo das grandes vitórias do Ocidente por toda a história da sua evolução como cultura de influência global. Entretanto, a capacidade geradora do Ocidente, além da influência moral do Cristianismo, teria criado as próprias condições do surgimento dos seus *antagonismos* e do espírito de questionamento, permitindo a fácil infiltração de doutrinas *tiranas*.

Em texto de 1958, que compôs *Geopolítica do Brasil*, Golbery expõe a sua idéia para a definição dessa cultura, para assim sustentar a profunda identificação que o Brasil teria com a civilização cristã-ocidental. O *ethos* da cultura ocidental contemporânea, segundo Golbery, seria essencialmente cristão e de criação da Igreja Católica, combinado com o "espírito germânico" de impulso e progresso.[222] Após caracterizar essa dupla origem do *ethos* do Ocidente, Golbery apresenta o que chama de *ideal* da cultura ocidental:

---

[222] Golbery do COUTO E SILVA, op. cit., p. 107-108.

> Pois o único Ocidente que vale como um todo duradouro e coeso, o Ocidente que se pode de fato distinguir, nitidamente, de tantas outras civilizações e culturas, dotado de uma individualidade própria, original e marcantemente característica, é, para nós, o Ocidente como *ideal*, o Ocidente como propósito, o Ocidente como programa. [...] É certo que, em nome daquele ideal, se têm perpetrado crimes e realizado espoliações e fundado até mesmo tiranias. Mas esses crimes, essas espoliações, essas tiranias, se como tal são reconhecidas e como tal estigmatizadas, afinal, é à luz daquele próprio ideal que conspurcam, e, ao renegar, reafirmam. Qual esse ideal, esse propósito, esse programa que impulsiona e galvaniza e sustenta a Civilização do Ocidente? Resumi-lo-emos em seus termos essenciais: - a Ciência como instrumento de ação; - a Democracia como fórmula de organização política; - o Cristianismo como supremo padrão ético de convivência social.[223]

A esse *ideal*, composto de três elementos fundamentais, estaria depositada a única esperança de impedir o ocaso da civilização ocidental como Spengler preconizava. Nesse sentido, o Cristianismo recebe ênfase maior na sua defesa, como fator cultural do qual depende a existência da sociedade. Golbery assim sentencia: "Pois se, algum dia, o Ocidente perder de todo aquele ideal, aquela fé que o ampara, aquele propósito superior que o guia, terá, então, soçobrado de fato num ocaso derradeiro e fatal."[224]

Ao transpor essa base civilizatória ao Brasil, o Cristianismo torna-se expressão da definição da identidade nacional brasileira. Sobre essa identificação, Golbery diz:

> Ora, o Brasil surgido para o mundo e a civilização sob o signo da própria cristandade, produto de uma transplantação feliz dessa cultura do Ocidente europeu para terras quase desertas e virgens, onde não havia cultura autóctone que lhe resistisse ou pudesse deturpar-lhe a essência [...]. E, pois, pertencemos ao Ocidente; nele estamos e vivemos; o Ocidente vive e persiste, realmente em nós, em nosso passado e em nosso presente, em nosso sangue, em nossos corações, em nossos músculos e em nossos nervos, nos ideais pelos quais lutamos e nos interesses que defendemos, na técnica que nos arma o braço, na ciência que nos alimenta o espírito, na fé que nos fortalece a alma, nos livros que lemos, nas palavras que proferimos, nos cânticos que entoamos, nas preces que balbuciamos, até nesta maravilhosa paisagem plástica que nos rodeia, praias, montanhas, selvas, campos, planaltos e rios, ocidentalizados mais e mais pelo esforço perseverante e incansável de incontáveis gerações. Nós somos, também, o Ocidente.[225]

Nessa mesma medida, na qual o Brasil se identifica com esse ideal do Ocidente, é que a nação deveria sustentar e organizar a doutrina para a segurança, em face do *antagonismo* principal, que era a ameaça do avanço do bloco comunista. Mais do que essa identificação, o Ocidente precisaria do Brasil e da América Latina, admitida a recíproca. No

---

[223] *Ibid.*, p. 113-114. [Itálico meu]
[224] Golbery do COUTO E SILVA, op. cit., p. 115.
[225] *Ibid.*, p. 115.

mesmo texto, Golbery ainda diria que, "(...) redimindo os povos irmãos desta América, o Ocidente redimiria, pela esperança, os povos todos da Terra. E as sereias comunistas cantariam ao vento insensível suas promessas blandiciosas..."[226].

O Cristianismo, no pensamento de Golbery e de Juarez Távora, expressa a identificação da nação brasileira com o restante da chamada civilização ocidental, assim como a própria possibilidade de se diferenciar do capitalismo liberal e do comunismo soviético. Por outro lado, o Cristianismo, na obra de Távora, como procurei evidenciar no segundo capítulo, caracterizava-se mais por vincular esfera econômica à própria moral religiosa. No pensamento de Golbery, a defesa do Cristianismo marcava mais a perspectiva ideológica num campo de embate cultural, mesmo do que a pregação de conduta moral para a sociedade, como o é no pensamento de Távora.

3.4.2 – *Desorganização* e *anomia* – *Organização* e *Planejamento*

O projeto político de Távora, construído ao longo de duas décadas em que esteve na esfera do poder, reunia os fatores ideológicos essenciais ao esboço da visão de mundo da ESG. O diagnóstico constante da *desorganização* do Brasil, associado à idéia dos militares como detentores do verdadeiro ideal revolucionário e ordenador – associados à *elite* de civis responsáveis pela produção –, traça o perfil desse projeto político. A idéia de *Planejamento*, em Golbery, apresentou-se como um conceito mais elaborado de *organização*, antes esboçado por Távora. É no mesmo sentido que o diagnóstico da *desorganização* em Távora remete às idéias de *decadência* e *anomia* em Golbery.

Ao *planejamento*, ligaram-se noções de interpretação da sociedade e do mundo, baseados numa linha de pensamento filosófico que, ainda que fosse conservadora e autoritária como a de Távora, destacava-se pela erudição e pelo esforço de complexidade

[226] *Ibid.*, p. 143.

teórica. Essa busca pela complexidade assinalava o empenho pela confecção de uma teoria para o Brasil que atingisse em larga escala a opinião pública sobre os problemas nacionais, ou seja, que alcançasse o nível de poder simbólico de ampla visão de mundo.[227]

Ao projeto político de Juarez Távora – composto por impressões gerais da vivência histórica da sua experiência com o tenentismo e da sua atuação política nas décadas de 1930 e 1940 – assimilou-se o pensamento histórico-filosófico de Golbery – elaborado no âmbito da consolidação do Exército como organização moderna e no auge das disputas ideológicas no campo cultural brasileiro da década de 1950. Essa assimilação reunia os elementos fundamentais para o estabelecimento da doutrina da ESG como visão de mundo.

Távora lançou mão dos seus estudos técnicos, preocupado com pontos básicos da produção e da organização político-administrativa do País, para imputar o sentido racionalizante à segurança nacional. Golbery adensou teoricamente essa perspectiva. Forneceu à ESG, com isso, o aparato teórico-político necessário à absorção da idéia de planejamento estratégico para o desenvolvimento ordenado, sem conflitos populares e compromissado com a segurança da nação diante do *antagonismo* da doutrina *comunista*.

A perspectiva teórica que os orientou se construiu na herança histórica da formação cultural e profissional própria à evolução do Exército, e das outras Forças militares, como organizações modernas. Foi dessa forma que a herança se acentuou na luta pela organização racional do Brasil de um lado; de outro, pela tentativa de compreensão e interferência na realidade brasileira por meio da atividade intelectual e da ação estratégica na política.

---

[227] Sobre esse aspecto da atuação de Golbery, é importante destacar a sua ação política de intensa conspiração no pré-golpe de 1964. Conforme Dreifuss observa, o movimento empreendido pelo complexo ESG/Ipes/Ibad dava corpo à tomada de consciência do que chamou de *elite orgânica brasileira* que, como apontei no primeiro capítulo, compunha-se pelos empresários, tecno-empresários e militares que, conscientes de seus interesses corporativos, tornar-se-iam interesses de toda a sociedade, estabelecendo nova política para o Brasil. Golbery foi um dos principais líderes desse complexo: conduziu o grupo da ESG dentro do Ipes; era encarregado da coordenação geral das operações militares e de informação do Ipes (o seu grupo era consultado em todas as questões militares e políticas); e deteve papel central na campanha militar para a deposição de João Goulart como coordenador da articulação do movimento. Sobre maiores detalhes desse movimento e das articulações de Golbery nesse complexo, ver René Armand DREIFUSS, *1964: A conquista do Estado*: Ação Política, Poder e Golpe de Classe, 1981, pp. 361-418.

Ambos compartilhavam a crença no papel das *elites* para a liderança da nação, ponto em que Golbery atinge grau de profundidade teórica capaz de sustentar essa tese de forma suficientemente convincente para a composição da ideologia mais ampla para o controle da sociedade. O Estado, para ambos os autores, é a instituição mais competente para a organização e para o planejamento do desenvolvimento e da garantia da segurança da nação, e também deveria estruturar-se em unidade política centralizada.

Em Távora, a perspectiva centralizadora acaba apresentando-se de forma "menos" autoritária, sendo que em Golbery essa perspectiva é mais assimilável e perceptível pela própria absorção que faz das teses de outros intelectuais autoritários. A organização do Brasil, por meio de planejamento estratégico, elaborado por um Estado forte, dirigido por grupo competente e criativo, seria o único meio de garantir desenvolvimento com segurança para o Brasil, diante das suas dificuldades internas e das suas aflições externas, tal era a visão de mundo na ESG.

O projeto político de Juarez Távora, de ampla racionalização para o Estado brasileiro, com o caráter centralizador e conservador ao mesmo tempo em que se esforçava por assimilar traços do socialismo cristão, encontrou a profundidade da visão de mundo no âmbito institucional da ESG, com a contribuição direta da obra de Golbery. Ao dar essa profundidade teórica e filosófica ao projeto político dos militares, integrados então aos civis, Golbery garantiu que essa visão de mundo se afirmasse como ideologia.

A criação da ESG, ainda que na esfera de influência direta da *National War College*, firmou-se no preceito básico de *organizar* o Brasil, tal qual o projeto político de Távora. A preocupação ao se estruturar a ESG, no momento da sua criação, como procurei demonstrar no primeiro capítulo, estava em organizar, antes de tudo, as bases mínimas de produção e de desenvolvimento no Brasil; por isso, a idéia tão divulgada da Escola como instituto de altos estudos de integração entre militares e civis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O campo de estudos sobre militares no Brasil é desafiador e delicado de ser assumido por qualquer pesquisa historiográfica. Ainda que a premissa da pesquisa estivesse fixada na perspectiva de um estudo de história intelectual, ao se enveredar pela análise dos militares e suas instituições, o estudo deparou com questões complexas e instigantes. Essas questões quase sempre se impõem quando o pesquisador procura compreender os militares brasileiros em uma perspectiva sociológica.

Ao final deste trabalho, posso considerar que algumas das premissas teórico-metodológicas assumidas inicialmente não puderam ser amplamente demonstradas ou fundamentadas no decorrer da exposição textual. Consola o fato de que, ainda assim, vários pontos que se desdobraram da hipótese e da perspectiva metodológica assumida pelo trabalho não apenas se sustentaram no decorrer da pesquisa como se ampliaram e apontaram para caminhos mais ricos de análise do objeto.

Procurei demonstrar que o Exército, como organização, no período recortado pela pesquisa, não estruturou a sua ação apenas corporativamente. Preocupou-se com a nação, principalmente. Dessa forma, a sua ação política não foi meramente ação de poder e dominação. Os militares espelharam ideologicamente a sua organização na organização da sociedade, por meio da imputação de seus valores corporativos na organização mais responsável pelo controle da sociedade, o Estado. Primeiro, portanto, os militares precisavam chegar ao grau mínimo de modernização da própria corporação, tarefa

desempenhada na solidificação da profissionalização do Exército e na luta do tenentismo; depois, aproximou-se do Estado e se consolidou institucionalmente com Góes Monteiro, dando exemplo às demais Forças Armadas que, só após a segunda guerra, integrar-se-iam por meio do EMFA e, finalmente, através do alcance político-ideológico da ESG.

Assim, a hipótese de que a afirmação trans-histórica do Exército brasileiro no século XX destaca mais a relação dos militares com o Estado e com a nação do que a sua própria jornada corporativa, foi conferida na evolução do pensamento militar por meio da análise comparativa da obra de Juarez Távora com a de Golbery. No desenvolvimento dos conceitos básicos da DSN, evidencia-se a herança da preocupação dos militares com a República e com a organização da nação, fatores próprios ao pensamento do tenentismo. Evidencia-se, também, e principalmente, o esforço pela legitimação da visão de mundo que era assumida pela Doutrina na ESG, na medida em que os preceitos de segurança e desenvolvimento são adensados por Golbery, que procura fundamentar em seus textos a realidade incontornável de um mundo bipolarizado e em situação de guerra total.

A ESG, em face das demais instituições de altos estudos que compõem o campo cultural brasileiro na década de 1950, denuncia esse sentido de organização para a nação, e não para mera a dominação e vitória corporativa. Juarez Távora e Golbery são significativos por representarem esse duplo movimento, apresentando, com as suas trajetórias, a aproximação e a identificação corporativa, mas, também o distanciamento e a busca de diálogo com as demais organizações, principalmente com o Estado.

No primeiro capítulo, procurei identificar a linha de pensamento em que a ESG fixou e fundamentou a sua Doutrina para, assim, demonstrar o lugar específico da Escola no campo cultural brasileiro. Parti do pressuposto de que esse campo cultural foi o ambiente interinstitucional que permitiu e engendrou o projeto teórico da ESG para a nação. O objetivo foi o de ressaltar as características que fizeram com que surgisse a Escola.

Destaquei, assim, as preocupações dos militares e dos civis envolvidos no centro da criação da ESG, apontando para a sua especificidade institucional diante da sua principal influência, a National War College, no contexto de desenvolvimento brasileiro.

No segundo capítulo, procurei localizar, em alguns pontos da obra e da trajetória política de Juarez Távora, os traços gerais do projeto político que carregou durante a sua carreira militar e pública. No conjunto dos seus textos, é possível tornar visível o projeto de organização para o Brasil e, nele, a reunião de alguns dos principais traços da visão de mundo da ESG. Procurei demonstrar que Távora se insere numa orientação ideológica que, para além do autoritarismo e do conservadorismo, compreende também traços do nacionalismo de perspectiva progressista.

No terceiro e último capítulo, busquei apresentar os aspectos definitivos da visão de mundo da ESG, a partir das reflexões sobre a obra de Távora, e em maior contato com a obra de Golbery. A idéia geral que norteou o capítulo foi a de que Golbery foi responsável pela completa definição e afirmação intelectual do projeto teórico-político da ESG. Tive como premissa a noção de que tanto não seria possível extrair a visão de mundo produzida na ESG, ou a sua ideologia posterior, apenas sinteticamente pela obra de Golbery, quanto não seria possível ter na figura de Juarez Távora a simples “influência de ideais tenentistas” na origem da instituição. Por isso, a perspectiva da comparação foi assumida mais abertamente nesse último capítulo.

Na obra de Juarez Távora, encontra-se, em sua totalidade, um projeto político que resgata as premissas políticas e sociais do tenentismo, assim como traduz as perspectivas da organização do Exército, em termos universais como visão de mundo, para toda a sociedade brasileira. Em termos intelectuais, Golbery aprofundou teoricamente essa perspectiva e forneceu o aparato teórico-político necessário para a absorção ampla pela ESG da idéia de

planejamento estratégico para o desenvolvimento ordenado, sem maiores atritos e em segurança.

Coloquei em questão duas linhas de pensamento que se complementam e que se confirmam na ESG. De um lado, a figura do burocrata organizador em Juarez Távora; de outro, a do pensador e político maquiavélico de Golbery. A esfera possível que os unia era a defesa do ocidente cristão. O projeto teórico que os orienta se compõe da herança histórica da formação cultural e profissional dos dois lados. Da mesma forma, a herança se acentua na luta pela organização racional do Brasil de um lado; de outro, pela tentativa de compreensão da realidade brasileira por intermédio do intelectualismo e da militância política.

A partir dessa construção metodológica, a análise buscou compreender qual a contribuição teórico-política da *intelligentsia* da ESG para a produção ideológica do campo cultural brasileiro, principalmente na década de 1950. Dessa forma, acredito ter apresentado pontos que até então não eram levados em conta nos estudos sobre a ESG e sobre a própria ideologia militar.

ARQUIVOS CONSULTADOS

CPDOC-FGV: Arquivo Juarez Távora

BIBLIOTECA DA ESG

REFERÊNCIAS

1 - Sítios da internet

BRASIL: Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de Novembro de 1937. *Diário Oficial da União,* 10 nov. 1937. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao37.htm>. Acesso em: 31 jul. 2007.

_____: Lei nº 785, de 20 de agosto de 1949. Cria a Escola Superior de Guerra e dá outras providências. *Diário Oficial da União* , Rio de Janeiro, 30 ago. 1949. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/1930-1949/L785.htm> e <http://www.esg.br/paginas/ESG/lei_de_criacao.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2007.

_____: Decreto nº 5874, de 15 de agosto de 2006. Aprova o Regulamento da Escola Superior de Guerra - ESG e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, nº 157, 16 ago. 2006 – seção 1. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5874.htm>. Acesso em: 02 ago. 2007.

_____: Escola de Comando do Estado-Maior do Exército (ECEME). Disponível em: <http://www.eceme.ensino.eb.br/>. Acesso em: 31 jul. 2007.

CPDOC-FGV: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Verbete: Golbery do Couto e Silva. Disponível em <www.cpdoc.fgv.br.>. Acesso em: 31 jul. 2007.

FREYRE, Gilberto: *Nação e Exército*. 30 de novembro de 1948. Disponível em: <http://bvgf.fgf.org.br/portugues/obra/opusculos/nacao_exercito.htm>. Acesso em: 02 ago. 2007.

JUNIOR, Ernesto Luiz de Oliveira: *Entrevista de Ernesto Luiz e Oliveira Júnior*. Rio de Janeiro, 9 de março de 1988 / Arquivos Históricos em História da Ciência/CLE-Unicamp. Disponível em: http://www.cle.unicamp.br/arquivoshistoricos/eernesto.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2007.

MATTOS, Hélio Jaguaribe de: *Entrevista com Professor Hélio Jaguaribe de Mattos.* Rio de Janeiro, 9 de março de 1988 / Arquivos Históricos em História da Ciência/CLE-Unicamp. Disponível em: <http://www.cle.unicamp.br/arquivoshistoricos/ehelio.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2007.

RIO DE JANEIRO: Estatuto da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra. *Registro Civil de Pessoas Jurídicas*, nº 20031215-1419221, arquivado na matrícula nº 2078, em 17 de dezembro de 2003. Disponível em: http://www.adesg.org.br/>. Acesso em: 31 jul. 2007.

2 – Obras de referência

ALVES, Maria Helena Moreira: *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru, SP. Edusc, 2005.

ARRUDA, Antônio de: *A Escola Superior de Guerra*: história de sua doutrina. São Paulo, GRD (Coleção Urca; vol. I); [Brasília]: INL, 1983.

ASSUNÇÃO, Vânia Noeli Ferreira de: *O Satânico Dr. Go*: A Ideologia Bonapartista de Golbery do Couto e Silva. Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo,1999

BERNARDO, João: Gestores, Estado e Capitalismo de Estado. In: Revista *Ensaio*, 14, São Paulo: Editora Ensaio, 1985.

_____: *Economia dos conflitos sociais*. São Paulo: Cortez, 1991.

_____: *Labirintos do fascismo*: Na encruzilhada da Ordem e da Revolta. Porto: Afrontamento, 2003.

BIRKNER, Walter Marcos Knaesel: *O realismo de Golbery*: Segurança Nacional e Desenvolvimento Global no pensamento de Golbery do Couto e Silva. Itajaí: Ed. UNIVALI, 2002.

BORGES, Vavy Pacheco: *Tenentismo e Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

BOURDIEU, Pierre: *O Poder Simbólico.* Tradução de Fernando Tomaz. 7º ed – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2004(a).

_____: *Os Usos Sociais da Ciência*: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora da UNESP, 2004(b).

_____: Escola Superior de Guerra: *Doutrina Básica*. Rio de Janeiro, 1979.

BRESCIANI, Maria Stella Martins: *O charme da ciência e a sedução da objetividade*: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil. 1a. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2005. v. 1.

BULHÕES, Octávio Gouveia de: *Problemas do desenvolvimento econômico*. ESG: I-80-54, 1954.

CAMPOS, Roberto: *Planejamento do desenvolvimento econômico de países subdesenvolvidos*. ESG: I-16-53, 1953.

CARONE, Edgard: *O Tenentismo*. São Paulo: Difel, 1976.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

COELHO, Edmundo Campos: *Em busca da Identidade*: O Exército e a política na sociedade brasileira. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2000.

COSTA, Wanderley Messias da: *Geografia Política e Geopolítica*: Discursos sobre o território e o poder. São Paulo, EDUSP, 1992.

COSTA, Vanda Maria: *A Escola Superior de Guerra*: um estudo de currículos e programas. Dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós Graduação em Sociologia e Ciência Política do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1978.

COUTO E SILVA, Golbery do: *Geopolítica e poder*. Rio de Janeiro, Editora UniverCidade, 2003.

_____: O que diz Golbery. In: Revista periódica "Veja": Exemplar de 19 de março de 1980. Reportagem de capa: *O fabricante de nuvens*. Editora Abril – N.º 602. pp. 20-31.

DREIFUSS, René Armand: *1964: A conquista do Estado*: Ação Política, Poder e Golpe de Classe. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 1981.

FALCON, Francisco: História das Idéias. In: *Domínios da história*: ensaios de teoria e metodologia. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FARIAS, Osvaldo Cordeiro de: *Meio século de combate*: diálogo com Cordeiro de Farias. Aspásia Camargo, Walder de Góes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

_____: *Palestra sobre a organização da Escola Superior de Guerra*. EMFA, 1949. In: Revista da ESG, Rio de Janeiro, v. 20, n. 42, p. 149-161, jan/dez. 2003.

FAUSTO, Boris: *O movimento Tenentista* em História do Século 20. São Paulo, Abril, 1975.

FERRAZ, Francisco C. A: *À sombra dos carvalhos*: militares e civis na formação e consolidação da Escola Superior de Guerra. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós Graduação em História da UNESP, Assis, 1994.

FERREIRA, Oliveiros S.: *Vida e morte do partido fardado.* São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub: *Democracia ou Reformas?*. São Paulo, SP: Editora Paz e Terra, 1993.

FORJAZ, Maria Cecília: *Tenentismo e política*: tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____: *Tenentismo e Aliança Liberal* (1927-1930). São Paulo: Livraria Editora Polis Ltda, 1978.

GOLDMANN, Lucien: *A criação cultural na sociedade moderna*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

HERMAN, Arthur: *A idéia de decadência na história ocidental*. Tradução de Cynthia Azevedo e Paulo Soares. Rio de Janeiro: Record, 1999.

HOBSBAWM, Eric J.: *A era dos impérios (1875-1914)*. 3º ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

IANNI, Octávio: *Pensamento Social no Brasil*. Bauru, SP: Edusc, 2004.

JUNIOR, Ernesto Luiz de Oliveira: *Segurança e Ensino*. ESG: A-003-49, 1949.

KOCH, Ana Maria: *Ocidente cristão em Golbery do Couto e Silva*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS, São Leopoldo,1999.

LUKÁCS, Georg: *História e consciência de classe*: estudos sobre a dialética marxista. Tradução Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MALTA, Otávio: *Os Tenentes na Revolução Brasileira*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1969.

MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. Tradução de Sérgio Magalhães Santeiro. Rio de Janeiro: Zahar editores, 2º ed., 1972, cap. III, pp. 135-215.

_____: O problema da 'Intelligentsia'. Um estudo de seu papel no passado e no presente. In.: MANNHEIM, Karl. *Sociologia da Cultura*. São Paulo: Perspectiva / Edusp, 2004, pp. 69 - 139.

MARX, Karl: *O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte*. Tradução de Silvio Donizete Chagas. São Paulo, SP. Centauro Editora, 2º ed., 2000.

MENDONÇA, Marina Gusmão de: A criação da Tribuna da Imprensa e a defesa dos interesses conservadores no Brasil, *Revista de Economia Política e História Econômica, número 01,* setembro de 2004.

MENDONÇA, Sônia Regina de: *Estado e Economia no Brasil*: opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

MIYAMOTO, Shiguenoli: *Geopolítica e poder no Brasil*. Campinas, SP: Papirus, 1995.

MONTEIRO, Góes: Cap. VI: A caminho de um regime diferente. In: Lourival COUTINHO, *O General Góes depõe...* Rio de Janeiro: Livraria Editora Coelho Branco, 1956.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de: *As Forças Armadas: Política e ideologia no Brasil (1964-1969)*. Petrópolis, Vozes, 1978.

PANTOJA, Sílvia: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*: Pós-1930. 2º edição revista e atualizada, volume V. Verbete: TÁVORA, Juarez, pp. 5675-5689.

PÉCAUT, Daniel: *Os Intelectuais e a Política no Brasil*: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.

PINTO, João Alberto da Costa: *Os Impasses da Intelligentsia diante da Revolução Capitalista no Brasil (1930 - 1964)*: História e Política em Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior e Nelson Werneck Sodré. Tese de Doutorado em História apresentada no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

PIVA, Luiz Guilherme: *Ladrilhadores e semeadores*: a modernização brasileira no pensamento político de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte (1920 - 1940). São Paulo: Departamento de Ciência Política da USP; Editora 34, 2000.

POULANTZAS, Nicos: *O Estado, o poder, o socialismo*. São Paulo, SP. 4. ed. Paz e Terra, 2000.

ROCHA, Maria S. de Moraes. *A evolução dos conceitos da doutrina da Escola Superior de Guerra nos anos 70.* Dissertação (Mestrado em História Econômica). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

SANTA ROSA, Virgínio: *O sentido do tenentismo*. 3º ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1976 (orig. 1933).

SANTOS, Wanderley Guilherme dos: *Ordem Burguesa e Liberalismo Político.* São Paulo: Duas Cidades, 1978.

SARDENBERG, Idálio de: Princípios fundamentais da Escola Superior de Guerra. In: MIYAMOTO, Shiguenoli: *Geopolítica e poder no Brasil*. Campinas, SP. Papirus, 1995, pp. 231-240.

SCALÉRCIO, Márcio: *O Exército Brasileiro e sua consolidação*: 1934-1955. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1995.

SCHWARTZMAN, Simon; et. Al (orgs.): *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.

SILVA, Hélio: *1931: os Tenentes no Poder*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

_____: *1933: a Crise do Tenentismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,1968.

SODRÉ, Benjamim: *A Educação e a Segurança Nacional*. ESG: A-036-52, 1952.

SODRÉ, Nelson Werneck.: *História Militar do Brasil.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

STEPAN, Alfred: *Os Militares na Política*: as mudanças de padrões na vida brasileira. São Cristovão, RJ: Editora Artenova S.A., 1975.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz: *Guardiões da Nação*: Formação profissional, experiências compartilhadas e engajamento político dos generais de 1964. Tese de Doutorado em Ciência Política apresentada no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

TÁVORA, Juarez: *À guisa de Depoimento sobre a Revolução Brasileira de 1924.* São Paulo: Editora O Combate, 1º Volume, 1927.

_____: *À Guisa de Depoimento sobre a Revolução Brasileira de 1924*. Rio de Janeiro: Mendonça, Machado & C., 3º Volume, 1928.

_____: *O Ministro da Agricultura perante a Assembléia Nacional Constituinte*. Rio de Janeiro: Diretoria de Estatística da Produção, 1934.

_____: *La organizacion econômica del Brasil*. Buenos Aires: Coleccion Problemas Americanos – dirigida por N. Freitas, Volume 11, 1943.

_____: *O Problema da energia no Brasil*. ESG: A-041-52, 1952.

_____: *O problema da racionalização administrativa no Brasil.* ESG: A-042-52, 1952.

_____: *A Segurança Nacional, a Política e a Estratégia*: conceituação e interrelações. ESG: A-01-53, 1953.

_____: *A Segurança Nacional e a ESG*. ESG: C 01-54, 1954.

_____: *Conjuntura Nacional*: o Problema da Energia no Brasil. ESG: C-42-54, 1954.

_____: *Um ensaio de justiça distributiva*. ESG: I-101-54, 1954.

_____: *Petróleo para o Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1955.

_____: *Produção para o Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 2º Edição, 1957.

_____: *Átomos para o Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1958.

_____: *Organização para o Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora,1959.

_____: *Uma vida e muitas lutas. Memórias.* 1º volume: Da planície à borda do altiplano. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército – Editora e Livraria José Olympio Editora, 1974.

_____: *Uma vida e muitas lutas. Memórias.* 2º volume: A caminhada no altiplano. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1974-1976.

_____: *Uma vida e muitas lutas. Memórias.* 3º volume: Voltando à Planície. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1977.

TORRES, Alberto: *O Problema Nacional Brasileiro*: Introdução a um programa de organização nacional. São Paulo, Ed. Nacional; Ed. Universidade de Brasília, 4º ed., 1982.

_____: *Organização nacional*. I parte, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1914.

TORRES, Vasconcellos: Oliveira Vianna, sua vida e sua posição nos estudos brasileiros de sociologia. Rio de Janeiro / São Paulo: Freitas Bastos, 1956.

TRAVASSOS, Mário: *Projeção continental do Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 4º ed., 1947.

TRONCA, Ítalo: *O Exército e a industrialização*: entre as armas e Volta Redonda. In: FAUSTO, Boris: *História Geral da Civilização Brasileira* – Tomo III: O Brasil Republicano. 3º Volume: Sociedade e Política (1930-1964). São Paulo, DIFEL Difusão Editorial S.A., 1986.

VIANNA, Francisco J. Oliveira: *Populações Meridionais do Brasil e instituições políticas brasileiras*. Brasília: Biblioteca do pensamento político republicano, volume 14, 1982.

_____: *Problemas de Política Objetiva*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 2º ed., 1930.

VIANNA, Luiz Werneck: *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Belo Horizonte, MG. 4. ed., rev. Ed. UFMG, 1999.

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo